

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.  
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação  
de fonte conforme abaixo.

LIMA FILHO, Osvaldo. *Osvaldo Lima Filho (depoimento, 1977)*.  
Rio de Janeiro, CPDOC

**OSVALDO LIMA FILHO**  
**(depoimento, 1977)**

Rio de Janeiro  
1977

## CPDOC – HISTÓRIA ORAL

entrevistadores: Aspásia Camargo  
Dulce Pandolfi da Silveira  
Eduardo Raposo

local: Recife, PE

data: abril de 1978 a outubro de 1979

levantamento bibliográfico e roteiro: Aspásia Camargo  
Dulce Pandolfi da Silveira  
Eduardo Raposo

conferência da transcrição e texto: Maria Tereza Lopes Teixeira

sumário: Maria Cristina Guido

índice onomástico: Mário Grynspar

técnico de som: Clodomir de Oliveira Gomes

fitas cassete: 6 (seis)

fitas de rolo: 3 (três)

páginas datilografadas: 155

## SUMÁRIO

*1ª Entrevista:* nascimento e origens familiares; perfil do pai; envolvimento da família na Revolução de 1930 e na política; os avós maternos; a participação da classe média pernambucana na Revolução de 1930; Carlos de Lima Cavalcanti e o *Diário da Manhã*; primeiros estudos; as transformações políticas da Revolução de 1930; a Revolução em Pernambuco; a interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti; o Partido Comunista e o golpe do Estado Novo; o levante do 14º RI; os tempos de colégio e a formação religiosa; a influência das idéias comunistas e integralistas na juventude; os governos de Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães; o movimento comunista de 1935 em Pernambuco; participação do pai na política; a vida universitária durante o Estado Novo; relações com Agamenon Magalhães; a redemocratização; a criação do PSD em Pernambuco e a participação do pai; a entrada na política como delegado de política nomeado por Agamenon; relações com Novais Filho, prefeito de Recife; fortalecimento do PSD em Pernambuco e a campanha Dutra; os irmãos; política local: coronelismo; as cooperativas e a formação do PSD em Pernambuco; o PSD na Zona da Mata pernambucana; a questão agrária em Pernambuco; o IAA, os fornecedores e usineiros; divisão de áreas entre PSD e UDN em Pernambuco; a articulação da oposição em Pernambuco; Agamenon e Assis Chateaubriand; a campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes em 1945; a constituinte com Getúlio, o quererismo e o movimento estudantil; a morte de Demócrito de Souza Filho; a campanha eleitoral de 1945; o comício do PC em Pernambuco; participação na campanha do General Dutra; Francisco Julião; a política e a economia em Bom Jardim; a campanha para o governo de Pernambuco (1945); o PSD e a candidatura de Barbosa Lima Sobrinho; atuação de Novais Filho na campanha; Osvaldo Lima Filho na política pós-45; a candidatura à deputação estadual; a aliança PSD/PC na Constituinte pernambucana de 1947.....1 a 51

*2ª Entrevista:* a campanha do petróleo em Pernambuco; a influência de Alberto Torres e Monteiro Lobato na disseminação das idéias nacionalistas; a reação à campanha do petróleo na Assembléia; a posição da Igreja; o nacionalismo pós-45; a cassação do PC e a atuação de sua bancada; relações entre Barbosa Lima e Dutra; Osvaldo Lima Filho e a causa nacionalista; a constituinte pernambucana de 1947; composição e atuação dos diversos partidos; o segundo mandato de Osvaldo Lima Filho e as desavenças com Agamenon; o apoio a Getúlio em 1950; a situação partidária em Pernambuco após a cisão com Agamenon; Osvaldo Lima Filho muda de partido: do PSD para o PSP; do PSD ao PTB; o pai abandona a política; as candidaturas Cleofas e Agamenon; Osvaldo Cavalcanti da Costa Lima e o processo Barbosa Lima Sobrinho; a eleição de Etelvino Lins em 1952 e o apoio de Agamenon; as articulações de Agamenon com a UDN, visando à presidência da República; Etelvino e a Assembléia pernambucana; a candidatura Cordeiro de Farias ao governo de Pernambuco em 1954; perfil de Cordeiro de Farias; o apoio de Barbosa Lima Sobrinho e Agamenon; Agamenon e os usineiros; o Governo Cordeiro de Farias; a deputação estadual e a federal; a candidatura Cid Sampaio; o apoio do grupo de Osvaldo Lima Filho ao PTB para o Senado e a Jarbas Maranhão para o governo de Pernambuco (1958); a atuação parlamentar: adesão às causas nacionalistas; os primórdios da Frente Parlamentar Nacionalistas; o ISEB e a FPN; a liderança do PTB na Câmara Federal (1958); os grupos e elas partidárias; a FPN em Pernambuco; o PTB e a FPN; as diferenças regionais e sua influência na vida política; os diversos PTBs; a liderança da FPN em 1956; Almino Afonso; a FPN e o PTB; a FPN na sucessão de Juscelino; as candidaturas Lott e Jânio; o Governo Jânio Quadros e o PTB; Fernando Ferrari e o PTB; o Estatuto do Trabalhador Rural; a luta pelas reformas de base e pela reforma agrária; os projetos José Joffily e Coutinho Cavalcanti; o PSD e a UDN face à reforma agrária; o último ministério de Jango; a radicalização política de esquerda: Jango,

Brizola e Arrais; a inquietação nas Forças Armadas; a radicalização política de direita: Lacerda e Ademar; a solicitação do estado-de-sítio; Jango e Arrais; as conspirações contra Jango: o papel dos EUA; a SUPRA e o movimento sindical; Osvaldo Lima Filho e o Ministério da Agricultura; os pernambucanos no Ministério da Agricultura; a casação de Osvaldo Lima Filho; as manobras de Brizola para manter Jango no poder; relações com Jango; a crise de 1964; o levante dos marinheiros; o Governo Arrais; a atuação das esquerdas durante a crise de 1964; as classes produtoras e a reforma agrária: as pressões sobre o Congresso.....51 a 123

*3ª Entrevista:* trabalho desenvolvido no Ministério da Agricultura no governo João Goulart; questões sobre a reforma agrária; interferência dos movimentos radicais de esquerda no trabalho do Ministério da Agricultura; reforma agrária: projetos propostos; o desprestígio do Ministério da Agricultura e trabalho desenvolvido; as cooperativas e associações rurais; relações entre o Ministério da Agricultura, o IAA e o IBC; estrutura do Ministério da Agricultura; a equipe de trabalho no Ministério; reforma agrária; movimento camponês; remessa de lucros; reforma urbana; a transformação das Ligas Camponesas em sindicatos.....123 a 155

**1ª Entrevista: 15.04.1978**

A.C. – Inicialmente, eu perguntaria ao senhor quando e onde o senhor nasceu, quem eram seus pais, e um pouco de sua vida familiar nos primeiros anos de vida.

O.F. – Sou filho de Osvaldo Cavalcanti da Costa Lima e de Judite Jatobá da Costa Lima. Nasci na cidade do Cabo, em 26 de abril de 1921. Meu pai era então promotor público daquela cidade. Como promotor e depois juiz municipal, fez a peregrinação que muitos fizeram no cargo, àquela época: promotor de Jaboatão, promotor do Recife e juiz municipal em Bom Jardim, onde terminou se radicando e, finalmente, permanecendo como advogado.

A.C. – Seu pai fixou-se em Bom Jardim. Eu lhe pergunto se ele tinha terras, se participava um pouco da atividade econômica da região.

O.F. – Não. Meu pai era simplesmente um funcionário público. Minha família do lado paterno é uma família de origem humilde. Meus avós, pais do meu pai, eram professores públicos em Pedra Buíque, no Sertão de Pernambuco. Quando meu pai se fixou em Bom Jardim, ao deixar a magistratura, permaneceu como advogado. Naquela época ele era um homem pobre.

É verdade que, no curso da profissão, ele veio a adquirir propriedades e alguns bens, mas começou a vida com muita humildade, com muito sacrifício .

Uma das coisas que me impressionou na vida é que ele mantinha um pequeno jornal de oposição no interior do estado, *A Semana*, que eu costumava visitar. Era um jornal do antigo democrata Partido Democrata, que naquele tempo se encontrava na oposição. Ele seguia a orientação do senador Manuel Borba. Posteriormente, fez ligações com o governador João Pessoa, da Paraíba, e ingressou, ao lado de Agamenon Magalhães e outros na luta pela Aliança Liberal e pela eleição de Getúlio Vargas. Essa eleição, disputada com Júlio Prestes durante o governo Washington Luís, frustrada como foi, terminou por levar a nação à Revolução de 1930, na qual tomaram parte meu pai e meus tios. Meus tios lutaram aqui na Soledade, no Recife, no levante do tiro de guerra e das tropas que lutaram contra a polícia estadual e que, afinal, assaltaram e tomaram os quartéis estaduais. A Revolução de Outubro terminou vitoriosa.

Tanto do lado paterno como do lado materno, minha família sempre se viu envolvida com a política. Política sempre foi uma atividade muito comentada e muito vivida na minha família.

A.C. – O que o senhor saberia nos dizer sobre seus avós maternos?

O.F. – Meus avós maternos tinham uma situação econômica melhor. Minha mãe era filha de João Alfredo Pires Jatobá e Maria Isabel de Oliveira Ledo, pequenos comerciantes. Depois, esse meu avô foi coletor federal em pesqueira. Homem de classe média, sempre dispôs de alguns recursos financeiros.

Os seus filhos também tomaram parte em todos esses movimentos revolucionários. Embora eu fosse muito criança, tenho a impressão de que a Revolução de 30 foi um movimento basicamente da classe média e da pequena classe média contra o regime de subdesenvolvimento, contra as oligarquias agrárias que dominavam o país àquela época.

A.C. – O senhor está nos dando um dado extremamente interessante, que é essa participação dos grupos de classe média e mais do interior de Pernambuco nesse processo. Havia então uma organização, jornais e tudo o mais?

O.F. – Havia alguns jornais do interior e havia, centralizando aqui, o jornal de Carlos de Lima Cavalcanti, o antigo *Diário da Manhã*, que foi o núcleo da Revolução de 1930 no Nordeste. Uma coisa curiosa é que o sr. Carlos de Lima era um homem que pertencia à oligarquia agrária – era sócio da Usina Pedrosa. Mas se devotou de tal modo à paixão política que esqueceu por completo os seus interesses de classe. A sua classe era o sustentáculo básico do regime anterior no Nordeste. No entanto, Carlos de Lima, em terras da Usina Pedrosa, escondeu durante meses e até anos todos os revolucionários que por aqui passaram: João Alberto, Juarez Távora, toda essa oficialidade que conspirou e que foi expulsa do Exército.

A.C. – Onde era exatamente a Usina Pedrosa?

O.F. – No município de Cortês, no Sul de Pernambuco. Ainda há poucos dias, eu conversava com o promotor de Jaboatão e ele me relatava que o seu pai havia andado duas noites a cavalo, com João Alberto, Juarez Távora e outros revolucionários que estavam escondidos na Usina Pedrosa. Eles estavam sendo deslocados para um engenho

mais longínquo porque havia notícias de uma perseguição policial sobre a usina, onde o governo já suspeitava que estivessem abrigados os revolucionários.

Houve, portanto, um movimento basicamente de classe média, com o apoio de um ou outro setor conservador.

A.C. – Quer dizer que a vida de um líder de oposição no interior de Pernambuco era perfeitamente possível naquela época?

O.F. – Sim, mas com riscos muito sérios. As liberdades praticamente não existiam. Isso que ainda hoje de certa forma ocorre era agravado àquela época. Eu me recordo de períodos, por exemplo, em que a cidade amanhecia coberta de policiais, porque o jornal de meu pai havia publicado um artigo contra o governador. De repente a cidade se via toda ameaçada e chegavam caravanas policiais fardadas. A democracia era muito precária. Se é precária ainda hoje, se praticamente não existe, antes de 1930, na realidade, não existia.

A.C. – O senhor fez os seus estudos em Bom Jardim?

O.F. – Não, em virtude mesmo dessas perseguições políticas. Em 1929 elas ficaram de tal ordem que meu pai achou que não havia segurança para manter a família em Bom Jardim. Ele estava ameaçado de morte. As forças da situação dominante, o antigo P.R.P. com o apoio do governador, lhe mantinham uma guerra sem tréguas. Então ele deslocou a família para aqui e ficou residindo lá. Nós viemos ainda crianças morar aqui em Casa Forte, no Recife, onde meu tio era vigário, e onde uma parte da família se estava estabelecendo. Fiz meus estudos em Casa Forte e, mais tarde, no Ginásio Osvaldo Cruz, com o grande educador Aluísio Pessoa de Araújo. Depois fui para o Ginásio Pernambucano, ao tempo do mestre Aníbal Fernandes, para fazer o curso pré-jurídico. Posteriormente cursei a Faculdade de Direito do Recife, tendo concluído o curso em 1943.

D.S. – Dr. Osvaldo, em Pernambuco, quais foram as transformações que a Revolução de 30 introduziu?

O.F. – Eu era muito jovem em 1930; tinha nove anos. Em 1934 já houve uma eleição com voto secreto. Isso foi muito importante: as mulheres passaram a votar, os sindicatos

começaram a se organizar, houve um surto de liberdade. Esse surto era muito contraditório, porque as forças que compunham a Aliança eram em si contraditórias. Havia a oligarquia gaúcha que se tinha empenhado toda ao lado da Revolução, por um princípio de defesa. Eles tinham sido desconsiderados pelo sistema.

Na antiga política nacional, os governadores se alternavam através da chamada política do café-com-leite.

Ora o governador de São Paulo chegava a presidente da República, ora chegava o governador de Minas Gerais. Em 1929, Washington Luís, que havia sido governador de São Paulo, homem profundamente teimoso, com uma vocação autoritária muito semelhante à do atual presidente Geisel, teimou em escolher outro paulista para seu sucesso. A escolha recaiu sobre o Sr. Júlio Prestes. Isso provocou o rompimento do pacto do poder.

O governador de Minas Gerais, candidato natural à presidência, era o Sr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, tio do José Bonifácio. Ele rompeu com o sistema e lançou a candidatura do governador do Rio Grande do Sul, o Sr. Getúlio Vargas, com o apoio de João Pessoa Cavalcanti, governador da Paraíba, que também estava sendo perseguido pelo poder central. O poder central havia, inclusive, provocado uma guerra em Princesa, na Paraíba. De maneira que as forças que se uniram para a Revolução de 30 eram contraditórias: havia os tenentes que eram liberais – Eduardo Gomes, Juarez, Cordeiro de Farias, João Alberto; havia grupos até de esquerda, como o do tenente Agildo Barata, que depois ingressou no Partido Comunista, e o tenente Cabanas que também ingressou num partido de tendências socialistas, em São Paulo; havia grupos operários, e havia parte da oligarquia conservadora de Minas e de São Paulo. Getúlio Vargas é que, com extrema habilidade, permaneceu como elemento de ligação desses grupos até 1934. Em 1934, eleita a Constituinte, o país teve uma constituição progressista, que ainda poderia servir de modelo, em muitos aspectos, para o Brasil de hoje.

A.C. – Nesse período, como é que se dava, aqui em Pernambuco, o choque dessas correntes como o senhor descreveu há pouco?

O.F. – Aqui em Pernambuco a situação era fácil. Logo nos primeiros momentos, os militares que fizeram a Revolução, gratos pelo apoio que lhes havia sido dado, durante a conspiração, pelo sr. Carlos de Lima Cavalcanti, fizeram-no interventor federal em Pernambuco. Dessa forma, Pernambuco foi um dos estados que teve aquilo que para muitos significava uma expressão altamente democrática: o interventor filho do mesmo



estado e civil. Isso se reclamava em São Paulo: “Paulista e civil”. Isso se reclamou em muitos estados.

Aqui houve uma correspondência das tendências populares com o governo de Lima Cavalcanti, correspondência essa que permaneceu durante algum tempo. Ele uniu o antigo Partido Democrata do ex-senador Manuel Borba, ao qual também pertencia, e fez um governo progressista. Havia ligeiras divergências entre as correntes, mas sem maior significado. O Governo era realmente popular. Esse pacto, aqui em Pernambuco, permaneceu até 1937, quando ocorreu o rompimento entre o governador Carlos de Lima Cavalcanti e o ministro Agamenon Magalhães. O ministro Agamenon Magalhães representava o novo pensamento de Vargas, que resultou no golpe de 10 de novembro de 1937. Lima Cavalcanti ficara com os grupos democráticos, com Juraci Magalhães e com José Américo, que lutavam pela solução constitucional na eleição do novo presidente.

Na minha modesta posição, eu responsabilizo muito o Partido Comunista Brasileiro pela crise que desembocou no Estado Novo, que provocou a ditadura estado-novista de 1937 à 1945. Isso é reconhecido por Leôncio Basbaum, um dos seus historiadores, um dos seus fundadores, falecido há pouco, nesse livro admirável que é a *História Sincera da República*. O Brasil estava, de qualquer forma, vivendo um regime legal, constitucional, com todas as garantias asseguradas, e onde havia margem para que as massas populares fossem gradualmente adquirindo consciência e direitos, quando o Partido Comunista, num erro profundo de cálculo, ingressou numa verdadeira intentona militar – a Revolução Comunista de 1935. Depois de uma articulação militar em torno de Luís Carlos Prestes, os grupos mais radicais que fizeram a Revolução de 30 se aliaram a ele e ao Partido Comunista e deflagraram a Revolução de 1935, que teve uma grande intensidade.

No Rio Grande do Norte, eles chegaram a depor o governador e a instalar um *soviet* no governo durante vários dias. Aqui em Pernambuco a luta durou quatro dias: houve um levante no 14º Regimento de Infantaria, em Socorro, comandado pelo tenente Silo Meireles e por outros oficiais. Essa tropa se deslocou para Recife para ocupar a cidade, mas entrou em choque com a polícia estadual, posteriormente com tropas federais vindas da Paraíba, e foi derrotada. No Rio de Janeiro, houve o célebre episódio da Praia Vermelha: o 3º Regimento de Infantaria foi levantado por Agildo Barata, lutou durante três dias, até que houve a rendição.

Depois desse movimento armado, onde morreram numerosos oficiais, criou-se no Exército um clima favorável ao regime ditatorial. Os que preconizavam a extinção do regime democrático, como o general Góis Monteiro e outros, ganharam muito terreno, e

acabaram por levar o presidente Vargas ao regime ditatorial, com a Constituição de 1937.

A.C. – O senhor acha que Carlos de Lima foi conivente com esses grupos, e que, eventualmente, os conflitos entre ele e Agamenon repousavam nessas bases de 35?

O.F. – Eu sou muito insuspeito para falar, porque meu pai foi sempre colega de escritório de Agamenon Magalhães; os dois eram advogados e trabalhavam juntos. E meu pai substituiu praticamente Agamenon na ocasião em que este foi para o Ministério. Meu pai foi eleito deputado federal.

Lima Cavalcanti, ao romper com Agamenon, estava com a melhor tese democrática. Naquela época, fiquei contra ele. Eu, estudante, permaneci fiel à linha de meu pai. Mas reconheço que Lima Cavalcanti estava com a melhor linha democrática. Ele estava contra o golpe, estava pela permanência do processo democrático e com a candidatura José Américo de Almeida. Na realidade, o Exército já começava a tomar o poder no Brasil, e impôs o Estado Novo, com a preponderância inegável dos militares. Getúlio era apenas um mandatário, que com habilidade se conseguia manter na flor das águas.

A.C. – Voltando um pouco atrás, eu queria perguntar ao senhor sobre os seus anos de colégio. O que o senhor se lembra de mais significativo sobre seu interesse pelo colégio, pelos estudos, suas leituras...

O.F. – Eu tenho um certo condicionamento cultural. Sou de uma família não só de políticos, mas de gente muito católica, família cheia de padres, de tios padres e de tias freiras. No colégio esse condicionamento se agravou, porque a orientação era religiosa. E o diretor, Dr. Alúcio, era um homem de tendência católicas.

A.C. – De que colégio o senhor está falando?

O.F. – Osvaldo Cruz. E eu reconheço que os professores estimulavam isso. Era meu colega de turma o dr. Evandro Gueiros, hoje ministro do Tribunal Federal de Recursos, que era de família protestante. Então, por hábito, todas as teses controvertidas – a Inquisição, a Colonização – , eram debatidas, e eu era escolhido como defensor da causa

da Igreja, enquanto Evandro era constituído em acusador nato. Isso me influenciou muito durante o tempo de colégio.

A.C. – Quer dizer que, praticamente, a sua carreira jurídica já estava definida naquela época?

O.F. – Em 1935, recorde-me que houve uma grande agitação da Aliança Nacional Libertadora que envolveu alguns colegas meus, ainda hoje fiéis ao ideal marxista. Nessa ocasião tentaram me atrair para a Aliança.

A juventude de 1937 se viu num dilema horrível; de repente, pareceu a todos nós que só havia dois caminhos a seguir no Brasil: ou se era comunista, ou se era integralista. Os partidos tradicionais não tinham nenhum sentido para a juventude. E eu cometi aos 16 anos aquilo que d. Helder Câmara chama de “o pecado da mocidade”. Havia o Partido Integralista que se dizia defensor de Deus, Pátria e Família. E eu ingressei nesse partido, onde permaneci por cerca de um ano e pouco. Até que toda aquela disciplina militar que vigorava dentro do partido me pareceu um exagero, e eu o deixei.

A.C. – O senhor acha que a sua vinculação com a Igreja, com o catolicismo...

O.F. – É decisiva na minha vida.

A.C. – E é decisiva na entrada para o Partido Integralista também?

O.F. – Também. De um lado, havia esse chamamento a Deus, Pátria e Família; do outro, havia o partido marxista, o Partido Comunista, anunciado como um partido ateu e adversário das idéias católicas. O integralismo afirmava o contrário: firmava o primado de Deus e da pessoa humana. Na intimidade do partido é que nós fomos ver que aquilo era falso, que aqueles símbolos não correspondiam à realidade. Havia uma disciplina excessivamente rígida e uma anulação da personalidade, que está na base de todo o fascismo. E foi isso que fez com que muitos de nós, que erradamente entramos no Partido Integralista, saíssemos de lá.

A.C. – O senhor lia muito nessa época?

O.F. – Sim. Meu pai sempre nos fez um grande favor, a mim e a meus irmãos: ele tinha uma grande biblioteca, que sempre foi franqueada a todos nós. Dessa forma, lemos Zola, muito Shakespeare, muito Eça de Queirós, sobretudo este, porque meu pai lhe denotava uma paixão especial. Li toda a obra de Eça de Queirós aos 15 anos de idade. Sou de uma época que não conheceu televisão, e que não tinha tantas outras seduções. De modo que a leitura era muito importante. A partir de 1938, graças ao professor José Cavalcanti Sá Barreto, que me estava ensinando latim, e que era doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana da Roma, um dos grandes valores morais do professor pernambucano, tomei conhecimento da obra de Jacques Maritain – esse é outro ponto definitivo na minha vida.

A.C. – *Humanismo Integral*?

O.F. – *Humanismo Integral*, sobretudo. A partir daí, firmei um pensamento político dentro daquela orientação.

A.C. – Seu pai, tendo-se firmado como líder de oposição até 1930, que rumos tomou politicamente a partir de 1930, com a Revolução?

O.F. – Em 1930, meu pai veio advogar aqui no Recife ao lado de Agamenon Magalhães. Juntos, mantinham uma banca de advocacia, com algum sucesso num edifício da praça Independência. Em 1933 Agamenon foi eleito deputado à constituinte que redigiu a Constituição de 34. De lá, foi escolhido ministro do trabalho. Meu pai o substituiu aqui no escritório e, posteriormente, candidatou-se a deputado federal pelo então Partido Social Democrata – que era o partido da Revolução de 30 em Pernambuco – e permaneceu nesse partido até 1937.

Meu pai é um homem profundamente afetivo, sobretudo um homem que se guia pelo coração e pelo sentimento. Quando houve a divergência entre Carlos de Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães, embora meu pai tivesse boas relações pessoais com o primeiro, ele não hesitou em ficar ao lado de Agamenon, seu companheiro de escritório de advocacia e amigo pessoal. Em 1937 meu pai teve o mandato cassado. O Congresso fora dissolvido. Voltou a Pernambuco e aqui Agamenon Magalhães o convidou para procurador dos efeitos da fazenda, cargo que ficou exercendo. Era um cargo modesto, mas que permitia sobre tudo advogar, e ele se firmou como advogado. Era um período em que praticamente não havia política. Às vezes, Agamenon Magalhães recorria a ele para certa orientação política, sobretudo nas áreas do interior do estado, onde Agamenon

era menos informado. Em relação à zona norte do estado, era muito comum Agamenon pedir a meu pai indicações de pessoas para postos políticos isso no período que vai de 1937 a 45, quando Agamenon Magalhães foi interventor federal.

A.C. – Em que ano exatamente o senhor entrou para a faculdade?

O.F. – Em 1939. minha turma concluiu em 1943.

A.C. – Do governo de Carlos de Lima, o senhor teve informações através do seu pai?

O.F. – Eu era muito jovem. As informações me vinham através de meu pai e dos jornais.

D.S. – O senhor se lembra de como era o relacionamento de Lima Cavalcanti com os setores dominantes, principalmente usineiros?

O.F. – Não posso dar muito boas informações a esse respeito.

D.S. – E com os chamados coronéis do interior?

O.F. – Isso dependia muito da posição que eles tivessem tomado em relação a Revolução de 30. Em geral, os coronéis foram postos à margem pela Revolução de 30. Eles voltaram depois do Estado Novo. Em 1930, em todo o estado subiram forças populares de classe média. E essas forças é que assumiram o comando político. Os coronéis estavam todos vinculados ao velho regime anterior a 1930. Depois, lentamente eles foram reconquistando influência em algumas áreas – disso eu tenho informações seguras. É o caso, por exemplo, do coronel Francisco Heráclio do Rego, de Limoeiro. Ele foi colocado na posição pela Revolução de 30 e perdeu influência política em toda a área. Só em 1945, durante o processo de redemocratização, ele voltou a ter influência política, porque o voto, chamado voto de cabresto – o voto das lideranças fechadas nos municípios do interior –, esse ia voltar, dar influência política aos coronéis e à oligarquia agrária, na primeira eleição que ocorreu no período democrático.

A.C. – Consta que Agamenon Magalhães foi um político que procurou bases no sertão de Pernambuco. Como o senhor vê isso?

O.F. – Exato. Agamenon fez uma política contraditória. Era um homem eminentemente pragmático. Ele realmente prestigiou os coronéis do sertão e lá, durante o Estado Novo e posteriormente, ele firmou uma liderança muito grande através de chefes agrários – o coronel José Abílio, de Bom Conselho; o coronel Chico Romão, de Serrita; o coronel Francisco Heráclio do Rego, de Limoeiro; o coronel Veremundo Soares, de Salgueiro. Mas, ao mesmo tempo que fazia isso, Agamenon se chocava aqui com a oligarquia agrária da Zona da Mata e da capital. Era um processo contraditório. Em Paulista, por exemplo, ele sempre fez uma política operária em oposição aos Lundgren, e fez uma política de desprestígio de todos os usineiros na Zona da Mata. Durante o seu período de governo, na Zona da Mata, ele forneceu de algum modo organizações de outras forças liberais, que não eram ligadas ao patronato agroindustrial do açúcar. Portanto, ele usou de dois processos políticos: no Sertão ele usava um; na Zona da Mata ele usava outro.

A.C. – Então esses coronéis, no fundo, voltaram com Agamenon antes de 1945?

O.F. – Exatamente; com Agamenon, antes de 1945. E permaneceram depois das eleições de 1946.

D.S. – Mas me parece que, com Lima Cavalcanti, houve uma grande preocupação em desbaratar todo aquele esquema oligárquico. Ele teve, inclusive, que mudar a política dos municípios. O senhor acha que ele realmente conseguiu fazer isso?

O.F. – Em parte não conseguiu, porque a Revolução não ocorreu com a mesma profundidade em todas as áreas. Ele obteve algum sucesso em certos municípios onde conseguiu firmar lideranças populares. É por isso que eu digo que a Revolução de 1935 teve um efeito péssimo e maléfico para o desenvolvimento democrático do Brasil. Vou dar um exemplo: Lima Cavalcanti prestigiava, em Limoeiro, um amigo dele de meu pai, que se chamava Juca de Oliveira. Esse homem era prefeito até bem pouco no interior de Mato Grosso. O Juca era um homem de classe média, que havia subido com a Revolução, adversário dos coronéis, principalmente do coronel Francisco Heráclio. Veio a eleição municipal.

**[FINAL DA FITA 1-A]**

O.F. – Essa eleição se exerceu com toda a liberdade, e, naturalmente, o poderio econômico dos coronéis permaneceu intacto. Eles eram donos da terra, donos dos negócios, homens de influência e venceram em grande parte as eleições. Juca, derrotado na eleição, amargurado, entrou na Revolução de 35, que era uma revolução comunista. Sem ser comunista, marxista, ele ingressou, como vários amigos nossos o fizeram. Depois, teve que fugir do estado e foi para Mato Grosso.

A.C. – Muita gente que não era comunista participou do movimento?

O.F. – Sim, sobretudo aqueles que estavam inconformados com a permanência de setores oligárquicos dentro do processo político, ou dirigindo esse mesmo processo.

D.S. – E Carlos de Lima foi acusado de conivência com o levante de 35?

O.F. – Exatamente. Aqui mesmo a política de Lima Cavalcanti era tão liberal que ele teve como secretários professor Néelson Coutinho, hoje no Instituto do Açúcar e do Alcool, o dr. Granville, na Secretaria da Fazenda, e prestigiou setores populares que se envolveram com a Revolução de 35. Por isso, ele foi acusado e processado perante o Tribunal de Segurança – processo rumoroso, no qual ele teve que se defender. Quando foi deflagrada a Revolução, ele estava ausente do estado, e seus secretários eram acusados de não ter tomado as devidas providências para conter a Revolução, para evitá-la.

E isso era dado como conivência, como uma certa cumplicidade.

Houve uma denúncia ao Tribunal de Segurança Nacional, e o Sr. Lima Cavalcante foi processado, mas foi absolvido.

A.C. – Que vínculo seu pai manteve com Bom Jardim?

O.F. – Ele continuou advogando em Bom Jardim e em toda a área adjacente – nos municípios de Surubim, de Orobó, de João Alfredo – e fazenda amigos. De forma que, em 1946, iniciado o período de redemocratização, ele voltou a ser eleito deputado federal por toda essa região.

A.C. – Quer dizer que ele se tornou uma espécie de líder político dessa área?

O.F. – Exato.

A.C. – Mas morando em Recife?

O.F. – Morando em Recife. A essa altura, em 1935. ele já morava no Recife.

A.C. – Dessa maneira seu pai poderia servir de mediador, por exemplo, entre Agamenon e Bom Jardim?

O.F. – Exato, perfeito.

D.S. – Em Bom Jardim havia forças oposicionistas, ou seu pai era a única liderança?

O.F. – Não, havia forças oposicionistas. Havia um antigo senador estadual, o dr. Mota Silveira, médico muito respeitado, que tinha sido, durante 30 anos, líder político e líder regional.

A.C. – Muitas e muitas das análises que foram feitas sobre o coronelismo insistem no papel modernizador do coronel nas áreas do interior. Esse papel modernizador vinha justamente do fato de que o coronel tinha acesso ao poder estadual, ou ao poder federal, e com esse acesso ele conseguia uma série de benfeitorias, de melhorias para sua região. Seu pai exerceu esse papel de liderança em Bom Jardim?

O.F. – Exerceu. Através da escolha de alguns prefeitos, ele conseguiu, por exemplo, a construção de colégios de freiras. O colégio de freiras instalado em Bom Jardim foi conseguido por influência dele. Fazia-me muita questão, naquela época, de se ter muito cuidado com o dinheiro público. De forma que o que os prefeitos arrecadavam, gastavam nas comunidades, em prédios públicos, em serviços de utilidade pública, em estradas, etc. Foi um período muito fecundado de trabalho, que não pode ser aplaudido porque as liberdades estavam supressas. Não havia direito a *habeas-corpus*; sempre que um cidadão fosse preso por motivo de ordem pública, era considerado preso político. Mas apesar disso houve em Pernambuco um grande impulso de trabalho, a organização de cooperativas de agricultores, enfim, muito progresso.



A.C. – No Estado Novo, Bom Jardim foi beneficiada?

O.F. – Sim.

A.C. – E o senhor mantinha contatos pessoais com a região, ou era só o seu pai que o fazia?

O.F. – Só meu pai. Eu visitava a cidade freqüentemente, mas só dei início à atividade política já na campanha para a eleição do marechal Eurico Gaspar Dutra.

A.C. – Depois da queda do Estado Novo?

O.F. – Depois da queda do Estado Novo.

A.C. – E como foi, nessa época, a vida na universidade?

O.F. – A vida na universidade foi uma vida despida de atuação política. Estávamos num regime ditatorial, e tudo o que nos era permitido eram as campanhas pelo ditatório. Na realidade, havia um debate muito franco – debate entre marxistas e católicos, debates literários... No meu tempo organizou-se uma “Ciã Macunaíma”, e declamavam-se poesias de caráter nacionalista. Dessa agremiação faziam parte o Luís Rafael Mayer, atualmente consultor-geral da República, eu, Carlos Moreira, José de Queirós Campos, Reinaldo Câmara, Paulo Germano de Magalhães e numerosos estudantes. Os grupos se dividiam. Há um outro grupo liderado por Gilberto Lopes de Moraes, Evandro Guerios, Pelágio Silveira, Luís Pandolfi e Haydn Goulart. Os movimentos que existiam eram mais de ordem intelectual, porque não havia nenhuma liberdade política que permitisse o engajamento do estudante. Entretanto, foi um período de trabalho intelectual muito fecundo.

Havia grandes professores na escola, professores de grande valor – Andrade Bezerra e Soriano Neto, ensinando Direito Civil, o Odilon Nestor, ensinando Direito Internacional Público, Samuel Mac Dowel, ensinando Direito Constitucional, Aníbal Bruno, em Direito Penal – e havia uma consciência democrática generalizada. O sentimento de 90% dos estudantes e dos professores era no sentido da restauração da democracia no país. Mas era um pensamento e um sentimento que só se expressavam dentro da escola. A escola era considerada como que um território livre. A ditadura não

penetrava nos umbrais da escola. Recordo-me de que, uma vez, houve uma celeuma muito grande porque um investigador entrou na faculdade e quebrou o quadro onde estavam publicados os artigos contra o Estado Novo. E toda a escola se levantou revoltada contra aquilo. Porque a escola era considerada um território livre, onde se poderia manter o debate das idéias.

A.C. – Não havia o 477...

O.F. – Exato, não havia o 477. A repressão não ingressava dentro da escola. Ela morria nas escadarias da faculdade.

A.C. – Agamenon era muito impopular dentro da faculdade?

O.F. – Exatamente, era muito impopular. O governo todo era impopular porque era antidemocrático.

A.C. – E o senhor compartilhava desse julgamento, ou via outros aspectos na gestão de Agamenon?

O.F. – Eu via outros aspectos, porque era amigo pessoal do filho dele e dele. Meu pai era seu amigo. Então, a gente via os aspectos positivos do trabalho dele. Ele era muito entusiasta em relação àquele regime, e às vezes perguntava a minha opinião. Recordo-me de que cheguei a manifesta-lá em diversas oportunidades. Embora ainda moço, eu lhe disse: “Professor, me permita divergir” – ele lecionara na Faculdade de Direito, era professor de Direito Constitucional-, “mas o que tenho aprendido nos livros é diferente; esse regime não pode permanecer, não deverá permanecer; ele não é compatível com o pensamento popular”. Ele me respondeu: “Esse liberalismo está morto! Vocês estão pensando em coisas do passado”.

Esse mesmo Agamenon, que era um homem altamente contraditório, em 1944, quando eu era promotor em Surubim, no interior do estado, nomeado por ele, chamou-se ao palácio para me nomear delegado da capital. Como eu lhe externasse minhas restrições ao sistema político, que eram as mesmas que meu pai fazia, ele me disse: “Mas o Estado Novo está morto; e eu vou para o Ministério da Justiça enterrá-lo”. Como eu considero esse episódio histórico bem importante, vou aproveitar para detalhá-lo.

O filho de Agamenon me enviou um telegrama, informando que seu pai queria me ver. Dexeí a promotoria de Surubim e vim até cá. À noite fui convidado para jantar na casa dele, no palácio do governo. Ele era muito autoritário no trato com os amigos, e me disse: “Mandei chamá-lo para nomeá-lo delegado da capital”. Eu então manifestei-lhe que, para minha conveniência, eu preferia ficar onde estava. Eu era promotor no interior, estava advogando e tinha um ótimo relacionamento com a população local.

A.C. – Onde o senhor estava?

O.F. – Em Surubim. É um município vizinho de Bom Jardim, que tinha sido desmembrado. E eu disse a Agamenon que agradeceria se pudesse permanecer lá. Eu disse, inclusive, que não tinha simpatias pelo Estado Novo, e que não achava justo ocupar um cargo naquela situação. Eles então me disse textualmente o seguinte: “Não, não se preocupe. O Estado Novo está morto”. (Estado Novo era a denominação ideológica que se dava à ditadura.) “Eu vou para o Rio de Janeiro eterra-lo. Fui convidado para ministro da Justiça. Nós vamos fazer o general Eurico Gaspar Dutra candidato a presidente da República, e vamos voltar aquela velha política liberal que seu pai sempre fez. E você vem para a delegacia para fazer política liberal. Nós vamos fazer política como nos velhos tempos. Vamos organizar os partidos. E seu pai vai organizar o partido aqui. O Etelvino Lins vai me substituir como interventor federal”. Isso ele me dizia em outubro de 1944: “E como o Etelvino Lins sempre teve diferenças com o seu pai...”

Meu pai era de muita tendência mais democrática e sempre fez restrições ao Estado Novo, às prisões. Como amigo, sempre manifestou livremente a Agamenon sua discordância no que diz respeito aquela repressão. Etelvino Lins era o secretário de Segurança. Portanto, tinha sido o responsável por aquela situação. Certa vez, inclusive, foram presos amigos que nos eram comuns e foi um trabalho para soltá-los. Foram presos durante o Estado Novo amigos nossos, como o José Pontual Pereira Lima e outros.

Agamenon Magalhães, então interventor, me informou: “você vai permanecer como um elemento de ligação entre o seu pai e Etelvino Lins de Albuquerque, porque todos dois vão participar do partido. Etelvino como interventor, seu pai como secretário-geral. E eu preciso da colaboração dos dois”. E aí se inicia a minha atividade política.

A.C. – Qual era exatamente essa função de secretário-geral que seu pai ocupava?

O.F. – Era a de secretário-geral do Partido Social Democrático, o antigo P.S.D., aqui em Pernambuco.

A.C. – Sim, foi o secretário criador do partido. Então, no Estado Novo ele não teve nenhum cargo oficial?

O.F. – Teve um cargo oficial, mas um cargo técnico, de procurador dos efeitos da Fazenda.

A.C. – Ele não ocupou nenhum cargo político?

O.F. – Político, não.

A.C. – O senhor aceitou a incumbência e ficou sob as ordens de Etelvino?

O.F. – Exatamente.

A.C. – E como foi esse período que, para o país todo, foi bastante conturbado?

O.F. – Foi um período difícilimo, porque a ditadura estava realmente morta, como Agamenon dizia. A ditadura não tinha mais força, seus dias estavam contatos. As eleições estavam marcadas, e, em pouco tempo, dois candidatos já haviam surgido primeiro, o brigadeiro Eduardo Gomes, como candidato da oposição ao regime; depois, o general Eurico Gaspar Dutra, como candidato do regime. O processo tinha que se definir eleitoralmente, era uma luta pelo poder. E a oposição que tinha sido reprimida durante oito anos de ditadura – os estudantes etc. – partiu para contestar o regime abertamente.

A.C. – E a sua função, qual era exatamente?

O.F. – A minha função era a de delegado, a de tentar manter a ordem – função difícilima, que exerci durante alguns meses, com problemas muito sérios. Nós sabíamos que havia uma oposição aqui, dirigida dentro do quartel-geral do Exército, pelos então majores Juraci Magalhães e Peri Bevilacqua, atualmente generais. Eles conspiravam para derrubar o Estado Novo. Não estavam conformados apenas com o anúncio das eleições;

queriam tirar Vargas do poder. E essa conspiração contava com o apoio de Antiógenes Chaves, de Lima Cavalcanti, de todos os liberais. Foi uma época muito difícil.

A.C. – Quem é que lhe dava essas informações? Como delegado, o senhor as recebia de quem, exatamente? Do secretário de Segurança?

O.F. – Do secretário, de investigadores, de diversas pessoas.

D.S. – Nessa época, quem era o secretário de Segurança?

O.F. – Era o Fábio Correia de Oliveira Andrade, que depois foi substituído pelo coronel Viriato de Medeiros.

A.C. – Sendo já bastante incompatibilizado ideologicamente com o Estado Novo, como é que o senhor exercia suas funções?

O.F. – Eu estava convencido de que o certo era o processo que o Estado Novo, que o Getúlio havia estabelecido no sentido das eleições. Eu achava que a eleição iria resolver, como resolveu, todos os problemas. E o que nós precisávamos era nos organizar eleitoralmente para o embate. Daí eu ter também me ligado, nesse período, a Novais Filho, então prefeito do Recife. E eu, Novais Filho, Geraldo Guedes – que hoje é deputado federal – fizemos uma série de caravanas fundando o Partido Social Democrático no interior do estado, através de comícios.

A.C. – O senhor participou diretamente dessas caravanas?

O.F. – Participei. Oscar Carneiro, mais tarde deputado federal, também fazia parte dessas caravanas. Eram caravanas de propaganda da candidatura do general Dutra e, ao mesmo tempo, de fundação dos núcleos municipais do Partido Social Democrático.

A.C. – Suas conexões familiares e as conexões políticas do seu pai devem tê-lo ajudado muito na criação dos diretórios. O senhor poderia nos contar um pouco do que o senhor se lembra sobre os lugares onde foram fundados e as condições?

O.F. – Havia uma divisão quase regional. Havia influências em determinadas áreas. Por exemplo, havia uma área no estado de influência do dr. Gersino de Pontes; Caruaru e municípios adjacentes. Na Zona Norte do estado, tinham grande influência meu pai e meu futuro sogro, dr. Ferreira Lima, que, nessa época também foi eleito deputado federal.

A.C. – Ele era de onde?

O.F. – De Timbaúba. Timbaúba e Bom Jardim são municípios da Zona Norte. De forma que eu, de algum modo, posso dizer que herdei essa liderança política na Zona Norte do estado: por um lado, amigos de meu pai se tornaram meus amigos; por outro, correligionários de meu sogro também se tornaram meus amigos.

A.C. – Na época o senhor já era casado, ou noivo?

O.F. – Não. Eu vim a me casar em 1947. As famílias, a minha e a de minha mulher, já eram muito ligadas.

A.C. – O senhor tinha irmãos?

O.F. – Tenho. Nós somos 10 irmãos, cinco homens e cinco mulheres; uma família patriarcal.

A.C. – Acho que seria muito eu lhe pedir para falar sobre eles, mas se o senhor puder me dizer o que foi feito deles, e como se encaminharam...

O.F. – Um deles, o segundo, Marulo, é oficial do Registro Civil aqui no Recife, em Casa Amarela. Leva uma vida muito tranqüila, muito organizada. O terceiro é funcionário da Assembléia Legislativa do estado e professor de história na Escola Técnica. Foi também professor da Universidade Católica. Tem um que é médico urologista, com especialização nos Estados Unidos; chama-se Marcelo, e hoje é aqui um grande especialista em medicina. Há um que me acompanhou politicamente, Clóvis. É o que tem maior vocação política. Foi deputado comigo, deputado estadual. É médico e também foi cassado. Ele atuou ao meu lado, praticamente no interior, e me ajudou muito após o golpe.

A.C. – Como era o nome dele?

O.F. – Clóvis Jatobá.

A.C. – E as mulheres?

O.F. – As mulheres são muito políticas, mas não de atividade partidária. Solange se ligou profundamente a essas organizações de base da Igreja Católica – a União Católica Operária, a União Católica Estudantil, todos esses movimentos. Giovana é política também, muito ligada aos núcleos de política católica daqui, dirigidos pelo arcebispo d. Helder Câmara. Sonja casou com um americano, reside nos Estados Unidos e vem aqui esporadicamente. Amália, a mais nova, é minha vizinha. Ela casou com Eugênio, filho de um companheiro político nosso, o dr. Otávio Correia de Araújo. De modo que há umas ligações de política e de família que se vão entrelaçando.

A.C. – Mas, de qualquer forma, as influências da Igreja foram muito fortes, não é?

O.F. – Foram muito fortes. E todas elas têm um pensamento muito liberal, este pensamento que ficou consagrado na Igreja depois do Vaticano II. É uma Igreja muito progressista e muito liberal à qual elas pertencem, e à qual me orgulho também de pertencer.

A.C. – O senhor é católico praticante? Vai à missa? Cumpri todos os seus deveres de católico?

O.F. – Vou à missa e cumpro quase todos, embora eu hoje esteja mais próximo do catolicismo holandês. Não sei se vocês sabem que atualmente há na Igreja um catecismo holandês, que depois do Concílio Vaticano altera e contesta muitos dogmas da Igreja anterior, da Igreja antiga.

A.C. – Já que nós estamos falando nas mulheres da família...

**[INTERRUPÇÃO DA FITA]**

O.F. – Nós aqui em Pernambuco já recebemos instruções da direção nacional. O partido estava legalmente registrado e nosso trabalho foi o de agremiar liderança. Essas lideranças ora obdecidas à orientação de Gersino de Pontes, na área de Caruaru e do Agreste meridional, ora à liderança de Oswaldo Lima, meu pai, na Zona Norte do estado, ora a do ex-deputado Ferreira Lima, cujo filho é deputado ainda hoje, ora, no Sertão, aqueles coronéis ligados a Agamenon, ao Veremudo Soares ou ao Metódio Godói – que não era coronel, mas era parente de Agamenon e homem de grande influência no Sertão. Em geral se procuravam aquelas lideranças da localidade mais importante do ponto de vista social. Convocava-se um comício, fazia-se uma lista, as pessoas assinavam, e o diretório estava fundado. Geralmente, os prefeitos que tinham vindo do Estado Novo – isso é muito importante – figuravam nesses diretório; quase sempre eram fundadores dos diretórios.

A.C. – Isso eu queria perguntar.

O.F. – Apenas havia municípios onde os prefeitos tinham revelado incapacidade política: eram excessivamente técnicos, eram militares, ou eram funcionários públicos burocráticos sem nenhuma vocação política. Nesse caso, eram substituídos pelo chefe político local – por aquele influente político que se decidia ficar ao lado do governo, de Agamenon, e que revelava maior capacidades política.

A.C. – Pelo que o senhor está dizendo, estou realmente percebendo um aspecto interessante. Parece que havia dois níveis de liderança: o dos prefeitos e o dos chefes. Esses chefes controlavam vários municípios?

O.F. – Exatamente.

A.C. – Então pode-se dizer que, em Pernambuco, Tirando a Zona da Mata, no interior não haveria mais do que oito chefes?

O.F. – Não; eles eram muito numerosos, porque o estado é muito grande. Você poderia apontar, por exemplo, o coronel Chico Romão, em Serrita e nos municípios adjacentes, e o coronel Veremudo Soares, que era um tipo de coronel diferente, pois já era um



industrial de algodão em Serra Talhada e nos municípios vizinhos. E também Metódio Godói, primo do Agamenon, que veio a ser deputado, e que tinha influência em largas áreas do Sertão. Um homem humilde, sem nenhum poder econômico, mas de uma grande capacidade de liderança política.

A.C. – O Metódio não tinha terras?

O.F. – O Metódio não tinha terras, mas era ligado a família que possuíam terras. Era parente dos Pereira de Carvalho, de Serra Talhada. Eu me recordo de todos esses homens. Havia também a família de Etelvino Lins em Sertânia e nos arredores dos municípios vizinhos. O dr. Ulisses Lins de Albuquerque, pai dele, tinha grande influência nessa área. O deputado Oscar Carneiro tinha influência em algumas áreas de Glória do Goitá, de Vitória. Havia um grande número de líderes políticos no estado.

D.S. – Havia então os pequenos e os grandes coronéis?

O.F. – Sim, os pequenos e grandes coronéis. Não eram coronéis, isso é modo de dizer. Pelo menos eu penso que o coronelismo específico é aquele que se vincula ao domínio da terra e exerce quase uma função feudal.

A.C. – Seu pai nunca teve terras?

O.F. – No começo da vida meu pai não tinha terras. Mas a terra é um instrumento que dá *status* no Brasil. E ele começou a ganhar dinheiro em advocacia. Aliás, fez um péssimo negócio imobiliário. Todo o dinheiro que ganhou, ele aplicou em compra de terras. Comprou algumas propriedades, umas três ou quatro propriedades no estado. Se tivesse comprado terrenos urbanos, hoje seria um homem rico.

D.S. – Todas as terras eram em Bom Jardim?

O.F. – Não. Em Bom Jardim ele tem apenas uma. Ele tem terras no município de Pedra, no Sanharó, e no Sertão.

D.S. – Nesses municípios ele também tinha influência política?

O.F. – Pequena, muito relativa. A terra não estava em função da influência política. Eram municípios que estavam entregues a outras lideranças políticas.

A.C. – E eram fazendas grandes ou médias?

O.F. – Algumas grandes. No Sertão ele tem uma fazenda grande. Mas em geral eram pequenas propriedades.

A.C. – Eu queria, voltando ainda à fase do fim do Estado Novo, perguntar ao senhor sobre...

O.F. – Mas, na verdade, reconheço que o P.S.D., apesar da existência dessas lideranças, era um partido profundamente agrário. Os líderes locais, que organizavam o P.S.D., eram quase sempre fazendeiros; havia um outro comerciante, mas o grosso dos diretórios, ia-me verificar, era constituído de fazendeiros.

D.S. – Dr. Osvaldo, o senhor lembra dos papéis das cooperativas na formação do P.S.D.?

O.F. – Sim, tiveram um papel muito grande! A cooperativa tinha organizado os agricultores locais no sistema de crédito. E o gerente da cooperativa era sempre um homem muito poderoso e muito influente politicamente, porque distribuía crédito, proporcionava favores, etc.

D.S. – Parece-me que, normalmente, esse gerente da cooperativa era o chefe político local. Não havia uma coincidência de cargo?

O.F. – Não. Era uma função delegada. Por exemplo, em Limoeiro, o chefe da cooperativa era o jornalista Antônio Vilaça, que hoje se tornou um grande banqueiro. A cooperativa evoluiu e, atualmente, ele é um dos homens ricos do estado de Pernambuco. Ele é pai do Marcos Vilaça, desse jovem sociólogo.

D.S. – Do livro *coronéis, coronéis*.

O.F. – Desse livro *coronéis, coronéis*. Mas quem tinha influência era o coronel Francisco Heráclio do Rego. Essa é que mandava e desmandava.

D.S. – Os chefes de cooperativas se articularam em torno do P.S.D.?

O.F. – Em torno do P.S.D. também.

D.S. – Todos?

O.F. – Não se esqueça de que eles eram delegados do governo, tinham sido escolhidos pelo governo. Havia aqui e acolá uma divergência, alguém que rompia por uma circunstância particular e se afastava. Mas, a grosso modo, todos se filiaram ao P.S.D.

A.C. – Como foi essa criação das cooperativas? Foi durante o Estado Novo?

O.F. – Sim. O governo criou um departamento de assistência às cooperativas. Aqui, quem foi por muito tempo foi o professor Costa Porto, homem de grande valor, que chegou a ser ministro da Agricultura – pai do Wálter Costa Porto, professor de Direito Romano. E eles tinham realmente o ideal cooperativista. E Agamenon tinha a convicção de que era preciso retirar o pequeno agricultor das mãos do agiota. Com todos os erros do seu governo, eu considero esse um dos trabalhos mais salutareis e mais benéficos que ele realizou. Naquele tempo em que não havia quase organizações bancárias no estado, o agricultor ficava vendendo a sua safra por preços vis, e tomando dinheiro a juros ilegais de 5 a 6% ao mês – juros que, hoje, esse regime transformou em legais. Os bancos estão cobrando 6% de juros. O que antigamente era a giotagem, hoje é um apanágio do milagre brasileiro.

Agamenon, então, organizou cooperativas com esse objetivo. E prestou um enorme serviço à economia do estado. É uma pena que, nos governos posteriores, não tivessem sabido aperfeiçoar esse trabalho. E afinal veio esse malfadado golpe de 1964, que atingiu mortalmente as cooperativas, entregando todo o sistema de crédito aos bancos para uma agiotagem desenfreada.

A.C. – Quer dizer que Agamenon teve a preocupação de fortalecer uma liderança intermediária, um grupo intermediário do Sertão. Não eram apenas grandes proprietários rurais.

[FINAL DA FITA 1-B]

A.C. – Ele tinha preocupações de reforma social?

O.F. – Tinha. Agamenon era um homem que lia Harold Laski e o comentava nos jornais, e que por contradição política e por contingência servia ao Estado Novo. Era um homem de grandes preocupações sociais, haja visto a obra da Liga Social contra o Mocambo que ele realizou aqui, e que resistia ao tempo. Ele convocou os industriais para melhorar o nível de habilitação da cidade e empenhou o estado decididamente nisso, construindo na sua época milhares de residências populares, quando ainda não se falava em B.N.H. e em nenhum desses instrumentos.

A.C. – Como foi a experiência de criação do P.S.D. na Zona da Mata? Foi ruim?

O.F. – Na Zona da Mata o P.S.D. era fraco porque, em geral, não tinha o apoio dos usineiros. Em Catende, por exemplo, o chefe local, o “Seu Tenente”, Costa Azevedo, era adversário do regime.

A.C. – Como o Antiógenes Chaves.

O.F. – O Antiógenes Chaves e quase todos os usineiros não viam o governo com simpatia. Eu me recordo de que havia apenas dois usineiros que manifestavam suas simpatias ao governo. Um era o sr. Luís Dubeux, que por isso se tornou presidente de uma cooperativa também de usineiros, organizada com o beneplácito do estado. O outro era o sr. Armando de Queirós Monteiro. Todos os demais não eram simpáticos ao governo de Agamenon Magalhães.

A.C. – Quais eram os que mais se destacavam no combate a Agamenon?

O.F. – Acho que era o Tenente de Catende, porque a casa dele sempre foi a sede do núcleo de residência. Mas havia muitos outros: o João Cleofas, também usineiro; Carlos de Lima Cavalcanti, que voltou a Pernambuco e continuou a fazer política contra o governo.

A.C. – E os fornecedores também eram contra. Os fornecedores são, em geral, muito conservadores. Às vezes mais conservadores do que os próprios usineiros. É preciso salientar que o problema agrário não havia despertado ainda com a intensidade que tem hoje. Não havia conscientização do trabalhador rural em torno dos seus direitos e nem havia organizações. Tudo isso só veio a surgir com as Ligas Camponesas e os sindicatos fundados pela Igreja. Só no período de 1955 a 1960 é que começa, em diversos estados do Nordeste, o movimento de conscientização do trabalhador rural, realizado pelo trabalho das Ligas, fundadas pelo ex-deputado Francisco Julião e pelos sindicatos dos padres – padre Antônio Melo, padre Crespo e outros. É quando o problema agrário começa a tomar uma feição mais forte. Isso é explicado, de certo modo, por Celso Furtado, e a explicação me parece perfeita; num dos seus livros ele retrata o quadro.

O sistema agrário pernambucano era um pacto tradicional entre o senhor de engenho – que é fornecedor de cana – ou a própria usina e os camponeses. O camponês tinha um pequeno sítio, em geral de cinco a dez hectares, onde cultivava as suas próprias lavouras de subsistência, onde tinha fruteiras, onde criava alguns animais e onde plantava feijão, milho e mandioca para a sua sobrevivência e a de sua família. Às vezes, ainda vendia as sobras dessa cultura, desses minifúndios, nos mercados. Com o grande aumento da maquinaria e do volume de produção das usinas, os engenhos foram chamados a aumentar a sua área de produção, e começaram a desalojar os camponeses desses sítios que tradicionalmente ocupavam.

Alguns foram despejados e passaram a morar nas pequenas cidades e vilas em torno da área rural. O problema então se agrava, porque o camponês tinha um pacto que lhe era favorável. Não comprava alimentos, nem gêneros alimentícios. Ele os produzia e dava dois ou, no máximo, três dias de serviço – “dar dia de serviço” era a expressão usada -, a um preço geralmente barato, ao proprietário da terra. Em geral eles trabalhavam dois dias para o proprietário e quatro dias para si. Quando se quebrou esse pacto tradicional, que era secular no Nordeste, através da intervenção do maquinismo, de novos implementos, de adubos etc., a usina começou a se modernizar, a se industrializar, e os fornecedores começaram a aumentar as áreas de produção. Passaram, então, a tomar áreas que os camponeses tradicionais ocupavam, alguns há cem anos. Isso agravou o conflito agrário e provocou essa eclosão que deu nas Ligas Camponesas, na fundação de sindicatos e que foi desaguar no governo Miguel Arraes.

A.C. – Os fornecedores e os usineiros são partes de um mesmo mundo. Não sei se o senhor concorda comigo que essa unidade entre usineiros e fornecedores foi, no fundo,

conseguida pelo próprio governo, através do Instituto do Açúcar e do Alcool. Foi justamente nos anos 30 que os conflitos entre esses grupos foram fortes. E foi uma obra do Agamenon e do governo Vargas uni-los.

O.F. – Em 1930, após a crise internacional do açúcar, o Instituto se deveu à sabedoria de Barbosa Lima Sobrinho. Primeiro, de Leonardo Truda, que foi seu fundador, a pedido de Vargas. Posteriormente, através de Barbosa Lima Sobrinho, quando foi estabelecido o Estatuto da Lavoura Canavieira que, de muitos modos, assegurou a independência dos fornecedores. O Instituto já havia assegurado uma economia dirigida para o açúcar, um mercado certo, que eliminava aquela insegurança do passado.

A produção de açúcar no Nordeste sempre vivera na dependência dos superávits de produção, e da produção mundial de beterraba. Quando não havia produção de beterraba e havia dificuldade nos países consumidores, a indústria do açúcar ia de vento em popa. Quando aumentava a produção de beterraba na Europa e nos Estados Unidos, a indústria aqui entrava em crise. A exposição caía, os preços se aviltavam. Alguns usineiros e fornecedores iam à ruína.

Com o Estado Novo e a economia dirigida que foi implantada, ficou estipulado um limite de produção e ficou regulada a demanda e a oferta, assim como foram assegurados aos fornecedores direitos em relação à usina. Isso tudo se deve à obra de Getúlio e à Barbosa Lima Sobrinho. E aí eu acredito que você tenha razão, Aspásia. O Estatuto da Lavoura Canavieira e a obra do Instituto mantiveram a paz social entre fornecedores e usineiros.

A.C. – O que me espanta é justamente que em 45/46, com a organização dos partidos, esses grupos, que foram tão beneficiados pelo governo – pelo menos o dos fornecedores – tenham sido tão hostis ao governo.

O.F. – Não tenho dados estatísticos certos, mas posso dizer que muitos fornecedores eram líderes do P.S.D. Eu me recordo de vários deles. Por exemplo, entre Timbaúba e Vicência, havia Geminiano Pedrosa, líder do local, que era fornecedor de cana; o Luís Maranhão também era fornecedor. Talvez a minha primeira impressão tenha sido errada.

Na Zona Sul é que o fornecedor era mais dependente do usineiro. Quando o fornecedor era dependente economicamente do usineiro, ele se filiava ao partido da oposição, que era a União Democrática Nacional. Quando era mais independente, era natural que se filiasse ao governo. Isso, inclusive lhe traria vantagens adicionais, como

prestígio e status junto às autoridades, o que também reforçava aquele sentimento de independência diante do usineiro.

A.C. – Quer dizer que nesse período o P.S.D. era mais forte no Norte que no Sul?

O.F. – Exato.

A.C. – A U.D.N. era mais forte no sul do estado?

O.F. – A U.D.N. era mais forte na cidade do Recife. O P.S.D. era fraquíssimo na capital. A classe média se voltava toda para a U.D.N., na esperança de ver o país redemocratizado. O P.S.D. era muito fraco. O P.S.D. era forte no Sertão, no Agreste graças às obras das cooperativas da Zona Norte; na Zona Sul era fraco.

D.S. – Durante o governo de Agamenon Magalhães, antes da redemocratização, a oposição conseguiu se articular em Pernambuco?

O.F. – Conseguiu.

D.S. – E como eles atuavam?

O.F. – Eles atuavam, ao que me consta, através de reuniões. Fala-se muito em reuniões havidas na casa do tenente Costa Azevedo. Na época havia um grupo de estudantes liderados por Demócrito de Sousa Filho, por Murilo Costa Rego – que depois foi deputado federal-, por Paulo Rangel Moreira, Odilon Ribeiro Coutinho, jornalistas, intelectuais, Gilberto Freire, Aníbal Fernandes, Gilberto Osório, Fernando Mendonça e muitos outros. Havia também alguns professores da Faculdade de Direito e alguns sacerdotes, como o padre Félix Barreto. Todos esses grupos foram se organizando naturalmente.

D.S. – E eles conseguiam se expressar?

O.F. – Conseguiram, porque aqui havia uma velha luta entre Agamenon Magalhães e Assis Chateaubriand. Assis Chateaubriand tentou, e finalmente conseguiu, adquirir a Rádio Clube de Pernambuco. Mas durante seu governo, Agamenon se opôs

decididamente a isso, e chegaram a um conflito. Havia uma troca de artigos terríveis entre Chateaubriand e Agamenon. Mesmo dentro da ditadura, eles se combatiam. E quando a ditadura enfraqueceu, Chateaubriand abriu baterias contra Agamenon e fez do jornal dele, o *Diário de Pernambuco*, uma das cidadelas da redemocratização, sob a direção de Aníbal Fernandes e Antiógenes Chaves.

A.C. – Como foi aqui a campanha para o Brigadeiro?

O.F. – A campanha do Brigadeiro empolgou a classe Média. Recordo-me de que eu e Edgar Fernandes, líder trabalhista, fazíamos comícios para o general Dutra nos quais, na cidade do Recife, podiam-se contar as pessoas pelos dedos. O número de presentes era muito pequeno. A candidatura do general Dutra só veio a se fortalecer quando foi anunciado no Sul o apoio de Getúlio Vargas. Em São Borja, mesmo deposto, Vargas tomou posição e recomendou o apoio a Eurico Dutra. Daí para diante a candidatura de Eurico Dutra começou a se fortalecer. A candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, contudo, era fraca no interior, e aqui no Recife ela sofreu também um desgaste. Ao nível do operariado, a candidatura que ganhou maior força foi a de Iedo Fiúza, lançada pelo Partido Comunista.

A.C. – Essa candidatura foi forte em Pernambuco?

O.F. – Foi muito forte. Aqui em Pernambuco os comunistas chegaram a eleger três deputados federais.

A.C- O senhor está justamente trazendo à tona um aspecto que acho interessante discutir nessa entrevista, que é o caráter popular dos movimentos pernambucanos. A própria Revolução de 30, tenho a impressão, foi mais popular aqui do que em outros lugares.

O.F. – Exato.

A.C. – E 1935, como o senhor disse, apesar de ter ocorrido por iniciativa do Partido, arregimentou outros grupos. O processo de redemocratização foi também muito concorrido. Como o senhor explica esse fenômeno, essa capacidade de mobilização tão vigorosa de Recife?



O.F. – Pernambuco é uma velha metrópole cultural. É praticamente berço de uma universidade desde 1811, com a faculdade de Olinda, posteriormente transferida para o Recife. É também o desaguadouro de todas as inquietações sociais do Nordeste. É a capital do Nordeste. Todas as pessoas desajustadas em suas terras vêm buscar trabalho, ocupação e estudos aqui.

Pernambuco também sempre foi o primeiro ponto de contato com o Ocidente, numa época em que havia uma influência muito grande da cultura francesa. Em 1848 nós tivemos um Antônio Pedro de Figueiredo, o propagador da Revolução Praieira, que ocorreu após a Revolução de 1848 na França. Não que tivessem uma paridade absoluta; uma era um processo colonial, periférico, sem nenhum caráter marxista. Mas já havia conotações sociais na Revolução de 1848, o que é muito bem anotado pelo professor Amaro Quintas, o melhor estudioso da matéria no país.

Há toda uma tradição libertária. Pernambuco foi o estado que, em 1824, organizou a Confederação do Equador, e que primeiro se liberou do jugo português, embora mais tarde a revolução tenha sido sacrificada, e seus líderes mortos. Mas de fato, durante algum tempo, eles organizaram o governo e tentaram até conseguir representação no exterior. Em 1821 foi o primeiro estado que se tornou independente; houve a Revolução de Goiana e o presidente da província foi deposto antes da independência nacional. Em 1821, um ano antes da Independência, os pernambucanos já estavam mandando de volta a Portugal o presidente da província.

Há todo um condicionamento histórico-cultural que me parece muito importante: a aproximação com o Ocidente, a frequência das leituras... Os padres aqui, durante muito tempo foram todos chefes da Revolução de 1817, como Frei Caneca, o padre Miguelino e o padre Roma. A Igreja, historicamente, sempre tomou uma posição popular no Nordeste, posição que decaiu depois da repressão. As repressões a esses movimentos durante a Regência e o Governo Imperial foram muito fortes. Mas sempre fica um saldo de consciência política.

A.C. – O senhor falou há pouco em Demócrito de Sousa Filho. Quando ocorreu esse episódio? O senhor estava na delegacia?

O.F. – Estava. Foi no dia 3 de março de 1945.

A.C. – Bem no início, no primeiro processo de distensão.

[rindo]

O.F.- Houve um incidente profundamente lamentável. A UDN tinha requerido permissão para realizar um comício, e essa permissão fora dada legalmente. Esse comício se realizou no pátio à frente da Faculdade de Direito. Nele falou Otávio Mangabeira. Não me recordo bem se a gente ouviu esse discurso pelo rádio, se depois foi publicado, ou se as pessoas que o assistiram é que o relataram. O fato é que Otávio Mangabeira disse: “A ditadura caiu, caiu de podre”. Esse discurso foi o coroamento do comício.

A.C. – Foi um pouco depois da entrevista de José Américo.

O.F. – Pouco depois. Foi em 3 de março de 1945. Depois do comício os estudantes decidiram realizar uma passeata da Faculdade de Direito ao *Diário de Pernambuco*. No *Diário* estava-se realizando um comício queremista. Era um outro movimento importante que não mencionamos ainda.

Os núcleos sindicais que giravam em torno do Governo Vargas, a certa altura, passaram a articular um movimento que lutava pela “Constituinte com Getúlio”. Esse movimento pleiteava não a eleição do Marechal Dutra, como queria o P.S.D., mas a convocação de uma Constituinte, para que se decidisse sobre os destinos democráticos do País, com o Getúlio Vargas sendo mantido no poder. A essa altura, Luís Carlos Prestes e os comunistas haviam sido anistiados, e esse movimento tomou grande importância.

Getúlio, então, desligou os líderes sindicais de sua confiança da fundação do P.S.D., e estimulou-os a fundar um novo partido, que naquele tempo era chamado o “partido do queremismo” e que mais tarde veio a ser o P.T.B. Um dos seus *slogans* era: “Queremos a Constituinte com Getúlio”.

A.C. – Acho que esse grupo estava muito embrionário ainda. Acho que se desenvolveu com mais força em abril e maio. Aqui no Sul esse movimento se desencadeou mais em abril.

O.F. – Não, já estava forte. Havia uma imposição ditatorial, que era aproveitada por alguns fotógrafos, de se colocar uma fotografia do velho Getúlio com a faixa presidencial em todos os estabelecimentos públicos. Aquilo era bem vendido. Isso, em 1951, deu margem até a uma marcha popular, que se cantava por aí: “Bota o retrato do Velho, põe de novo no lugar”.

Os estudantes, sobretudo, numa revolta natural contra o Estado Novo, consideravam aquela imagem de Getúlio colocada em todos os bares, em todas as lojas, como uma imposição ditatorial e começaram a quebrar esses retratos.

Embaixo do *Diário de Pernambuco* havia um bar, e nesse bar estava um retrato do Getúlio que foi quebrado pelos estudantes. O partido queremista pouco tempo depois marcou um comício para recolocar o retrato de Getúlio no lugar. Fizeram o comício e recolocaram o retrato de Getúlio no bar. O bar ficava embaixo do *Diário*, mas era alugado a um português independente.

A.C. – Quer dizer que a origem da música é essa?

O.F. – Não que a origem da música seja essa. A música surgiu só depois, em outro período histórico, em 1951, quando Getúlio voltou como presidente constitucional, depois de Dutra.

A.C. – Mas inspirada nesse fato.

O.F. – Inspirada nesse e em outros fatos semelhantes que se repetiram por todo o país. Por que, em todo o Brasil, o retrato foi tirado. Quando Vargas voltou reeleito pelo povo, em 1950, o retrato do Velho também voltou.

A.C. – “Bota o retrato do Velho”.

O.F. – Na minha opinião, esses grupos operários que estavam fazendo a reposição do retrato de Getúlio e o comício na Praça da Independência entraram em choque com os estudantes que vinham na passeata. Neste choque, morreu o Demócrito de Sousa Filho. É verdade que a polícia que chegou para apaziguar e manter a ordem, como era polícia viciada na ditadura, na violência, atirou novamente, fazendo disparos contra o *Diário* e contra o povo. A impressão que ficou é que Demócrito foi morto no primeiro incidente com este grupo de queremistas.

D.S. – Esse grupo estava armado? Eles eram liberados por quem?

O.F. – Deviam estar armados e tinham diversas lideranças. Uns eram liderados por Edgar Fernandes; outro eram ligados diretamente ao delegado regional do Trabalho. Era aquele pessoal de sindicato que se unia em torno do governo.

A.C. – Quem era o delegado regional?

O.F. – Pinheiro Dias.

A.C. – Eu tinha a impressão de que Demócrito havia sido morto fazendo um comício numa sacada.

O.F. – Sim. Eles pretendiam fazer um novo comício na sacada do *Diário*. Tinha feito um comício na Faculdade de Direito e uma passeata, que se desenvolveu em plena ordem até a praça da Independência. Lá eles tentaram fazer um novo comício. Aí é que surgiu esse conflito.

D.S. – Se bem que a morte de Demócrito seja imputada ao Estado Novo.

O.F. – De certo modo, o Estado Novo tem suas responsabilidades graves, porque o Estado Novo é que estimulou os queremistas a esse movimento.

A.C. – O senhor abriu algum inquérito para apurar esse incidente?

O.F. – O governador Etelvino Lins, imediatamente, constituiu uma comissão judicial, presidida por um dos maiores desembargadores do estado, com o promotor, para promover o inquérito. A comissão judicial demorou mais de um ano. Eu me recordo até de que o desembargador-presidente desse inquérito foi o desembargador Felisberto Santos Pereira, e que funcionou nesse processo também o procurador-geral do estado, o dr. Dirceu Borges.

A.C. – Depois disso então vem a candidatura Dutra?

O.F. – Vem a candidatura Dutra e a do Brigadeiro. Ambas consagradas em convenções no Teatro Santa Isabel. A de Dutra foi uma grande convenção realizada no Santa Isabel

com o comparecimento de todos esses chefes locais e pequenos chefes municipais. A do Brigadeiro também, com grande sucesso.

A.C. – O senhor participou da convenção?

O.F. – Participei. Depois vieram os comícios. O comício do Brigadeiro foi um comício muito grande. O maior comício dessa campanha foi realizado por Luís Carlos Prestes, no Parque 13 de Maio. Esse comício é considerado um marco na história dos comícios em Pernambuco. Poucos comícios reuniram aqui tanta gente como esse realizado por Luíz Carlos Prestes depois da redemocratização em 1945.

A.C. – Foi pela candidatura do Fiúza?

O.F. – Pela candidatura do Iedo Fiúza.

A.C. – E ele teve uma votação grande aqui?

O.F. – Teve uma votação grande só nos centros operários. No Recife e nos centros operários. Há um episódio anedótico que bem expressa esse processo. Em Pesqueira, pequeno município do interior, havia uma vilazinha chamada Mimoso, cujo chefe local, o sr. Manuel Tenório, era pessedista. Sendo coronel, chefe dali, proprietário, ele controlava todo o eleitorado. Quando foram apurar as urnas apareceram dois votos para Iedo Fiúza: 180 votos para o general Eurico Gaspar Dutra e dois votos para Iedo Fiúza. Ele ficou preocupado, dizendo que não podia ser, que não existia ninguém que votasse em Iedo Fiúza. Tinham sido os maquinistas do trem que haviam passado por lá e votado em trânsito. [risos] Depois ele se apaziguou porque lhe disseram que tinham sido os dois maquinistas que haviam descido do trem para votar em trânsito, em Mimoso.

A.C. – Então não foi falha da clientela.

O.F. – Esse eu considero um dos melhores episódios políticos do mundo.

D.S. – Isso foi em Recife?

O.F. – Foi numa Vila de Mimoso, do município de Pesqueira. A vila era fechada, o chefe tinha um controle absoluto das pessoas, de tudo. Era um homem muito influente. No fim apareceram 180 votos e dois para Iedo Fiúza. Havia dois divergentes!

A.C. – O senhor então participou da campanha do Dutra?

O.F. – Participei da campanha do Dutra ativamente, fazendo comício em todo o estado.

D.S. – Qual a votação do Dutra em Bom Jardim?

O.F. – O Dutra ganhou a eleição em Bom Jardim por cerca de 500 votos.

D.S. – Foi bem disputada.

O.F. – Foi bem disputada. A U.D.N., naquele tempo, contava com Francisco Julião, que era da Esquerda Democrática e estava com o Brigadeiro Eduardo Gomes.

A.C. – E ele era ativo em Bom Jardim?

O.F. – Muito, ativíssimo. Ele havia nascido lá e sempre fizera política em Bom Jardim. Primeiro, na Esquerda Democrática, apoiando Eduardo Gomes; depois, no Partido Socialista, com as organizações camponesas.

A.C. – E o pai dele também era muito político?

O.F. – Não. Era fazendeiro local, homem de classe média, bacharel, de uma família de proprietários rurais. Julião foi o meu grande adversário, embora eu tenha por ele grande admiração. Considero-o um dos mais dignos políticos que já enfrentei, tanto que só encontrei uma maneira de combatê-lo. Ele pregava a reforma agrária, e eu também defendia a reforma agrária. Então, bastou-me cunhar uma expressão que manifestasse as divergências que tínhamos em torno do problema agrário.

O lema dele era: “Reforma na lei ou na marra, a terra é de quem trabalha”, e eu pregava uma reforma agrária legal, por intermédio de emendas constitucionais, de dispositivos legais, que dessem ao camponês o acesso à propriedade da terra. Eu costumava dizer que a luta que ele iniciava não ia trazer pão para a mesa do camponês, ia

trazer sangue. Era preciso fazer a reforma agrária de uma forma cristã, gradual. Mas reconheço que ele sempre foi, em todos esses casos, de uma dedicação e de uma correção aos seus ideais e à gente mais humilde do estado que é uma coisa comovedora. Um dos mais sérios homens públicos que já conheci.

A.C. – Nessa época ele já devia revelar seus dons políticos, porque, se o Brigadeiro perdeu por 500 votos, o senhor atribui isso à campanha dele, à ação de Julião?

O.F. – Só, não. Havia outros grupos da U.D.N. tradicional e conservadora que tiveram também uma grande influência.

A.C. – Havia então, em Bom Jardim, uma liderança udenista organizada, eficiente?

O.F. – Exatamente.

A.C. – Quem era o líder?

O.F. – Era um filho do ex-senador Mota Silveira, dr. Sílvio da Mota Silveira.

A.C. – Tinha terras? Muitas?

O.F. – Médias propriedades.

A.C. – O que o senhor chama de média propriedade em Bom Jardim?

O.F. – Uma propriedade de, no máximo, 300 hectares. Bom Jardim é uma terra de minifúndios. Em geral, as propriedades atingem de 10 a 20 hectares.

[FINAL DA FITA 2-A]

O.F. – Um dos nossos maiores aliados em Bom Jardim foi o dr. Otávio Correia de Araújo, que chegou a ser governador do estado. Era também ligado por laços de parentesco à minha família, porque seu irmão, dr. Amaro Correia de Araújo, é meu

cunhado, casado com minha irmã Maria Isabel. Dr. Otávio Correia de Araújo já havia feito, em Bom Jardim uma reforma agrária legal: ele comprava as grandes propriedades onde havia um grande número de camponeses e, com a ajuda de um vereador local, o “Velhinho”, dividida aquela propriedade grande em 100 pequenas propriedades e vendia aquelas terras a prazo aos camponeses.

Assim, ele estabeleceu no município talvez dois a três mil camponeses, e vendeu o Engenho Pedra Fina, o Engenho Maravilha, o Engenho Machado, todos eles. Comprava, retalhava e dividia antigas propriedades, e isso lhe deu um prestígio imenso. Era o nosso maior aliado, tanto que foi eleito deputado estadual pelo município, e terminou sendo nosso candidato à presidente da Assembléia. Como tal, ocupou durante um ano o governo do estado. Bom Jardim, Surubim, João Alfredo, Orobó, esses municípios ao norte do estado são áreas de pequena propriedade, em que o latifúndio, por diversas circunstâncias, foi sendo eliminado.

A.C. – O número de usinas lá é muito pequeno?

O.F. – O número de usinas é pequeno. Em certas áreas até bem pouco tempo não existia nenhuma. A usina é o grande concentrador de terra e de riqueza.

A.C. – Havia fornecedores para as usinas de lá?

O.F. – Havia pessoas que mandavam cana. Quando a estrada melhorou, forneciam para Tiúma, mas em geral havia pequenos engenhos locais muito precários, que foram sendo divididos.

A.C. – O que se produzia lá? Era zona de gado?

O.F. – Zona de gado, mas basicamente uma zona de produção agrícola. Há duas zonas no município: uma zona mais úmida, que produz frutas para Recife, tubérculos, batata, banana, laranja e um pouco de café, e há uma zona mais seca, mais dada à criação de gado e à plantação de algodão.

A.C. – E a campanha do dr. Barbosa Lima?



O.F. – Ah! Essa campanha foi uma guerra! Em 29 de Outubro de 1945, fomos depostos do governo. Confesso que isso não me causou nenhuma surpresa. Eu estava esperando, a qualquer momento, a deposição do presidente Vargas em função de suas divergências com o general Dutra. Quando fomos informados que o sr. Benjamim Vargas tinha sido nomeado chefe de polícia, concluí que Getúlio já não tinha mais nenhum suporte militar e que seria afastado do governo, o que ocorreu efetivamente. A essa altura, já era candidato escolhido pelo P.S.D. para governador do estado o dr. Barbosa Lima.

O general Dutra fez tudo o que lhe foi possível para evitar a eleição de Barbosa Lima Sobrinho, chegando a nomear para cá, primeiro, um interventor do P.S.D. dissidente, dr. José Domingues, que era mais próximo do Dutra do que do Barbosa Lima – época em que Pelópidas Silveira foi prefeito do Recife. Depois, não satisfeito, vendo que isso não resolvia, nomeou para cá um general, o famoso general Demerval Peixoto, que cometeu violências de toda ordem para permitir a vitória de uma frente única que se formara entre a dissidência do P.S.D. e a U.D.N., com a candidatura de Neto Campelo unindo os dois grupos.

A essa altura, Pelópidas Silveira foi candidato também pelo Partido Socialista, e nós vencemos a eleição graças a esse fato; o eleitorado do Recife votou maciçamente em Pelópidas Silveira para governador. No interior, o eleitorado se dividiu entre a U.D.N. e o P.S.D. O P.S.D. ganhou, e Barbosa Lima foi governador. Mas para que isso ocorresse, tivemos que enfrentar uma eleição a mais violenta possível por parte da oposição.

Em alguns comícios, como em Bezerros e Brejo da Madre de Deus, fomos agredidos por capangas armados pela situação dominante, que tentava dissolver os comícios. Numa dessas ocasiões, em Brejo da Madre de Deus, eu, Barbosa Lima Sobrinho e o professor Luís de Góis só pudemos terminar o comício de revólver na mão, porque senão seríamos apedrejados por uma malta de bandoleiros que havia sido organizada para dissolver o comício.

Em Bezerros, por exemplo, cheguei a ser preso em função de um grupo de malfeitores, também aliciados para dissolver o comício do P.S.D. – que era e sempre foi uma força majoritária tremenda do governo -, liderados pelo futuro deputado Severino Mário de Oliveira. Alguns rapazes, contratados pelos chefes locais da U.D.N., tentaram dissolver o comício à bala. Descemos do comício, eu e o professor Luís de Góis, preocupados porque, àquela altura, qualquer atentado poderia matar Barbosa Lima Sobrinho e, sobretudo, nos deixar sem candidato na véspera da eleição. Seria uma derrota para todos nós; não só a perda de uma vida inestimável, mas uma derrota de tudo por que estávamos lutando. Tentamos impedir a ação desse grupo houve um incidente: um deles

tentou ferir-me, e tive que feri-lo com o revólver. Atirei nele, fui preso, até que, já tarde da noite, afinal foi requerido um *habeas-corporis*. Consegui ser solto e voltar para o Recife. Foi uma eleição muito difícil.

D.S. – Parece-me que, dentro do P.S.D., não houve unidade na escolha de Barbosa Lima Sobrinho como candidato. Qual foi a posição do seu pai nessa disputa?

O.F. – Não houve unidade. Meu pai era muito favorável a Barbosa Lima Sobrinho porque tinham sido jornalistas juntos, no *Diário de Pernambuco*. Meu pai foi, durante a mocidade, redator e revisor do jornal, e era muito ligado a Barbosa Lima Sobrinho. Tinham sido companheiros também na Câmara Federal. De maneira que meu pai era um entusiasta da candidatura de Barbosa Lima Sobrinho. O grupo que se opôs a Barbosa Lima foi o grupo do ex-senador Antônio Novais Filho, que morreu há pouco tempo.

A.C. – Mas era um grupo minoritário dentro do P.S.D.

O.F. – Era um grupo minoritário.

D.S. – Parece-me que o próprio Agamenon desejava que Etelvino Lins fosse seu sucessor.

O.F. – Não creio. Barbosa Lima era muito ligado a Agamenon. Na época em que Agamenon fora ministro do Trabalho, Barbosa Lima tinha sido presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, e eles mantinham relações muito estreitas. A candidatura de Barbosa Lima se firmou como candidatura do partido, na época em que Agamenon era ministro da Justiça. Quando o governo caiu, todos nós decidimos mantê-la, porque era uma expressão cultural da maior valia e por reconhecermos que um candidato desse valor iria obter votos em áreas onde o P.S.D. normalmente não os teria. E Agamenon sempre foi muito entusiasta dessa candidatura. Ele só veio a divergir de Barbosa Lima na sucessão deste. Aí é que ele divergiu.

D.S. – Mas, nesse momento, não se cogitou o nome de Etelvino Lins para a candidatura?

O.F. – Não se cogitou. Nesse tempo, a candidatura que se firmou desde as primeiras horas foi a de Barbosa Lima Sobrinho. Firmou-se antes mesmo da queda de Getúlio. Depois da

queda de Getúlio, o partido então reafirmou, aliás por proposta de meu pai, sua solidariedade. A essa altura é que se manifesta a dissidência de Novais Filho.

D.S. – Ele era do Partido Libertador?

O.F. – Não, Novais Filho era do P.S.D. Nessa época, quando rompeu com o P.S.D., foi que ingressou no Libertador. Novais Filho veio a ser ministro da Agricultura de Dutra.

A.C. – Aquele famoso ministério da união nacional?

O.F. – Exato. As relações de Novais com a U.D.N., do ponto de vista pessoal, eram muito estreitas. Durante a ditadura, ele tinha sido prefeito no Recife, mas um prefeito ameno, que mantinha relações muito cordiais com a oposição. Naturalmente isso aproximou a U.D.N. Era um homem de temperamento muito cordial, muito educado.

A.C. – Seu pai, nessa época, era secretário do partido?

O.F. – Era secretário-geral do partido.

D.S. – Quem o grupo Novais Filho apoiou nessa eleição?

O.F. – Apoiou Neto Campelo. Eles propuseram inicialmente a candidatura de Novais Filho, mas a U.D.N. não a aceitou, porque achava que Novais Filho vinha do Estado Novo e, por isso, não podia ser o candidato. Marcharam então para uma candidatura de compromisso, que foi a candidatura do dr. Neto Campelo Júnior.

D.S. – Que nomes Novais Filho conseguiu arrastar do P.S.D.?

O.F. – Poucos. Ele trouxe um grupo de amigos muito dedicados a ele, sobretudo na Zona Sul do estado, onde a influência do P.S.D... Eu me esqueci de dizer que Novais era um dos chefes do P.S.D. na Zona Sul do estado.

A.C. – Em que Zona exatamente?

O.F. – Cabo, Escada, Amaraji, Cortês, Palmares. Em toda essa região a chefia era do Novais Filho.

D.S. – Ele tinha certa liderança sobre os senhores de engenhos?

O.F. – Tinha uma liderança grande. Ele se considerava um representante da nobreza rural de Pernambuco.

D.S. – Tinha liderado a greve de 1932?

O.F. – Sim. Foi uma falha minha a de não ter dado essa informação logo no começo. Quando se organizou o P.S.D., eu me lembrei que tínhamos feito uma caravana presidida por Novais Filho, mas me esqueci de relatar que ele era realmente o mais influente chefe do P.S.D. na Zona Sul do estado.

A.C. – Exato. E vem corroborar também aquela sua idéia de que alguns fornecedores deram o seu apoio, pelo menos o grupo político dos fornecedores ligados ao P.S.D.

O.F. – Tanto que a Cooperativa dos Fornecedores tinha três ou quatro grandes líderes, todos inicialmente pessedistas: Neto Campelo Júnior – que veio a dissentir e se candidatou contra o Barbosa Lima – Ferreira Lima, meu sogro, e Hélio Coutinho de Oliveira, de Nazaré. Todos três eram fornecedores de cana, eram líderes de classe e eram pessedistas.

A.C. – Acho que o governo Barbosa Lima foi curto e difícil.

O.F. – Sim, porque ele perdeu um ano de mandato numa questão eleitoral. Nesse período, assumiu o governo um companheiro nosso, dr. Otávio Correia de Araújo, que como presidente da Assembléia governou durante um ano. Barbosa Lima governou três anos, mas no meio de uma contestação muito grande e sem nenhum apoio do governo federal, já que ele havia sido eleito em oposição ao governo federal.

A.C. – Vitorioso o governo Dutra, Vitorioso Barbosa Lima, como ficou sua situação na política?

O.F. – Eu, que tinha feito a campanha e que tinha deixado a promotoria para ingressar na política, estava procurando reiniciar minha vida profissional depois da eleição quando o general Dutra, sensibilizado pelo apoio que minha família, meu pai, todos nós tínhamos dado à sua campanha, me nomeou aqui delegado dos comerciários. Aceitei o cargo e exerci-o durante algum tempo. Mas, nesse período, Agamenon Magalhães me convidou para ser deputado estadual, e eu ingressei no P.S.D. como candidato à deputado estadual e me elegi. Fui deputado estadual durante oito anos.

A.C. – Oito anos. Quer dizer que o senhor participou ativamente dessa ...

O.F. – Nessa época tivemos uma grande alegria porque participamos da Constituinte pernambucana de 1947. Foi para nós uma experiência de grande significação, já que estávamos votando uma Constituição estadual. Nós, do P.S.D., tínhamos cerca de 25 representantes; a U.D.N. tinha 18 – com seus aliados chegava a 20 - , e o Partido Comunista, com nove deputados, era o fiel da balança. Votamos uma Constituição aliados ao Partido Comunista Brasileiro.

A.C. – P.S.D. e P.C.

O.F. – P.S.D. e P.C.

A.C. – Em que consistiu exatamente essa aliança, em termos de Constituinte? Quais foram os interesses que puderam ser congregados nessa Constituição?

O.F. – Havia pontos de vista comuns. Por exemplo, estabelecemos na Constituição que a área de nenhuma cidade, vila ou povoado poderia ser propriedade de uma só pessoa jurídica. Isso era uma reivindicação do P.S.D. de Paulista, que os comunistas estenderam a todo o estado. E também uma série de medidas progressistas que foram incluídas na Constituição de 1947. O P.C. não tinha ilusão de que a Constituição pudesse lhe dar qualquer parcela de poder. Eles apenas usavam o instrumento democrático de luta que a Constituinte lhes permitia.

A.C. – O senhor foi eleito pela região de Bom Jardim?

O.F. – Não fui eleito nessa eleição por Bom Jardim, porque esse aliado nosso a quem me referi, o deputado Otávio Correia de Araújo, aliou-se a meu pai e veio para o partido. Meu pai apoiou decisivamente a candidatura do dr. Otávio Correia em Bom Jardim. Fui eleito pelo resto do estado. Tive pequenas votações distribuídas por todo o estado de Pernambuco.

A.C. – Isso se deveu a um apoio direto de Agamenon?

O.F. – Não, a amigos de meu pai em outras áreas do estado.

A.C. – Onde ocorreu a sua votação mais expressiva? Em que municípios?

O.F. – Nos municípios vizinhos de Bom Jardim – João Alfredo e Orobó – e em municípios do Sertão, como Pedra de Buíque, Buíque e Jurema. Eram pequenos líderes locais do interior ligados a meu pai que me apoiavam.

A.C. – Quer dizer que Bom Jardim ficou com duas pessoas.

O.F. – Ficou com dois representantes.

A.C. – O senhor passou oito anos como deputado estadual?

O.F. – Passei oito anos.

## **2ª Entrevista: 18.04.1978**

A.C. – Hoje, íamos começar a conversar sobre seu período na Assembléia – período de oito anos, como vimos da última vez. Mas me ocorreu perguntar ao senhor sobre a campanha do petróleo, porque soubemos que essa campanha, aqui em Recife, foi uma campanha muito acirrada, e que o senhor teria participação dela. Gostaríamos de saber que influência teve essa campanha sobre o senhor, sobre sua formação político-ideológica, e de que maneira o senhor se engajou nela.

O.F. – O problema começou a ser debatido na Assembléia e por aqueles defensores das teses do general Horta Barbosa, que iniciava pelo país uma peregrinação em defesa da tese de “ O Petróleo é Nosso”. Começamos a discutir essa tese na Assembléia. A idéia nos empolgou a um grupo de deputados, e fizemos parte de uma organização cujo nome exato era Sociedade de Estudos e Defesa do Petróleo. Eu me recordo de que participavam dessa comissão exatamente o ex-prefeito Pelópidas Silveira e o deputado Magalhães Melo. Essas foram as figuras mais atuantes. Muitas outras pessoas, como o promotor Paulo Cavalcanti, também faziam parte dela

Devo fazer que a campanha não constituiu para mim uma novidade, porque formei minhas idéias, em grande parte, na base das obras de Alberto Torres, que é o pai espiritual do nacionalismo brasileiro. Alberto Torres já dizia, em 1920, que as grandes cidades brasileiras eram apenas centros através dos quais se coletavam riquezas para exportar, empobrecendo a nação. Riquezas brasileiras passavam por aqui e o país ficava espoliado. Toda essa pregação de Alberto Torres marcou muito a nossa geração, a geração também de Mário Andrade, e por isso era muito natural que nos engajássemos na campanha de “O Petróleo é Nosso”.

A campanha, por sua vez, nos deu a segurança técnica; alinou os técnicos que a assessoraram: general Horta Barbosa, homens como Jesus Soares Pereira – que criou a Petrobrás e que era um grande pensador e um grande economista -, Rômulo de Almeida, todos deram a fórmula real. Inicialmente, eu me recordo de que, na Assembléia Legislativa, nossos adversários diziam: “Como é que o Brasil quer fazer campanha do petróleo se não possui petróleo?” Naquela época, as campanhas estrangeiras afirmavam que no Brasil não havia petróleo. Por outro lado, havíamos lido o livro *O Escândalo do Petróleo*, de Monteiro Lobato, que também teve uma grande influência na minha geração. Nesse livro o autor mostrava que alguns pesquisadores do petróleo tinham sido assassinados depois de descobrirem petróleo em Mato Grosso, e argumentava que não era possível que o petróleo respeitasse as linhas geográficas do solo brasileiro. Dizia que se havia petróleo na Bolívia, se havia petróleo no Peru, porque não haveria petróleo no Brasil?

A campanha elaborou as condições técnicas com as quais se poderia montar o monopólio estatal do petróleo através do monopólio da importação do óleo cru e da refinação do petróleo no país, com a produção de todos os subprodutos, chegando-se enfim à criação de uma indústria nacional, de uma tecnologia nacional. Apesar de tudo o que se fez de errôneo na administração da Petrobrás, ela ainda é a grande conquista brasileira, ainda é o maior instrumento de produção e de criação de tecnologia no país.

Recordo-me de que o general Horta Barbosa, presidente da nossa campanha, e o general Carnaúba, que aqui estiveram fazendo conferência na Escola de Belas Artes, repetiam muito o tema de que o petróleo era soberania; portanto, o país que não dispusesse de petróleo não dispunha de soberania. É o que lhe posso dizer sobre a campanha e de como ela marcou vivamente a nossa geração. Aqui não houve muita repressão, mas em algumas partes do país chegou a haver repressão e algumas pessoas chegaram a ser pressas.

Monteiro Lobato, mesmo antes que a campanha fosse iniciada, chegou a ser preso por ter feito uma carta ao presidente da República, considerada insultuosa, na qual denunciava os técnicos do Ministério da Agricultura – o sr. Philip Oppenheim e outros – que, contratados pelo governo brasileiro, afirmavam, à fé dos evangelhos, que não havia petróleo no país. Essa afirmativa foi pouco depois desmentida pelo pioneirismo de Oscar Cordeiro na Bahia, descobrindo petróleo, que levou à criação, ainda no governo Vargas, do Conselho Nacional do Petróleo, e à lei do monopólio estatal, já em 1950.

A.C. – Na Assembléia, a reação contra esta campanha era uma reação forte?

O.F. – Era uma reação forte. Havia os adversários mais conservadores que diziam que a campanha era comunista. Nunca houve uma campanha mais nacionalista do que a campanha do petróleo, mas os que participavam dela eram acusados ora de comunistas, ora de cripto-comunistas, ora de inocentes úteis, por estarem servindo aos comunistas. Na verdade, os comunistas tomaram parte saliente na campanha. Mas isso nunca me pareceu perturbador. Todo brasileiro tinha o direito de aspirar melhores dias para seu país, e que os comunistas o fizessem era muito natural. Eles estavam com a boa causa, e não era por isso que deveríamos abandoná-la.

A.C. – Dr. Osvaldo, a Igreja se omitiu nessa campanha ou foi contra? Que posição tomou?

O.F. – A Igreja se omitiu. A campanha foi feita ao nível popular. Havia também um grande homem no Exército, o general Newton Estillac Leal, que a impulsionou muito. A campanha foi impulsionada principalmente pelos militares nacionalistas, por setores do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Social Democrático, ao qual aquela época eu me filiava.



A.C. – Como seu pai reagiu a tudo isso? Como recebeu seu engajamento?

O.F. – Ele era pessimista; achava difícil, mas achava que a campanha tinha um objetivo patriótico. Não era dos mais entusiastas, mas acreditava que os objetivos eram patrióticos.

A.C. – O seu primeiro período na Assembléia foi de...

O.F. – Foi de 1947 a 1950.

A.C. – O senhor teria mais alguma coisa a nos dizer sobre o tipo de discussão que se travava na época?

O.F. – Foi uma época de muita riqueza democrática. Foi uma época em que o país retomou o contato com a democracia, e as grandes crenças populares foram debatidas. O Acordo Brasil-Estados Unidos, por exemplo, foi muito combatido por todos nós. Ao mesmo tempo que lutávamos aqui, cheguei a ser autor de um projeto de encampação da Pernambuco Tramways.

O fato de as companhias estrangeiras explorarem concessões no Brasil, retirando daqui lucros excessivos e nos prestando um péssimo serviço, sempre foi objeto de um combate por parte dos nacionalistas – expressão com a qual nos denominávamos. Cheguei a propor um projeto de encampação da Pernambuco Tramways, que era a campanha americana, co-filiada da Brazilian Traction, que servia aqui e que nos prestava péssimos serviços. Naquela época, Murilo Coutinho, secretário de Viação, fizera um levantamento estatístico cuidadoso de tudo quanto a campanha havia prejudicado o estado, de todas as fraudes por ela praticadas, e isso nos levou a propor um projeto, que afinal foi derrotado. Tivemos apenas 15 votos favoráveis ao projeto, em 65 deputados.

A.C. – O dr. Barbosa Lima deu apoio a esse seu projeto?

O.F. – O dr. Barbosa Lima deu um apoio pequeno, limitado. Ele era pessoalmente favorável ao projeto, mas não empenhou o governo nisso.

A.C. – Foi a época também em que houve a cassação do Partido Comunista.

O.F. – Pouco depois houve a cassação dos deputados do Partido Comunista.

A.C. – E isso repercutiu aqui?

O.F. – Repercutiu muito. A bancada comunista era composta de nove deputados, inclusive alguns de grande valor intelectual, como Rui Antunes, professor da Faculdade de Direito, que hoje, ao que sei, está afastado do Partido, porque não era marxista. Ele foi um deputado muito brilhante. Deputados como Leivas Otero, que desapareceu e do qual ninguém sabe notícias, e Davi Capistrano, que dizem ter sido morto, e que era um homem muito atuante.

A.C. – Davi Capistrano era o quê, exatamente?

O.F. – Era um líder e tinha sido ex-combatente nas brigadas do Partido Comunista na Espanha. Era um homem de temperamento muito violento. Sempre que tínhamos que nos entender com o Partido Comunista, eu preferia me entender ora com Rui Antunes, ora com o deputado Leivas Otero, que era um antigo oficial do Exército que havia deixado as Forças Armadas na Revolução de 35; anistiado, foi aqui eleito deputado estadual.

A.C. – O senhor acha que o Davi Capistrano era menos negociador, menos conversador?

O.F. – Sim. Ele era muito agressivo e queria impor seus pontos de vista doutrinários e às vezes sectários. O Leivas Otero era um homem de mais cultura e, conseqüentemente, um homem com quem se podia dialogar.

A.C. – Eles participaram da campanha do petróleo?

O.F. – Participaram. Todos eles se engajaram em todos os movimentos nacionalistas da época: o combate ao Acordo Brasil-Estados Unidos, que era um acordo profundamente dilapidador da economia nacional, nocivo à nossa economia, a campanha do petróleo e a luta pela encampação das companhias estrangeiras.

D.S. – Como o senhor explica que o dr. Barbosa, sendo lutador nacionalista, não se tenha engajado tanto nesse projeto que o senhor apresentou?

O.F. – Ele era um homem vinculado a outros compromissos. O Partido Democrático era um partido muito conservador. Tinha alguns elementos progressistas, como Barbosa Lima, que foi governador, Miguel Arrais, Luís Magalhães Melo, eu e mais alguns. Nós, que tínhamos essas idéias, éramos uma minoria dentro do partido. A grande maioria era conservadora, e se Barbosa Lima se engajasse num projeto desses, iria colocar em risco toda a sua liderança e o seu governo mesmo.

A.C. – E era um governo muito fraco do ponto de vista de sustentação.

O.F. – Muito fraco. Era um governo que dependia basicamente da Assembléia, sobre tudo porque estava numa posição muito difícil - estava praticamente em posição ao governo federal. Mas me recordo de um episódio em que ele demonstrou aqui muita independência.

[FINAL DA FITA 2-B]

O.F. – Recordo-me de que ele foi convidado para a solenidade em que, anualmente, em novembro, as Forças Armadas prestam homenagem aos mártires da Revolução de 1935, aos militares que foram mortos na defesa da legalidade. Nessa homenagem, prestada no cemitério de Santo Amaro, um dos oficiais que fez a saudação criticou o governo do estado porque, àquela altura, havia dois secretários – o sr. Barros Barreto, da Agricultura e Miguel Arrais, da fazenda – que eram considerados simpatizantes do Partido Comunista. Barbosa Lima Sobrinho tomou a palavra e respondeu imediatamente. Manifestou a solidariedade do governo aos que morreram em defesa da legalidade, mas frisou que a legalidade era democrática, era de respeito à pessoa humana, à independência de idéias. Isso provocou a minha reaproximação com ele. Eu andava meio afastado do governador e, nesse dia, fui lhe dar um abraço pela coragem e pela correção com que ele se manifestou nesse episódio. Ele havia pedido a palavra e imediatamente retrucado, defendendo o interesse da causa democrática, mostrando que aquilo era uma tentativa de caça às bruxas.

A.C. – O governo Dutra era abertamente hostil a Barbosa Lima e ao P.S.D. pernambucano, ou procurava uma atitude conciliadora?

O.F. – Era abertamente hostil, mas às vezes tentava conciliar. A linha do governo Dutra foi basicamente anticomunista. Foi um governo que se empenhou na decretação da ilegalidade e do fechamento do Partido Comunista, e na cassação de seus deputados. A bancada pernambucana do P.S.D. votou maciçamente contra isso. Agamenon Magalhães, Osvaldo Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Etelvino Lins, todos esses senadores e deputados do PSD pernambucanos votaram contra a cassação da bancada dos deputados comunistas.

Isso foi interpretado como um gesto de hostilidade ao governo federal, que se empenhava nisso como numa questão de honra.

A.C. – Quer dizer, dr. Osvaldo, que o senhor começou sua carreira política por via eleitoral, muito comprometido com a causa nacionalista.

O.F. – Exatamente. Isso tem marcado toda a minha vida.

A.C. – Eu tinha curiosidade de saber sobre as origens do seu engajamento. O senhor falou em Alberto Torres e nas leituras de Mário de Andrade. Como se deu esse seu processo de engajamento com o nacionalismo?

O.F. – A nossa geração da Faculdade de Direito era uma geração que tendia para o nacionalismo. Eu já afirmei que, por um equívoco, o nacionalismo me levou até a pertencer ao Partido Integralista, aos 16 anos de idade. Foi um dos erros da minha juventude. O sentimento nativista aqui no Nordeste é inato. Pernambuco tem uma tradição de revoluções nativistas: 1710, 1817, 1824, 1848. E eu fui educado, desde muito menino, no culto desse pensamento nativista. Posteriormente, as leituras só fizeram aprofundá-lo. Andei às vezes até em dificuldades porque procurei conciliar esse nacionalismo com o cristianismo, até que fui encontrar num pensador católico belga a definição exata de que o nacionalismo não é incompatível com o cristianismo, pelo contrário.

A.C – Quem é esse pensador ?

O.F. – Jean Dabin, professor da universidade belga de Louvain que pertence aos jesuítas. Ele afirmava que o que era incompatível com o pensamento cristão era o nacionalismo

fundado em bases materiais, no culto da raça, no culto do sangue, da cor, do poder. Mas aquele que procurasse exaltar idéias, o movimento e a aspiração das nações pelo progresso, esse era altamente benéfico. Era preciso, por exemplo, que o nacionalismo fosse de tendência espiritualista, e não de uma tendência materialista como Hitler pretendia.

A.C. – Quando o senhor leu esse autor belga ?

O.F. – Muito tarde, já procurando uma ponte entre o meu catolicismo, que também era hereditário e básico, e o nacionalismo.

Essas foram as diversas campanhas da Assembléia no meu tempo. A constituinte foi um período também de muita efervescência. Aqui, passamos um ano numa efervescência muito grande. O governo federal nos hostilizava. Elegemos como presidente da Assembléia o deputado Otávio Correia, que tomou posse no governo do estado com mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal, porque o interventor federal não quis lhe dar posse. Votamos a Constituição, e nela colocamos um artigo que dizia: “Se o governador não estivesse diplomado e eleito, e tomado posse, tomaria posse o presidente da Assembléia.”

Através desse dispositivo inscrito na Constituição e nas disposições transitórias, e outro contido no próprio corpo da Constituição – que dizia que o governador seria substituído nos seus impedimentos ou faltas pelo vice-governador - , o P.S.D., então em aliança com o P.C., constituiu a mesa da Assembléia. O presidente foi o deputado Otávio Correia, e o primeiro-secretário foi o deputado José Leite, que era do P.C. O segundo-secretário foi o padre Wanderley Simões, que era do P.S.D., uma figura muito boa.

A.C. – Otávio Correia era de que partido ?

O.F. – Era do P.S.D., da minha terra, lá de Bom Jardim. E tudo isso foi feito sob a orientação de Agamenon Magalhães, de meu pai, Osvaldo Lima, e de outras figuras do P.S.D. Ao votarmos, comunicamos o fato ao interventor federal, que aquela época era o dr. Amaro Pedrosa, pois o general Demerval havia renunciado.

O dr. Amaro Pedrosa não quis passar o governo. Achou que era delegado do governo central e, como tal, não passaria. O P.S.D. impetrou um mandado de segurança ao Supremo Tribunal Federal, e o Supremo decidiu que era legítima a disposição constitucional e, conseqüentemente, deu posse ao dr. Otávio Correia que governou

durante o ano em que durou a batalha eleitoral. Naquela época havia um dispositivo na lei que determinava que enquanto houvesse recursos sobre as apurações, os candidatos majoritários não tomariam posse. Foi um nunca acabar de recursos. A UDN propôs 300, o PSD, através de seu advogado Osvaldo Lima, propôs 400. Os tribunais iam discutindo esses recursos, e o mandato de Barbosa Lima foi sendo prejudicado. Finalmente, foi concluída essa batalha eleitoral. Barbosa Lima Sobrinho foi reconhecido vitorioso, e o presidente da Assembléia lhe transmitiu o cargo. A constituinte votada dessa forma foi bastante agitada, mas extremamente popular. As galerias da Assembléia viviam permanentemente cheias.

Outro ponto também muito progressista que conseguimos incluir na Constituição – creio que já lhe disse isso – foi a proibição de que se constituíssem cidades ou vilas em propriedades de uma só pessoa física ou jurídica. Isso porque havia vilas e cidades em Pernambuco que eram de propriedade de usinas ou de fábricas de tecidos. O dono da fábrica ou o dono da usina era dono de tudo. O juiz de Direito, o promotor ou o delegado chegavam lá e precisavam pedir uma casa para poder se hospedar.

A.C. – Era o caso de Paulista ?

O.F. – Era o caso de Paulista e de outras vilas do interior. Incluímos esse dispositivo na Constituição e começamos a executar a libertação desses verdadeiros feudos. Um dos pontos pelos quais o P.C. mais se bateu foi a proibição de polícias particulares, já que os grandes usineiros, os grandes proprietários e as grandes fábricas tinham um corpo de vigias armados. Pela Constituição, isso ficou proibido. Os comunistas foram os que mais se bateram contra isso. Mas hoje, com as campanhas de segurança, vejo que esse mal das polícias particulares está generalizado.

D.S. – Quer dizer que, na Constituinte, a grande divisão era o P.S.D. com o P.C., contra a U.D.N. ?

O.F. – P.S.D. com o P.C. contra a U.D.N.

A.C. – E a U.D.N., como se comportava nisso tudo ?

O.F. – A U.D.N. tinha homens progressistas, é preciso salientar. Havia homens como Carlos Rios, como Mário Lima, que eram altamente progressistas e que nos

acompanharam, por exemplo, na campanha do petróleo e no combate ao Acordo Brasil-Estados Unidos. Mas o grosso era profundamente reacionário.

A.C. – Quer dizer que, aqui também essa vinculação da UDN com a causa da democratização ficou um pouco à margem de toda essa discussão das grandes causas nacionais ?

O.F. – Eles eram os melhores. Por exemplo, eu me recordo de que havia um grande líder, um homem de muita cultura, que nos dava muito trabalho. Era o professor Gilberto Osório de Andrade, atualmente um dos diretores da Sudene. Nunca estudei tanto Direito Constitucional na minha vida para poder responder ao discurso dele. Homem de grande cultura, profundamente liberal, mas de um liberalismo que não enxergava a luta pelas conquistas sociais. A atitude da U.D.N. foi sempre a de defender um setor estreito da classe média. Considerava que todo apelo à defesa dos interesses das massas era uma demagogia

D.S. – E o P.T.B. ?

O.F. – O P.T.B. aqui era inexpressivo, porque estava absorvido pelo P.S.D., tinha só um deputado, com pouca significação. Isto porque, com a política de Agamenon, os líderes sindicais estavam todos dentro do P.S.D. O mais autêntico deles era o deputado Torres Galvão, de Paulista, mas havia vários outros de muito valor, como Edgar Fernandes. Todos eles estavam engajados dentro do PSD, porque Agamenon fazia uma política de seguimento à de Getúlio.

A.C. – Ele era as duas coisas.

O.F. – Era ambivalente: de um lado se apoiava nos conservadores; do outro, se apoiava nos operários.

A.C. – E o seu segundo mandato vai coincidir com a volta de Agamenon ?

O.F. – Exato. Aí nós discrepamos de Agamenon. O meu grupo – o grupo de meu pai, do meu sogro Ferreira Lima, do deputado Edgar Fernandes – que era o grupo mais

progressista do partido, se engajou ao lado da candidatura do dr. Getúlio Vargas à presidência da República, enquanto Agamenon...

A.C. – Foi contra.

O.F. – Agamenon dizia que ia defender o seu torrão natal e à última hora fez uma aliança com o general Dutra e decidiu apoiar a candidatura de Cristiano Machado. E isso, somado a diversos outros fatos locais, nos levou a uma cisão.

A.C. – O seu pai o acompanhava nesse apoio a Getúlio ?

O.F. – Ele dirigia o movimento. Aliás, eu é que acompanhava o velho. Meu pai tinha feito, como eu já disse na entrevista anterior, a Aliança Liberal. Ele era um getulista histórico. Quando o general Dutra foi apresentado como candidato, ele foi designado para saudá-lo aqui na convenção, e usou essas palavras: “Quero dizer que o meu candidato era o dr. Getúlio Vargas, mas como ele não quer deixar o poder para se desincompatibilizar, vamos apoiar o general Dutra. O discurso até causou espécie. Uma vez firmado com Dutra, manteve-se fiel à sua candidatura, em 1950... Meu pai era muito próximo de Getúlio Vargas, de Batista Luzardo e de João Neves, que eram getulistas históricos como ele. E para mim era a candidatura popular, a candidatura do povo.

A.C. – Em que função seu pai estava nessa época ?

O.F. – Ele era deputado federal.

A.C. – Quando houve essa cisão com Agamenon, como ficou a situação partidária ?

O.F. – Ficamos numa situação deplorável. João Cleofas de Oliveira, que era da UDN, futuro ministro de Getúlio, terminou sendo imposto como candidato, com o apoio de Getúlio, e nós tivemos que apoiá-lo. Pouco antes de Agamenon morrer – ele morreu em 52 - , meu pai e ele fizeram uma reaproximação. Depois de ter mandado diversos emissários, Agamenon veio aqui procurar meu pai, dizendo que ele não podia romper uma amizade de 30 anos, e que o PSD não podia existir sem Osvaldo Lima. Voltaram então a se entender. Continuei na Assembléia até que me elegei deputado federal em 54.



D.S. – Nesse período, o nome de seu pai foi cogitado também para a sucessão pernambucana, não é isso ?

O.F. – Sim, mas como o João Cleofas trazia um contingente maior, foi escolhido.

A.C. – O senhor depois foi para o P.S.P. ?

O.F. – Fomos para o P.S.P. Enfrentamos uma situação difícil, porque o P.T.B. aqui era um partido fechado. O dr. Getúlio Vargas passou aqui e teve um entendimento com todos nós da dissidência do P.S.D. Ele nos disse que o seu partido de agora em diante seria o P.T.B., e que ele estimaria muito que ingressássemos nesse partido, que seria o seu partido de ação. Fizemos um entendimento no sentido de ingressarmos todos no P.T.B. – os deputados federais Ferreira Lima, Edgar Fernandes e Osvaldo Lima, e mais cinco deputados estaduais. Quando procuramos a direção local do P.T.B., ela vetou a nossa entrada, porque tínhamos mais votos do que eles, e se entrássemos tomaríamos as cadeiras.

A.C. – Quem era essa direção ?

O.F. – Eram políticos de pouca expressão. Era o sr. Alexandre Fonseca, funcionário aqui da Previdência Social, e uma série de pessoas de pouca expressão política, mas que tinham o controle do diretório. A última hora foi que Batista Luzardo nos conseguiu essa legenda, que funcionou como um guarda-chuva e nos permitiu às eleições.

A.C. – E seu pai ficou um pouco deslocado.

O.F. – Inteiramente.

A.C. – Como um grande chefe político, o P.S.P. não era exatamente o lugar dele.

O.F. – Não era lugar para ele nem para nenhum de nós, mesmo porque a figura de Ademar de Barros sempre me pareceu uma figura pouco merecedora de respeito. E continuamos lutando para entrar no P.T.B., o que só fomos conseguir em 58, quando Barros Carvalho, dirigente aqui no P.T.B., foi candidato a senador e nos abriu

generosamente as portas do partido. Ingressamos todos no P.T.B., mas meu pai então se afastou da política. Ele não quis mais ingressar no P.T.B., nem em outro partido.

A.C. – Quer dizer que o senhor entra no P.T.B. e ele praticamente deixa a atividade política.

O.F. – Fica fazendo atividade política no interior, na cidade dele, onde ainda hoje ele faz política.

D.S. – O senhor poderia nos falar um pouquinho da eleição do Agamenon ?

O.F. – A eleição do Agamenon foi uma coisa curiosa. Agamenon era um homem muito odiado pela classe média pernambucana. Criaram uma série de *slogans* contra ele, e sobre ele também pesavam as violências ocorridas na ditadura. Além disso, ele lutava contra João Cleofas, candidato da U.D.N. João Cleofas tinha o apoio da nossa dissidência – nós que tínhamos saído do P.S.D. – e do P.T.B. Tudo indicava que João Cleofas, ministro de Getúlio, tendo o apoio do P.T.B. e da dissidência do P.S.D., se elegeisse.

Mas João Cleofas já mostrava, naquela época, que era difícil de urna mesmo. Enquanto nós pedíamos a ele que defendesse as nossas teses, que eram as teses populares, ele só fazia defender teses econômicas impopulares, ao mesmo tempo que Agamenon defendia teses populares. Agamenon era a favor do “petróleo é nosso” e cortejou certas posições, tanto que teve uma grande votação nos bairros operários aqui do Recife, na chamada “poeira”. Ele dizia que foi essa poeira que o salvou, porque na zona da classe média ele foi derrotado fragorosamente.

D.S. – E no interior ?

O.F. – O interior se dividiu. O Sertão sempre havia dado a grande maioria que deu a Agamenon, e os coronéis ficaram fiéis a ele.

A.C. – Eram velhas relações políticas que ele mantinha ?

O.F. – Sim, do tempo da interventora.

A.C. – Então é uma coisa muito curiosa, porque no fundo o seu grupo, o grupo de dissidência do P.S.D., era muito mais identificado ideologicamente com Agamenon do que com Cleofas, sendo que quem trouxe a divisão foi o Getúlio.

O.F. – Exatamente, foi a candidatura de Getúlio Vargas.

A.C. – Uma contradição muito grande, porque essa mesma lealdade precipitou o grupo a apoiar Cleofas contra Agamenon, que tinha as posições mais nacionalistas.

O.F. – E houve coisas curiosas. Fomos, por exemplo, para um comício, e nesse comício Getúlio indicou a candidatura de João Cleofas. Fui um dos que saudou Getúlio aqui numa noite de chuvas tremenda, e ele indicou a candidatura de João Cleofas para governador e a de meu pai para senador.

D.S. – Mas não houve nenhum problema interno no P.S.D., independente dessa indicação de Getúlio?

O.F. – Houve sim, houve um barulho interno. Se Agamenon permanecesse com Getúlio, o candidato natural para governador seria meu pai. Se Agamenon permanecesse com Dutra, o candidato teria que ser ele mesmo, porque ele só levaria a sua gente para o Dutra se ele mesmo fosse.

D.S. – Em que eleição seu pai ganhou o apelido de “Marechal da Vitória” ?

O.F. – Foi na eleição de Barbosa Lima Sobrinho. Meu pai defendeu no Tribunal Eleitoral aquela luta de um ano de recursos a que há pouco me referi. Nehemias Gueiros foi o grande advogado da U.D.N. e da candidatura de Neto Campelo, e meu pai foi o advogado do Barbosa Lima.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. – Mas o senhor dizia então que o seu pai tinha defendido Barbosa Lima no Tribunal.

O.F. – Chegando ao Rio de Janeiro Agamenon Magalhães, a imprensa carioca indagou dele: “Dizem que Barbosa Lima vai ser depurado porque tem um interventor contra ele, o general Demerval Peixoto, que está desmontando a máquina do velho P.S.D., demitindo autoridade e enfraquecendo a autoridade do P.S.D.” Agamenon, então, ironicamente respondeu: “Mas contra esse general nós temos um marechal, Osvaldo Lima, que está cuidando dos recursos no Tribunal”. E então esse apelido ficou. Os jornais aqui anunciavam: “Agamenon disse que contra o general tem o marechal Osvaldo Lima”. E esse nome ficou.

A.C. – Quer dizer que na campanha de Agamenon e Cleofas, seu pai seria um candidato provável ao governo ?

O.F. – Um candidato ao governo pelo P.S.D. Meu pai não saiu candidato porque resolveu apoiar Getúlio.

A.C. – E Getúlio teria preferência pelo nome de seu pai, ou de Agamenon ?

O.F. – Agamenon. Mas Agamenon precisava romper com o governo federal e não se dispunha a isso. Agamenon era um homem que acreditava só no poder como força decisiva; portanto, não se animava a ser candidato de oposição.

A.C. – Quer dizer então que seu pai seria o candidato alternativo a Cleofas, mas Getúlio preferiu Cleofas.

O.F. – Sim, porque Cleofas trazia uma corrente maior. Getúlio buscava penetração dentro da U.D.N., tanto que depois fez de Cleofas seu ministro da Agricultura.

A.C. – Quer dizer que o Cleofas depois foi para o Ministério ?

O.F. – Sim. Perdeu a eleição, mas foi para o Ministério, como expressão dessa aliança.

D.S. – O P.T.B. ficou apoiando o Cleofas?

O.F. – Ficou apoiando o Cleofas.

D.S. – Era, enfim, uma aliança de todos contra o P.S.D.

A.C – E havia também um candidato de esquerda, Osório Borba.

O.F. – Osório Borba foi em outra oportunidade.

A.C. – Foi contra Etelvino Lins.

O.F. – Etelvino foi candidato de todas as forças políticas menos do Partido Socialista, que lançou Osório Borba.

A.C. – O governo Agamenon durou muito pouco; ele morreu...

O.F. – Agamenon morreu em agosto de 52. Etelvino foi então eleito por uma união de todas as forças do estado. Houve uma comoção muito grande, e Etelvino agiu com muita habilidade, conseguindo o apoio de Cleofas e de todos os partidos. Fez uma manobra de cúpula que envolveu todas as forças e, por fim, só o Partido Socialista divergiu dele e lançou candidato.

A.C. – Osório Borba.

O.F. – Sim. Etelvino se elegeu. No meu entender, ele foi o herdeiro de uma grande manobra de Agamenon. Agamenon estava preparando sua própria candidatura à presidência da República; para isso, ele havia pacificado o estado. Estava reunindo todas as forças de Pernambuco para firmar o prestígio do estado. Primeiro de tudo, lançou uma ponte e reatou as relações de amizade com meu pai, com o deputado Ferreira Lima, meu sogro, e com o deputado Edgar Fernandes. Enfim, reuniu toda a velha dissidência do P.S.D. novamente dentro do partido, e fez uma aliança com o P.T.B., que já tinha maior expressão naquela época, deixando João Cleofas isolado, praticamente com poucos deputados. Mas, ao mesmo tempo, Agamenon estava mantendo ligações com a U.D.N. nacional, de modo que preparou um esquema...

A.C. – Agamenon estava mantendo relações com a U.D.N. nacional ?

O.F. – Afonso Arinos vinha aqui visitá-lo, e Agamenon tinha boas relações com Milton Campos. Ele estava preparando uma união do estado para se apoiar nela como candidato à presidência da República. Uma união do estado e do Nordeste. Quando da sua morte, essa pacificação foi herdada por Etelvino, que era senador, estava dentro do partido e manobrou inteligentemente para utilizá-lo.

A.C. – E que tentou uma união nacional logo depois.

O.F. – E tentou uma união nacional também como candidato, e não conseguiu.

D.S. – E na eleição de Etelvino, vocês todos o apoiaram ?

O.F. – Todos, todas as forças de Pernambuco: Cleofas, PTB, UDN.

D.S. – Quem era o vice-governador de Agamenon ?

O.F. – Não havia vice-governador. Cargo de vice-governador foi criação posterior. Era o presidente da Assembléia Legislativa quem assumia. Assumiu o deputado Torres Galvão, de Paulista.

A.C. – E como foram as relações da Assembléia com Etelvino ? Devem ter sido muito boas, pelo que o senhor diz.

O.F. – Muito boas, porque Etelvino estava preocupado em promover a pacificação. Ele herdou essa pacificação de Agamenon e foi chamado de “manto de Salambô”. Etelvino fez questão de manter essa pacificação, unindo adversários chamando-os ao palácio para discutir em conjunto os assuntos. Até meus adversários em Bom Jardim e eu fomos chamados para discutir em conjunto os problemas. De maneira que houve uma união que resultou depois na eleição do general Cordeiro de Farias.

A.C. – Como foi essa eleição ? O clima nacional nessa época era muito ruim?

O.F. – Era péssimo. Pernambuco estava gozando dessa harmonia. O general Cordeiro de Farias veio para ser comandante da região militar. Etelvino lançou o nome de Cordeiro de Farias nos conciliábulos, e começou a aproximar o general Cordeiro dos políticos. O

general é realmente uma grande figura de democrata e de cidadão. É um homem excepcional, por quem tenho ainda hoje o maior respeito. E ele demonstrou tal capacidade, tal tolerância democrática, que em pouco tempo conquistou a simpatia de todos – naturalmente Etelvino era o maior suporte. O general, então, foi lançado candidato a governador por todas as forças de Pernambuco, menos o P.T.B. Todos os demais partidos se uniram em torno do general Cordeiro de Farias para governador, num esforço de integração e de união de todas as forças do estado.

[FINAL DA FITA 3-A]

O.F. – Aquela altura já havia muita consciência sobre outro problema, o do desnível regional, que vai eclodir posteriormente na Sudene. Os nordestinos estavam tomando conhecimento de que a região era pobre, não apenas por ter uma fronteira agrícola limitada, ou por não ser rica em minérios, ou por não ter um solo muito fértil, mas que o próprio sistema cambial, o sistema tributário, o sistema financeiro faziam convergir todas as riquezas para o Centro-Sul do país. Esse sentimento de reivindicação regional estava muito forte aqui, e se expressou em torno do general Cordeiro de Farias.

Depois de lançado o general Cordeiro de Farias por todas as forças, João Cleofas – que havia escrito uma carta de solidariedade à candidatura de Cordeiro de Farias – desertou e resolveu ser candidato com o apoio do P.T.B. Naturalmente, a essa altura, ele estava praticamente derrotado. Mesmo os companheiros da U.D.N. da velha guarda, como Cid Feijó Sampaio, Alde Sampaio, Lael Sampaio, Lima Cavalcanti, todos políticos, permaneceram fiéis ao general Cordeiro. Eles já haviam empenhado a palavra e não podiam voltar atrás. A posição de Cleofas ficou muito difícil.

A convenção da U.D.N. foi muito tumultuada, porque um grupo permaneceu fiel ao general Cordeiro. O general Cordeiro fez campanha e obteve uma maioria esmagadora no estado, só tendo sido em parte ameaçado com a morte de Getúlio. A morte de Getúlio empolgou a massa no Recife, e o P.T.B. habilmente promoveu aqui uma passeata à luz das velas e dos archotes em homenagem à memória de Vargas. Cleofas foi um dos líderes dessa passeata, e se beneficiou disso.

A.C. – Eu lhe pergunto ainda sobre o problema da candidatura do general Cordeiro. Como o senhor conciliava a sua tradição nacionalista e a sua fidelidade ao Getúlio – que

era uma fidelidade familiar, que seu pai lhe havia transmitido – com o apoio ao general Cordeiro, já que ele representava, naquele momento, um esquema muito udenista do ponto de vista nacional ?

O.F. – Mas aqui ele não tomou essa feição. Aqui ele tomou uma feição pessedista, expressando-se em torno de Getúlio com muita simpatia. E sobre Cordeiro há toda uma mitologia. Cordeiro foi um homem da Coluna Prestes, sempre na prisão. No aniversário de Prestes, o Cordeiro e a senhora dele preparavam um bolo e iam levá-lo na prisão. Cordeiro é um homem que ainda há pouco, nesse regime, disse em São Paulo palavras que o caracterizam, no meu entender, como um dos maiores brasileiros vivos.

Em uma homenagem que lhe prestaram em São Paulo, há pouco tempo – tenho esse discurso que ele me ofereceu – ele disse que havia combatido de armas na mão os dois extremismos; havia combatido o nazismo como interventor federal no Rio Grande do Sul, posição que se tornara difícil porque a colônia alemã ficou tendo dele uma má impressão; e havia combatido a Revolução Comunista de 35, de armas na mão. Disse que fora um dos que lutaram para vencer o 3º RI no Rio de Janeiro, e que combatera o nazifascismo na Itália. Ele havia ido à Itália para combater pela democracia, para arriscar a vida na defesa dos ideais democráticos, e tinha sido um dos primeiros oficiais a se apresentar. Mas achava que, nessa luta toda, a democracia exigia tolerância. Então contou que, quando voltava do combate à Revolução Comunista de 35 no Rio de Janeiro, a sua casa se encontrava cercada pela polícia, porque o chefe de polícia estava convencido de que Luís Carlos Prestes ali estava escondido. E Cordeiro disse, há poucos dias, nesse regime atual: “E fizeram muito bem em desconfiar de mim, porque se o meu velho companheiro Luís Carlos Prestes chegasse foragido na minha casa, ele teria a minha última camisa, o meu último tostão”. É um democrata autêntico.

A.C. – É uma pessoa muito generosa nas suas idéias, nas suas convicções. E o fato de ele não ser pernambucano não interferiu em nada ?

O.F. – Interferiu. Aqui, ele foi muitas vezes chamado de aventureiro, de gaúcho. Mas Gilberto Freire respondeu a isso dizendo que era muito melhor votar num general progressista do que num usineiro reacionário.

A.C. – Então não houve uma identificação da candidatura do marechal Cordeiro com a usina.



O.F. – Não houve.

A.C. – Foi realmente uma candidatura que unificou o estado.

O.F. – Unificou o estado. Se havia um entendimento a nível nacional contra o Getúlio, nós aqui o ignorávamos. É possível que alguns fatos posteriores venham a dar a impressão de que isso tenha sido um esquema nacional, mas aqui nós o ignorávamos por inteiro.

D.S. – Mas um setor da U.D.N. apóia Cleofas.

O.F. – Uma parte da U.D.N. apóia Cleofas.

D.S. – Mas um lado minoritário ?

O.F. – Não. A U.D.N. dividiu-se fragmentou-se

D.S. – Voltando um pouquinho, na sucessão de Agamenon, a posição de Barbosa Lima me parece que foi a de não dar apoio a Agamenon. O senhor poderia falar um pouco sobre isso ?

O.F. – Barbosa Lima Sobrinho defendia dois nomes para a sucessão: o prefeito Moraes Rego e o dr. Armando Monteiro, que no entender dele eram as pessoas mais moderadas do partido e mais capazes de conciliar as divergências, mas nenhum desses candidatos...

D.S. – E o terceiro, quem era ?

O.F. – Eu me recordo bem desses dois: Moraes Rego, que era o candidato mais forte dele – prefeito da capital e egresso da U.D.N. – e Armando Monteiro, que era um dos líderes do P.S.D., um dos usineiros fortes do P.S.D., dos poucos que citei nas minhas conversas. Mas Armando Monteiro, já ligado por laços de família a Agamenon – tinha um filho casado com a filha de Agamenon – não aceitou. E Moraes Rego, desentendido com Agamenon, também não aceitou. Então Agamenon se lançou candidato, e Barbosa Lima manteve uma neutralidade que foi benéfica a Agamenon. Todos os postos estavam

ocupados por pessedistas, e qualquer neutralidade de Barbosa Lima no governo não tinha significação maior. E Barbosa Lima também era adversário de Getúlio, e apoiou a candidatura de Cristiano Machado; isso uniu Agamenon a Barbosa.

A.C. – Barbosa Lima era adversário de Getúlio.

O.F. – Ele sempre foi meu amigo tradicional e...

A.C. – Mas nesse momento ele fica contra.

O.F. – Nesse momento ele fica contra Getúlio. São as contradições da vida.

D.S. – Parece-me que ele achava que Agamenon estava muito identificado com o Estado Novo.

O.F. – Creio que não foi isso. Barbosa Lima era um homem mais civilizado que Agamenon e queria um processo menos drástico de governo, daí ter apoiado um candidato que ele considerava moderado.

A.C. – Nesse esforço de conciliação regional feito por Agamenon, os usineiros também foram incluídos? Parece-me que, tradicionalmente, Agamenon tinha uma relação um pouco conflituosa, senão com a usina, pelo menos com muitos usineiros.

O.F. – Os usineiro também foram incluídos. Ele estende um manto sobre todo mundo, procurando conciliar todas as classes e todas as tendências. Mas ainda persistem contra ele as grandes forças econômicas. O sr. José Pessoa de Queirós, por exemplo, que era um líder da zona açucareira, um dos maiores usineiros, ainda permaneceu contra Agamenon, mesmo dentro dessa pacificação.

A.C. – E como foi o governo do general Cordeiro ?

O.F. – O governo do general Cordeiro foi um governo que eu me orgulho de ter levado a realizar uma obra importante. Eu tinha exposto a ele, nas nossas conversas, que o maior problema do homem do Nordeste é o da comercialização defeituosa. Isso porque há dez intermediários; então o produto é roubado, o agricultor que produz é roubado e o

consumidor é roubado, e os intermediários tiram 80% do proveito da produção. Além disso, os produtores de milho, de feijão, de algodão, os pequenos proprietários, os pequenos lavradores eram obrigados a vender suas safras às vezes na folha por falta de recursos, por não ter ensilagem, não ter condições.

Ele não entendia o problema, mas comecei a debater essa questão nos comícios, que em geral passaram a despertar um interesse inusitados. Os lavradores reagiam entusiasmados e começavam a discutir os temas. Eles vinham para junto do palanque discutir, porque aquilo era um fato da vida real deles. Quando tinham feijão, não havia preço para o feijão. Eles vendiam o feijão, e quando iam comprar a semente, essa estava custando uma fortuna. Eles colhiam o algodão, mas o algodão não tinha preço, e eles eram obrigados a vendê-lo por muito pouco. Depois que todos os agricultores tinham vendido o algodão e ele estava em mão dos maquinistas, dos industriais do algodão, aí o algodão triplicava de preço. É uma espoliação muito antiga, e o general Cordeiro construiu aqui a primeira rede de silos, a CAGEP.

A certa altura ele me chamou num comício e disse: “Você não precisa mais perturbar os comícios, porque estou convencido de que sua tese é verdadeira”. E ele construiu realmente a primeira rede de silos e armazéns do estado, como fez um grande serviço de abastecimento d’água, o de Monjope, e foi quem pavimentou a estrada central até Caruaru. Foi um governo sério e laborioso, e teve o apoio de Juscelino Kubitschek em grande parte. O apoio de Juscelino lhe facilitou verbas e lhe permitiu realizar grandes obras.

A.C – E como foi o final do Governo, foi bastante traumático ?

O.F. – No fim do governo, o general Cordeiro caiu numa cilada. O seu secretário de Fazenda, dr. Clélio Lemos, era um homem muito brilhante e muito capaz. Tentou fazer um código tributário que iria acabar com a sonegação. Ora, o comércio, a atividade terciária no Nordeste vive da sonegação, pois trabalha uma margem de lucros pequena. Essa tentativa, então, revoltou todo o comerciante, desde o pequeno dono de bodega ao grande comerciante da cidade, e Cid Sampaio surgiu como expressão dessas forças.

A.C. – Quem era exatamente Clélio Lemos ?

O.F. – Um pessedista, médico e político. Ele conseguiu convencer o general Cordeiro de que era preciso acabar com a sonegação através desse código tributário.

A.C. – Mas isso talvez fosse um desejo de aumentar a arrecadação, que devia ser baixa.

O.F. – Exato, também era.

A.C. – Naquela época, falar de imposto era falar no demônio.

D.S. – Parece-me que Cordeiro já não foi bem-sucedido nas eleições para prefeito, não é isso ? Quem ele apoiou ? Pelópidas Silveira ganhou as eleições, acho que foi sem o apoio de Cordeiro de Farias.

O.F. – Não, a essa altura o prefeito não era autônomo. Eu não me recordo bem...

A.C. – A primeira campanha autônoma para prefeito foi essa, em 55.

D.S. - ... durante a gestão do Cordeiro de Farias, e ganhou Pelópidas Silveira.

A.C. – E a campanha do Cid ? O senhor a essa altura é eleito deputado federal. Em que ano foi isso ?

O.F. – 1954. Começo a exercer mandato em 55.

A.C. – Como foi a campanha ?

O.F. – Eu estava envolvido...

A.C. – Coincidiu com o Etelvino Lins, então.

O.F. – Coincidiu. Eu estava envolvido na campanha do general Cordeiro. Fiz alguns discursos de saudação, e ele me considerava socialista, porque eu sempre defendia teses nacionalistas e algumas teses populares. Então, ele fez questão da minha presença na caravana; percorri todo o Estado e terminei eleito com uma votação regular.

A.C. – Quantos votos o senhor teve ?

O.F. – Eu tive, naquele tempo, 14 mil votos. Era uma votação grande, pois o eleitorado era pequeno.

A.C. – Eu lhe perguntaria: essa passagem de deputado estadual para deputado federal é um passo muito grande ?

O.F. – É.

A.C. – Eu lhe pergunto se é da lei natural das coisas que um deputado...

O.F. – Não, não.

A.C. – O que isso representa em termos de esforço de mobilização ?

O.F. – É preciso sair de uma liderança regional, de uma pequena área, para uma liderança de uma grande área. É preciso unir grupos de deputados estaduais e líderes locais, prefeitos, pois são eles que permitem a eleição de um deputado federal.

A.C. – Quantos deputados estaduais o senhor, por exemplo, mobilizou na sua campanha? Quem eram eles ?

O.F. – Havia cerca de cinco. O deputado Otávio Correia de Araújo, que havia sido governador interino do estado; o dr. Luís de França Costa Lima, meu tio, que agia em outra região do estado, e que era também deputado estadual.

A.C. – Em que região ?

O.F. – Bom Jardim, Pedra, Sanharó, já no Agreste... O deputado Aluísio Paes de Barros.

A.C. – Que era de onde ?

O.F. – Ele agia mais no Recife. E o deputado Geminiano Pedrosa, que agia aqui no norte do estado. Esses quatro homens e mais o deputado Jesuíno Salvador, em Caruaru.

A.C. – A sua base de apoio sempre foi muito no Agreste, em parte do Sertão, mais do que em Recife.

O.F. – Exato, mais do que Recife.

D.S. – Nesse momento o senhor estava em que partido ?

O.F. – Estava no P.S.P.

A.C. – O senhor poderia nos falar um pouco sobre o seu período na...

O.F. – Entrei no P.S.P. Eu não tinha condições para apoiar Cid Sampaio, candidato a governador pela U.D.N. Eu já tinha o compromisso de, se eleito, ingressar no P.T.B. Eu tinha firmado esse compromisso com o dr. João Goulart, tanto que apoiamos a candidatura de Barros Carvalho, do P.T.B., para o Senado. O meu grupo não apoiou Cid Sampaio, apoiamos o candidato do P.T.B. ao Senado.

A.C. – O senhor apoiou então Jarbas Maranhão, do P.S.D., para governador ?

O.F. – Apoiei Jarbas para governador, Barros Carvalho para o Senado, o que foi decisivo para a vitória desse último.

D.S. – Barros estava concorrendo com quem ?

O.F. – Estava concorrendo com o João Roma.

A.C. – Quando veio a campanha de Cid em 58, o senhor já era deputado federal. Como foi esse período na Câmara ?

O.F. – Já era deputado federal. No meu entender, foi o período mais rico em experiência da Câmara. Cheguei na Câmara em 1955 e comecei a fazer parte de um círculo nacionalista. Esse círculo era constituído basicamente de: deputado Abguar Bastos, do Amazonas; deputado Josué de Castro, de Pernambuco; deputado Cid Carvalho, do Maranhão; deputado Neiva Moreira, também do Maranhão; deputado Gabriel Passos, de Minas Gerais; deputado Frota Moreira, que era secretário-geral do P.T.B. em São Paulo.

Esse grupo começou a se reunir freqüentemente no consultório do deputado Josué de Castro, na rua São José, que era perto da Assembléia. Começamos a discutir o problema de que os partidos nacionais não estavam defendendo as grandes teses nacionais, porque tinham compromisso com o poder e uma série de contradições. Era preciso então constituir uma frente parlamentar acima dos partidos, que fosse fiel a alguns pontos: a luta pela defesa do monopólio estatal, não só o do petróleo, mas o da energia atômica também; a luta contra a exploração das concessionárias de empresas públicas; a defesa da exploração do minério. Sabe-se que no Brasil as companhias estrangeiras vêm, carregam o minério todo, e deixam o buraco, a fome e a miséria.

Eu ainda tenho o ideário da Frente Parlamentar Nacionalista. Nosso primeiro manifesto foi escrito na Câmara, e ainda há poucos dias pedi à biblioteca da Câmara e eles me mandaram esse nosso primeiro manifesto. Tivemos uma luta muito grande.

A.C. – Isso foi em que ano ?

O.F. – Isso foi em 56.

A.C. – Logo no início do governo Juscelino. Essa luta começou ao mesmo tempo que o governo Juscelino ?

O.F. – Começou. Aproximamo-nos então de um organismo que tinha sido fundado no governo de Café Filho, mas que no governo de Juscelino teve uma importância decisiva, que foi o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros -, cujos trabalhos eu aconselho que você procure. Tenho muitos aqui, mas não posso lhe dar porque são originais. Era um instituto onde estava reunida a elite da inteligência brasileira, homens como Inácio Rangel, economista, como Hélio Jaguaribe, como Álvaro Vieira Pinto, filósofo...

A.C. – Autor de *Consciência e realidade nacional*.

O.F. - ... como Roland Corbisier, todos esses intelectuais formavam o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Eles se uniram e passaram a fazer parte da frente. Eles constituíam, vamos dizer assim, o *brain-trust* da Frente. Eles nos davam dados e informações sobre economia, sobre sociologia e sobre política, que nos permitiam dar

um significado muito maior à causa nacionalista. A essa altura o jornalista Osvaldo Costa passou a editar um jornal nacionalista.

A.C. – Como era o nome ?

O.F. – Não me recordo o nome do jornal.

A.C. – Não era *O Semanário* ?

O.F. – Acho que sim.

A.C. – Esse jornal dava cobertura a essas mesmas teses.

O.F. – Sim. Dentro da Frente se percebe nitidamente a existência de três blocos. O bloco maciço, o maior da Frente Parlamentar Nacionalista, esse era constituído por homens do P.T.B., no qual eu me havia integrado.

A.C. – O senhor não estava ainda no P.T.B., mas estava próximo.

O.F. – Não estava propriamente no P.T.B., mas estava próximo. Tanto que em 58 cheguei a ser eleito líder do P.T.B., nessa mesma legislatura.

A.C. – Essa notícia me surpreendeu muito. O senhor entrou e imediatamente assumiu a liderança!

O.F. – Mas fui escolhido líder porque eu era líder da Frente Parlamentar Nacionalista, e como as idéias do P.T.B. eram basicamente nacionalistas, numa crise que houve com Ferrari, entrei e fui imediatamente escolhido líder.

A.C. – É isso que eu queria que o senhor contasse em detalhes; mas, enfim, o senhor falava dos grupos.

O.F. – Havia o grupo da chamada Bossa Nova da U.D.N., que era constituído por Ferro Costa, do Pará, José Sarney, do Maranhão, Gabriel Passos, de Minas Gerais, Seixas Dória, de Sergipe, Adail Barreto, do Ceará, e de poucos outros.



A.C. – Havia a Ala Moça do P.S.D.

O.F. – A Ala Moça do P.S.D. era formada por José Joffily, Cid Carvalho, Ulisses Guimarães, Oliveira Brito. Esses três grupos formavam basicamente a Frente Parlamentar Nascionalista.

Esse grupo iniciaram a luta contra a exploração do capital estrangeiro, contra a remessa de *royalties* para o exterior. Por exemplo, Renato Sampaio, que era do Conselho Nacional de Economia, ofereceu uma contribuição valiosíssima, que nos permitiu discutir durante meses o problema das fraudes cambiais que havia contra o país.

Quando se exportava, eles fraudavam; quando se importava, eles fraudavam — superfaturavam as importações. Quando vinha uma máquina do exterior que custava mil libras, vinha faturada por duas mil libras. Aquelas duas mil libras eram simplesmente nominais; ficavam na escrita e voltavam daqui. A máquina custava mil libras, mas era vendida por duas mil para que eles pudessem remeter dinheiro daqui para fora. As exportações, ao contrário, eram subvalorizadas. Quando não podiam baixar o preço do cacau ou do café, eles aumentavam os volumes, de forma que era sempre uma drenagem de recursos para fora, recursos que saíam também sob a forma de *royalties*, de direitos de patentes e de falsos contratos de assistência técnica. Em resumo, o Brasil era roubado, àquela época, de forma altamente perniciosa à sua economia. Imagine vocês hoje, quando muitos dos homens que dirigiam essas companhias estrangeiras no Brasil são ministros de Estado.

Há mesmo um fato impressionante, nessa espoliação do capital estrangeiro. Durante a guerra, quando o Brasil não podia importar e passava somente a exportar, foi a época em que o país mais enriqueceu. As fábricas de tecidos trabalhavam em três turnos. Havia pleno emprego — não havia desemprego nenhum no país, todo mundo estava em atividade. Havia um bem-estar econômico enorme, e o Governo Vargas conseguiu reunir durante a guerra, no exterior, 17 bilhões de dólares de divisas. Essas divisas foram esbanjadas no governo Dutra pelo ministro Correia e Castro, comprando estradas de ferro obsoletas como a Great Western e a Leopoldina Railways, pagando tudo isso com os cretérios que o Brasil tinha na Inglaterra.

A.C. – Isso tomou muita verba? O senhor está me dando um dado novo, porque em geral as pessoas falam nos iô-iô, nas bugigangas. Esse caso da Great Western correspondeu a uma soma muito grande?

O.F. – Muito grande. Todas as companhias de estrada de ferro brasileiras, companhias inglesas, estavam com os prazos de concessões já terminados. Consequentemente, poderia apoderar-se delas legalmente. Entretanto, o Brasil pagou uma fortuna por essas companhias – máquinas velhas e estradas obsoletas que estão sendo removidas há mais de dez anos, com bitolas diversas, porque não tinham sido construídas para o interesse nacional; tinham sido construídas para o comércio externo.

Havia uma estrada de ferro daqui a Arcoverde; na Bahia, havia uma até Juazeiro, e assim por diante. Essas estradas não se comunicavam uma com as outras, e eram, em alguns casos, até de bitolas diferentes. Só serviam para pegar o produto básico, a matéria-prima no interior, trazê-la até o porto e exportá-la para a Europa. Não serviam à economia nacional, senão à economia exportadora, e esse é um dos motivos maiores da crise econômica brasileira. Quando o país se unificou, teve que fazê-lo na base do caminhão, e não da estrada de ferro, quando se sabe que o transporte ferroviário é dez vezes mais barato que o transporte rodoviário. Enquanto os Estados Unidos tiveram uma união, uma estrada de ferro ligando o leste ao oeste, nós aqui ficamos com pequenas estradas de penetração sem nenhuma interligação. Até hoje não temos uma estrada de ferro norte-sul do Brasil, leste-oeste, que seriam as estradas básicas. Essas estradas hoje são feitas com asfalto caríssimo, e para caminhões.

A.C. – Eu nunca tinha pensado nesse problema da bitola. Sempre me vinha à cabeça o problema de relevo.

O.F. – Era o problema econômico da exploração. Para o capital inglês, o que interessava eram as peles, os couros, o algodão que eles compravam aqui na ponta dos trilhos e vinham trazendo até exportar para o exterior. Depois, mandavam suas mercadorias de volta para cá.

A.C. – Quem foi o mentor da Frente ? Foi o Josué de Castro ?

O.F. – Não. A Frente nunca teve um mentor. Ela reagiu muito a essa idéia, era muito independente. Mas se há um homem que pode ser chamado o artífice da Frente, porque foi um grande trabalhador, foi o redator dos principais trabalhos e das principais atas, esse homem é o deputado Abguar Bastos, do Amazonas. Era um homem de esquerda, que havia sido preso em 35 e anistiado. Era jornalista, intelectual e romancista. Cada um

deu a sua contribuição. Josué deu uma contribuição magnífica no campo de debates dos problemas da nutrição.

D.S. – Aqui em Pernambuco, quem acompanhava o senhor na Frente ?

O.F. – Aqui em Pernambuco havia poucos deputados na Frente. Não me recordo realmente de nenhum...

[FINAL DA FITA 3-B]

A.C. – Deputado federal era apenas o senhor ?

O.F. – Não. O deputado Lamartine Távora também fazia parte da Frente. Depois, praticamente todo o P.T.B. se engajou na Frente.

A.C. – É sobre isso que eu queria lhe perguntar. O senhor reconstituiu conosco os grupos que formavam a Frente. Há grupos que são muito claros para mim: a Ala Moça do P.S.D.— no fundo, a frente de apoio pessedista ao Juscelino — e a Bossa-Nova da U.D.N. Mas o P.T.B., para mim, ficou um pouco confuso. O que era o P.T.B. naquele momento ? Muito se fala por exemplo, em peleguismo, em toda uma ala do P.T.B. ligada aos institutos.

O.F. – O P.T.B. tinha suas ligações com poder. Apoiava o governo do Juscelino, e a esse apoio correspondia uma recíproca: o P.T.B. dirigia a Previdência Social. Naturalmente, sendo um partido com uma vinculação direta com o poder, estruturalmente ele tinha menos liberdade do que nós, que não tínhamos esse tipo de compromisso.

Mas, como eu disse ainda há pouco, o secretário-geral do P.T.B., o deputado Frota Moreira, foi um dos fundadores da Frente, e seguramente 60% dos deputados do P.T.B. faziam parte dela. O maior número de deputados da Frente era oriundo do P.T.B.

A.C. – Alguns analistas apontaram a tendência, nesse momento, a uma perda de apoio do P.S.D., em favor do P.T.B., derivada de vários fatores, inclusive da diminuição da proporção cidade-campo...

O.F. – Exato.

A.C. - ... e que isso teria sido, digamos, um ponto importante na evolução do governo Juscelino Kubitschek. A Frente, no caso, tal como o senhor a descreve, faz parte de todo esse contexto em que o P.T.B. estava inchando e tomando conta do quadro nacional.

O.F. – Exatamente.

A.C. – Ao mesmo tempo, era um partido muito desigual regionalmente. Como é que o senhor vê esses diferentes perfis regionais do P.T.B. ?

O.F. – O Brasil não é um país, é um continente e ainda hoje você vê isso. No Rio Grande do Sul, as linhas políticas são as mais límpidas possíveis. A oposição vence todas as eleições, faz a maioria da Assembléia, faz os senadores e, se houvesse liberdade, faria o governador. O partido é organizado em cada cidade, e há uma consciência política altamente louvável. Mas já aqui no Nordeste os fatos são diferentes. Há um livro notável sobre o Brasil, escrito por um francês, Jacques Lambert, que diz que há dois Brasis. E no meu entender, o maior sábio brasileiro, o maior estudioso, é o professor Inácio Rangel, que é um homem que viu na realidade brasileira...

A.C. – A dualidade.

O.F. - ... a dualidade básica da economia brasileira. Ele chegou a formular uma lei. Ele disse que no Brasil, à proporção que se vai andando para o interior, se vai andando contra o tempo. O sujeito começa no litoral de São Paulo no século XX, e quando chega na fronteira da Bolívia está no século XV, se é um dos motivos de minha admiração por Inácio Rangel. Nos seus estudos, ele mostra que a economia brasileira funcionava internamente como feudalismo e para fora como mercantilismo. É uma dualidade completa.

A.C. – É muito inteligente a tese dele. Qual a pessoa do ISEB que mais o marcou ?

O.F. – Foi o senador e economista Inácio Rangel. Além de outros, como Guerreiro Ramos, por exemplo, que hoje sei que está ensinando na Universidade da Califórnia.

A.C. – Ele é autor de *A crise do poder no Brasil*.

O.F. – Essas contradições regionais impregnam a vida política brasileira. Não há partidos ideologicamente definidos, e como cada região do país tem problemas diferentes, as soluções são contraditórias.

A.C. – Mas o senhor não acha que o P.T.B. do Rio Grande do Sul era mais P.T.B. do que os outros ?

O.F. – Era, exatamente. Porque o Rio Grande é mais homogêneo, porque no Rio Grande já houve uma reforma agrária prévia, com a colonização. Quem visita a zona de colonização do Rio Grande vai verificar que está num país altamente evoluído, com cooperativas organizadas para todos os produtos, com pequenas propriedades, com pequenos vinhedos. Tem-se impressão de que se está na Europa. Há uma área grande de latifúndios apenas no sul da fronteira, a zona da pecuária. Mas mesmo essa está muito dividida em arrendamentos para a plantação de arroz. O Rio Grande do Sul é um estado desenvolvido.

A.C. – E o senhor acha que o P.T.B. é um partido desenvolvido ?

O.F. – Sim. Acho que, em última análise, o desenvolvimento do partido corresponde ao desenvolvimento regional, e como o desenvolvimento regional no Brasil é díspar, os partidos apresentam essas divergências.

A.C. – O senhor mencionou o fato de que foi presidente da Frente.

O.F. – Não, fui líder.

A.C. – Foi líder da Frente. Como se deu esse episódio ?

O.F. – Abgvar Bastos me pediu para fazer uns discursos em nome da Frente. Fiz alguns, e isso me levou à liderança.

A.C. – Quanto foi isso ?

O.F. – Em 1956. Em 1958, quando deixei a liderança da Frente, Almino Afonso foi escolhido para me substituir.

A.C. – O senhor foi o primeiro líder da Frente.

O.F. – Fui o primeiro líder da Frente.

A.C. – Eu seguida, veio o deputado Almino Afonso.

O.F. – Almino Afonso, mais tarde, também me substituiu no P.T.B. O P.T.B. tomou uma posição ideológica tão de esquerda que minha liderança foi ultrapassada pela de Almino, que era mais esquerdista do que eu. Não era apenas nacionalista, Almino era socialista e por isso assumiu a liderança.

A.C. – Em 58.

O.F. – Não, Almino assumiu a liderança do P.T.B. em 61. Eu me havia filiado ao P.T.B. em 1958/60.

A.C. – Como foi a atuação do partido quando estava sob sua liderança ?

O.F. – O partido estava dividido entre o apoio que nós chamávamos fisiológicos ao governo Juscelino Kubitschek, cujas metas de trabalho estavam empolgando o povo: a construção de Brasília, a construção da Belém-Brasília, os primeiros passos na construção naval. Diz o presidente Woodrow Wilson, americano e grande mestre de ciência política: “O desenvolvimento é uma palavra que aquece o coração do povo”. Juscelino conseguiu esse milagre, embora a um custo social que nós da Frente Parlamentar Nacionalista achávamos perigoso. Ele entregou enormes setores da economia nacional às multinacionais, e o resultado está aí: elas terminaram tomando conta do governo. E havia um grupo de tendência mais ideológica, mais apegado à Frente, que tentava obter do governo Juscelino Kubitschek uma definição nacionalista.

A.C. – Nesse período, Juscelino deixou o governo e surgiu o grande problema da sucessão, no qual o P.T.B. estava muito envolvido.

O.F. – A Frente Parlamentar Nacionalista, da qual Sérgio Magalhães também foi uma das figuras exponenciais, a essa altura se reúne e faz os primeiros contatos com o marechal Lott. Recordo-me de que fomos visitá-lo – Almino Afonso, Sérgio Magalhães, eu e Bento Gonçalves, que embora fosse um conservador de Minas era o presidente da Frente. Levamos ao Lott as teses nacionalistas, inclusive os trabalhos de Sérgio Magalhães que eram fundamentalmente estruturadas nas teses do ISEB. O marechal leu, e poucos dias depois nos convidou para debater os problemas. Ele estava convencido daquelas idéias. Isso fez dele o nosso candidato à presidência da República. Nós lançamos a candidatura dele que, pouco depois veio a ser apoiada pelo P.T.B. e pelo P.S.D.

A.C. – Foi a Frente que...

O.F. – Foi a Frente que promoveu a candidatura do marechal Lott, mas ele se revelou um político inábil. Homem de honra, patriota, democrata, foi quem assegurou os cinco anos de governo de Juscelino contra toda a conspiração que a U.D.N. tentava fazer nos quartéis. Contudo, revelou-se um político inábil. O marechal Lott pretendeu impor sua posição excessivamente conservadora às forças políticas que o apoiavam.

Aqui em Recife, por exemplo, eu me recordo de que, no comício, estávamos presentes ele, eu e Pelópidas Silveira. Recife é uma cidade onde o Partido Comunista sempre teve grande influência. E nós vínhamos, há tempos, debatendo com o marechal esse problemas. A pedido do dr. João Goulart e a pedido do deputado Leonel Brizola, cheguei a fazer diversos apelos a ele para que não radicalizasse posições conservadoras contra posições ideológicas do P.T.B. Por exemplo, éramos favoráveis ao reatamento de relações com todos os povos, inclusive a União Soviética; ele era contrário. Éramos favoráveis à legalidade do Partido Comunista, até em defesa da identidade dos trabalhistas; ele era contrário.

No meio do comício aqui de Recife, alguém lhe perguntou: “Marechal, e a legalidade do Partido Comunista?” Eu então lhe disse: “Marechal, não responda, isso é uma provocação”. Pelópidas Silveira disse o mesmo. Ele virou-se para mim e para o Pelópidas e retrucou: “Como não vou responder ? Vou responder sim senhor. Isso é um partido estrangeiro, e no meu governo não o permitirei”. Com isso, ele afastou todo o apoio da esquerda comunista e de parte dos socialistas aqui no Recife. Enquanto isso, Jânio Quadros era submetido à mesma interrogação.

A.C. – E Jânio era o contrário.

O.F. – Jânio era o contrário, era político. Jânio respondeu: “Isso não é problema do presidente, isso é um problema do Congresso. No momento oportuno nós iremos examiná-lo”. E desviou-se da questão.

A.C. – Jânio partiu justamente de uma posição oposta mas, a final, fez uma série de promessas. Inclusive eu gostaria de tocar com o senhor...

O.F. – Há uma entrevista sobre o Jânio muito importante, que talvez lhe seja de alguma utilidade. O deputado Último de Carvalho, eu e Bento Gonçalves fomos os primeiros oradores a saudar o marechal Lott como candidato à presidência da República. Ele voltava de uma missão à Europa quando promovemos uma manifestação com o general Nemo Canabarro Lucas e as forças do P.T.B. Fizemos uma homenagem ao marechal Lott na residência dele, no Rio, e lançamos sua candidatura à presidência da República, antes como que os partidos o fizessem. E ele nos tinha certa consideração.

A.C. – Eu gostaria que o senhor se lembrasse da data, porque realmente é um fato importante.

O.F. – Foi em 1960, antes da eleição. Eleito o sr. Jânio Quadros, permanecemos na oposição. Nós nos considerávamos na oposição. Foi quando Jânio começou a tomar umas medidas populares. Uma delas foi a abertura do crédito móvel para os pequenos agricultores do interior. O crédito sempre foi enfeudado na mão dos grandes proprietários, e Jânio passou a emprestar dinheiro nas feiras aos matutos. A camionete do Banco do Brasil chegava, alistava os matutos e aquele que tinha cinco ou seis hectares recebia o crédito. Jânio também mandou uma missão comercial, a missão Dantas, para negociar com toda a Europa socialista, desde a Polônia até a Iugoslávia e a Albânia. E ele condecorou Che Guevara.

A.C. – Isso já no governo.

O.F. – Já no governo. Um dia, recebi um telefonema de José Aparecido de Oliveira – que hoje está promovendo a candidatura do Magalhães Pinto. José Aparecido me dizia: “O presidente marcou uma entrevista às três horas com você”. Fiquei surpreso porque não havia pedido nenhuma entrevista. Manifestei minha surpresa, mas me prontifiquei a



atendê-lo. Fui lá. Jânio conversou comigo cerca de três horas. Durante essas três horas, ele me expôs um mundo de estatística sobre o que era o comércio exterior do Brasil, como o Brasil estava sendo prejudicado, como pretendia fazer a independência nacional, que o Brasil tinha que ser uma grande potência, e que o Brasil ia ser representado em todas as nações do mundo. Era favorável às relações com a União Soviética e com a China comunista. Disse que onde houvesse interesse do Brasil, o País seria representado, e debatia o problema do crédito rural e dos trabalhadores. Por fim, disse: “Sou um homem do P.T.B. Por que o P.T.B. me combate?”

A.C. – E era, realmente ele tinha sido do P.T.B.

O.F. – E era. Então respondi: “Presidente, confesso ao senhor que, quando afirmava essas coisas na campanha, nós não acreditávamos; sempre achamos que isso tinha um sentido demagógico. O senhor era o candidato da direita brasileira. Mas hoje o senhor está no governo, e está cumprindo todos esses objetivos. Então, nós não temos mais direito de duvidar. Vou levar essas afirmações ao partido e vou propor que o partido reveja sua posição” – o que propus numa convenção partidária, aliás sem sucesso. Fiz uma moção para que o P.T.B. apoiasse a política externa do governo, sem embargo das críticas que fazia à política interna.

Antes de sair, fiz algumas observações ao presidente Jânio Quadros e depois a história veio a me dar razão. Acudiu-me à lembrança que todo o esquema político-militar em que ele estava montado era exatamente contrário à política que vinha fazendo: era o pessoal da U.D.N., que era contra as relações com a Rússia, e era a direita militar e política. Eu então disse: “Presidente, tudo isso que o senhor está me dizendo é muito auspicioso, mas o dispositivo político e militar em que o senhor se apóia é radicalmente contrário a essas idéias”. Ele parou, olhou para mim e disse: “É deputado, o senhor está me dizendo uma verdade. Acusam-me de comunista. Tenho recebido manifesto; o general Denys me tem trazido manifesto que circulam nas Forças Armadas, tachando-me de comunista. Mas eu tenho 44 anos, fui eleito pela maioria do povo brasileiro, e daqui só me tiram morto”. Palavras que não cumpriria; saiu pacificamente.

A.C. – Um problema que ficou para trás e que acho muito importante é a questão do Ferrari. Quando o senhor foi para a liderança...

O.F. – O Ferrari tinha deixado a liderança numa dissensão com o João Goulart. Ele começou a divergir de Jango, e houve uma disputa de liderança dentro do Rio Grande do Sul. Ferrari começou a disputar ao Jango a liderança, mas cometeu erros... Ferrari era um homem de pureza ideológica, um homem admirável, mas nessa disputa ele criticou muito o Jango, criticou o P.T.B. e começou a se aliar a força de direita. Dessa forma ficou isolado, não teve um apoio bastante grande, e terminou derrotado como candidato a vice-presidente de Jânio.

A.C. – Nessa disputa de Ferrari com o Jango, já não estava contido o desejo dele de se candidatar à vice-presidência ?

O.F. – Devo salientar que guardo do Ferrari uma impressão favorável, e que me empenhei pela obra mais séria dele, que foi o Estatuto do Trabalhador Rural. Eu estava no P.T.B., embora não fosse mais o líder, quando o projeto Ferrari veio à ordem do dia. Consegui do líder Almino Afonso que nós do P.T.B. votássemos favoravelmente. O projeto estava realmente defeituoso, porque Ferrari era um idealista, tinha as grandes idéias, mas não tinha cultura jurídica, não tinha assessoria. Nós então reformulamos o projeto e aprovamos o Estatuto do Trabalhador Rural. Mas a idéia básica foi dele; eu como deputado do P.T.B. apenas melhorei o projeto para aprová-lo.

A.C. – Almino Afonso e o senhor passaram por cima das divergências com Jango neste momento. O Jango não interferiu ?

O.F. – Não.

A.C. – Eu queria muito saber quais eram os pontos em que o projeto foi melhorado.

O.F. – O projeto dizia assim: “O Estatuto do Trabalhador Rural assegurará a estabilidade ao trabalhador”. Essas normas em Direito só têm importância quando têm uma força coercitiva, quando se institui uma penalidade. Um direito sem sanção é uma letra morta, é um enunciado de princípios morais que não tem nenhuma aplicação efetiva. Era preciso criar um organismo que aplicasse aquele direito. Dar ao trabalhador o direito à carteira profissional, estabelecer multas quando a carteira não fosse concedida etc.

A.C. – Esses pontos eram confusos. E houve resistência na Câmara ? Quais foram ?

O.F. – Houve resistências grandes, basicamente do P.S.D. e U.D.N.

A.C. – O projeto não passou com facilidade.

O.F. – Não, passou com dificuldade.

A.C. – E houve algum grupo de esquerda que tivesse sido contra o projeto, por dá-lo muito ameno ?

O.F. – Não, não. Todos achavam que representava pelo menos um avanço.

A.C. – Quer dizer que as resistências maiores foram as de caráter conservador. Seria pedir demais ao senhor para reconstituir isso, lembrar se alguém se destacou especialmente no combate ao projeto ?

O.F. – A essa altura, sem um arquivo, é impossível.

A.C. – Na questão do Ferrari com o Jango, lendo a matéria histórica, ficou-me a impressão de que teria sido um pouco porque Ferrari já tinha esse interesse em ser candidato a vice-presidente e queria submeter seu nome ao partido, com o que Jango não teria concordado. O senhor se recorda desse episódio ?

O.F. – Não me recordo desse episódio, mas recordo que a dissensão ajudou realmente na disputa de liderança entre os dois. Ferrari ganhava muito nome no país, sobretudo no Rio Grande, e estava ameaçando a liderança de João Goulart.

A.C. – Quanto ao problema da reforma agrária, um dos grandes temas que depois vão ocupá-lo inclusive no Ministério...

O.F. – Ferrari prestou grande serviço no debate da reforma agrária. Em 1958/59, o P.T.B. estabeleceu uma luta pelas reformas de base, e pela primeira vez essa reforma foram definidas, como a reforma agrária, a reforma urbana...

A.C. – Isso quando ?

O.F. – Em 1958, ainda na liderança do Ferrari, pouco antes de ele ser substituído. O P.T.B. fez uma série de reuniões, na casa de San Tiago Dantas. Para isso, foi nomeado uma comissão, da qual faziam parte Ferrari, eu, César Prieto, San Tiago Dantas e Doutel de Andrade.

A.C. – Em 58, para estudar o problema da reforma agrária. Isso era ligado ao P.T.B. ?

O.F. – Isso passou a constituir o programa nacional do P.T.B., o programa das chamadas reformas de base. O P.T.B. queria a reforma constitucional para promover a reforma agrária, a reforma urbana e a disciplina do capital estrangeiro.

A.C. – Basicamente reforma agrária, reforma constitucional, reforma urbana.

O.F. – E disciplina do capital estrangeiro. Eram os quatro temas fundamentais.

A.C. – Isso foi em 58? Porque eu localizei o termo “reforma de base” pela primeira vez numa convenção do P.T.B. em julho de 61, mas parece que é de 58. A campanha foi muito desigual, nem sempre ela se sustentou com a mesma força.

O.F. – É, 58/59, porque quando eu comparecia a essas reuniões, eu ainda não era líder do P.T.B., era vice-líder.

A.C. – Teria sido 58/59. E como é que o senhor vê as iniciativas do Jânio com relação a isso, à reforma agrária ?

O.F. – Foram muito modestas. Ele nomeou uma comissão presidida pelo professor Milton Campos; parece que ele temia entrar no problema, porque realmente é um problema muito grave, muito sério. É muito difícil um governo que procure abalar a estrutura agrária de uma nação conservadora sem cair. Não há nada mais difícil do que reformar a estrutura da propriedade rural.

A.C. – Mas Jânio, ao mesmo tempo que nomeou essa comissão, deu muita força ao José Joffily, que era da Frente, para unificar os projetos que tinham sido apresentados até

aquele momento. Como foi isso ? Parece que, nesse projeto, ainda não se falava em reforma constitucional. Não sei bem, o senhor se lembra como o José Joffily...

O.F. – Joffily fez um grande projeto. Tenho esse projeto aqui.

A.C. – A impressão que tenho é que Jânio vai estimulando, por um lado, essa comissão do Milton Campos, e por outro lado as iniciativas do José Joffily.

O.F. – Sim. O Joffily previa a desapropriação em caráter social. Ele procurava ladear o problema constitucional.

A.C. – Procurava ladear, contornar o problema.

O.F. – O projeto foi considerado radical, e não obteve por isso maior sucesso. Os grandes projetos eram dele e do deputado Coutinho, de São Paulo.

A.C. – Coutinho Cavalcanti.

O.F. – Coutinho Cavalcanti, que também era um grande companheiro do P.T.B.

A.C. – A intenção deles foi reunir toda essa coisa num projeto. E uma coisa que me impressionou muito foi que esse projeto teve oposição do P.T.B. Em agosto, um pouco antes da renúncia do Jânio, o deputado Almino Afonso fez uma declaração dizendo que o P.T.B. iria se manifestar contra o projeto para aborrecer o P.S.D., segundo expressão da época. O senhor acha que isso fazia parte do radicalismo do Almino, ou havia alguma unidade partidária em torno dessas críticas ?

O.F. – Nós entendíamos que o projeto no começo era muito radical, e não tinha condições de ser aprovado. Havia várias tentativas de permitir um projeto mais moderado. Eu mesmo fui nomeado certa vez no P.T.B., quando Almino Afonso era líder, para uma comissão, da qual fazíamos parte eu, o deputado Temperani Pereira, do Rio Grande do Sul e o deputado Afonso Celso, do estado do Rio. Isso, já no governo do sr. João Goulart. Nessa reforma, Temperani Pereira, que era marxista, professor de economia, dizia que o governo estava tentando fazer aquilo que no entender dele era um risco demasiado: estava querendo combater ao mesmo tempo o capital estrangeiro e o

latifúndio; essas duas forças unidas levariam o país à ditadura. Ele era professor de economia, e a previsão que fazia era marxista.

Consertamos o projeto, e eu tentei defendê-lo no Ministério, sem sucesso. Nós queríamos limitar a reforma agrária às propriedades acima de 500 hectares, porque a grande pirâmide da injustiça brasileira está exatamente nas propriedades de mais de mil hectares – mil a dez mil hectares. Oitenta por cento da área de propriedade rural no Brasil estão concentrados em um pequeno número de proprietários, cerca de 20%. Então, entendia eu, entendíamos vários companheiros que se limitássemos a reforma agrária às propriedades de área superior a 500 hectares, não perderíamos o apoio do pequeno e do médio agricultor, que se veriam protegidos e garantidos.

A.C. – Acho que o próprio Luís Carlos Prestes concordou com o senhor.

O.F. – Concordou. Certa vez apresentei esta proposta ao dr. João Goulart e ele duvidou de sua validade. Até que um dia ele me chamou e me disse: “Sabe de uma coisa, o Prestes tem a mesma opinião que você”.

A.C. – Ele achava que tinha que ser acima de 500 hectares.

O.F. – Tinha que atingir apenas as propriedades acima de 500 hectares, porque do contrário era incompatibilizar o governo com três milhões de proprietários. Foi o que tentaram fazer e deu no que deu, na ditadura.

D.S. – Mas, de qualquer maneira, os pessedistas e udenistas ficaram contra esse projeto.

O.F. – Ficaram contra. A UDN fez uma convenção em Curitiba na qual se dizia que a Constituição era intocável – o ponto fundamental era o artigo da Constituição que só permitia a desapropriação prévia em dinheiro. Nós pretendíamos transformar em desapropriação por título do governo.

A.C. – Mas mesmo dentro da U.D.N. houve muita divergência. João Agripino foi uma pessoa que se bateu por uma reforma constitucional.

O.F. – João Agripino sim, mas o número era muito limitado. Alguns da Bossa Nova: os deputados José Sarney, Ferro Costa e Seixas Dória.

[FINAL DA FITA 4-A]

O.F. – O Ministério de que eu fiz parte foi último ministério organizado pelo dr. João Goulart. Basicamente tinha o propósito da conciliação nacional. Nós pretendíamos que a reforma se realizasse de forma democrática e pacífica. Para isso havíamos sido convocados pelo dr. João Goulart. A figura principal do ministério era o professor Carvalho Pinto, que expressava muito bem esse tipo de reforma social – cristã e democrática, como afirmávamos. Eu, que defendia essa linha já no P.T.B., ao lado de outros companheiros, fui convocado para o ministério, e procuramos assegurar a realização desse objetivo.

Aconteceu, porém, que as lideranças radicais de esquerda, que eram no Brasil principalmente as do governador Miguel Arrais e as do ex-governador Leonel Brizola, lançaram uma meta muito mais audaciosa. O dr. João Goulart, no temor de perder a liderança popular, passou a querer disputá-la ora ao sr. Miguel Arrais, ora ao sr. Leonel Brizola, e foi partindo para projetos mais radicais. Esses projetos geraram um descontentamento muito grande na classe média, que imaginou por algum momento que o Partido Comunista ia tomar conta do poder, apavorou-se, e levou as Forças Armadas à mesma suspeição. Recordo-me de que tive consciência desse problema muito cedo, porque no dia 24 de agosto, um dia fácil de lembrar porque é o dia de Caxias, fomos receber umas medalhas no Ministério da Guerra.

A.C – Dia 25, não é?

O.F – Você fez bem em me corrigir, 25 de agosto. Depois da solenidade, subimos para o gabinete do ministro da guerra. Lá, o almirante Sílvio Mota, ministro da marinha, fez uma saudação ao Exército – em geral era um ministro de uma das pastas militares que saudava o ministro da guerra nesse dia. Fui então procurado pelo general-comandante da Vila Militar.

A.C. – Âncora?

O.F. – Não. Eu o havia conhecido como coronel. Ele tinha sido chefe de polícia no governo de Juscelino Kubistchek. Era o Oromar Osório. Ele me chamou para uma sala e

me perguntou se eu tinha interesse em assistir ao discurso. Eu disse que preferia conversar com ele. Tivemos então uma conversa de duas horas, na qual ele me traçou a realidade da posição militar. Disse que era favorável à reforma agrária, que realmente tinha consciência desse problema, mas que a maioria das Forças Armadas era profundamente conservadora e estava convencida de que o governo tentava entregar o poder aos comunistas.

A certa altura, ele chegou a me dizer: “Sou um nacionalista como vocês, compreendo o que é a reforma agrária, tenho respeito pelo presidente, pela obra dele, mas hoje a situação da Vila Militar é a seguinte: se houver um bochincho (expressão que no Rio Grande do Sul significa luta), eu não contarei senão com o meu ajudante-de-ordens. Toda a oficialidade está impregnada da concepção de que o governo está apoiado pelos comunistas, e que os comunistas vão dar um golpe de estado”.

A.C. – Isso foi a 25 de agosto de 1963.

O.F. – Cheguei a lhe dizer: “Mas general Oromar, por que o senhor não transmite isso ao presidente?” Ele me respondeu que não podia fazê-lo porque, dentro da ética militar, isso era impraticável. Além disso, era amigo do general Âncora, comandante do I Exército, e do ministro de Guerra. Eu disse: “Então o senhor vai me permitir que eu transmita essa nossa conversa ao presidente”.

Transmiti tudo isso ao presidente. Mas havia em torno do presidente um círculo de áulicos que perturbava tudo. Todas as informações que eram levadas ao presidente eram depois criticadas como sendo de pessoas que estivessem temerosas da situação, ou que fossem demasiado conservadoras. Então me chamavam de conservador. Informações semelhantes eu tive depois do general Amauri Kruehl, com quem mantenho relações cordiais.

A.C. – Que saiu do Ministério sob pressão do Brizola.

O.F. – Sob pressão do Brizola. De maneira que o governo foi muito tumultuado. Ao lado dessa agitação de esquerda feita pelo governador Miguel Arrais e pelo ex-governador Leonel Brizola, havia a agitação fascista, feita por Carlos Lacerda e por Ademar de Barros, que estavam preparando um golpe de estado. Numa visita que fiz a Foz do Iguaçu, cheguei a ter informações seguras de que o governador Ademar de Barros estava importando armamentos do Paraguai, através do rio. Transmiti todas essas informações



ao ministro Jair Ribeiro, então ministro da Guerra, ao presidente da República, e nenhuma providência se tomou.

Em setembro, quando a agitação se agravou, o presidente tentou obter o estado de sítio para impedir a conspiração de Lacerda, governador da Guanabara, e de Ademar de Barros, governador de São Paulo. Mas a essa altura as Forças Armadas já estavam como árbitros dos destinos nacionais – que sempre foram –, e colocaram o presidente no seguinte dilema: eles apoiaram o estado de sítio e a decretação da intervenção federal em São Paulo, reconheciam que o governador estava se excedendo.

A.C. – Em São Paulo ou na Guanabara ?

O.F. – Em São Paulo. E reconheciam a necessidade de intervenção federal na Guanabara, onde Carlos Lacerda estava também violando a Constituição, mas exigiam igualmente a intervenção federal em Pernambuco. Achavam que, do lado da direita, ambos estavam se excedendo, mas que também Arrais estava se excedendo, do lado da esquerda. O presidente recusou. Disse que Arrais tinha sido seu companheiro, que lutara pela legalidade, e que não via que o governo de Pernambuco estivesse praticando nenhum excesso. Isso liquidou o estado de sítio, porque os militares então negaram apoio, e o Congresso no Brasil geralmente ouve as Forças Armadas antes de toda decisão importante. Isso é uma tradição que vem desde a queda do gabinete de Paraná, no Império.

A.C. – Dr. Osvaldo, o senhor não está sendo muito benevolente com o Jango? A impressão que tenho dessa crise é que as Forças Armadas encaminharam o pedido do estado de sítio ao Congresso e quem barrou, quem bloqueou o pedido foi o C.G.T., a Frente Parlamentar Nacionalista e o grupo do Brizola e do Arrais, que denunciaram a medida como uma medida discricionária. Nesse sentido, o presidente retirou o pedido, dizendo que a situação voltaria à calma e que os governadores garantiam a legalidade etc.

O.F. – Mas se o Exército mantivesse o apoio, o estado de sítio teria sido decretado mesmo contra essa minoria, já que nesse caso o P.S.D. e o P.T.B. votariam o estado de sítio. Só ficariam contra a U.D.N. e as minorias radicais. Tenho a impressão de que o presidente João Goulart não teve a visão crítica dos conflitos existentes na sociedade

brasileira, de modo a definir a diretriz do seu governo segundo a média da opinião nacional.

A.C. – O senhor acha que quem sustou o estado de sítio foi o Jango ?

O.F. – Foi o Jango, porque o estado de sítio...

A.C. – Foi barganhado em termos de Pernambuco.

O.F. - ... em termos de Pernambuco.

A.C. – O senhor considera que Jango foi leal a Arrais.

O.F. – Foi profundamente leal ao Arrais. Se ele admitisse a intervenção federal em Pernambuco, o estado de sítio seria decretado e a ditadura não teria surgido.

A.C. – Por que o senhor acha isso ? Muita gente é de opinião que o Jango talvez tivesse interesse em defender o Arrais.

O.F. – Não. O Jango era um homem que às vezes se perturbava, titubeava, demorava muito a tomar decisões, mas era incapaz de tomar uma posição contra um companheiro. Ele considerava que o Arrais tinha lutado pela posse dele, pela legalidade.

Eu me dava bem com Arrais. Meu cunhado, o deputado João Ferreira Lima Filho, era secretário de saúde do governo dele, e quando eu chegava aqui, frequentemente Arrais me procurava e conversávamos muito. Cheguei a dizer, certas vezes, que estava fazendo um governo sectário, que poderia ampliar a base do seu governo admitindo forças progressistas da burguesia, do empresariado. Arrais, por sua vez, se queixava de Francisco Julião. Dizia que toda vez que ele arquitetava um acordo – como o acordo com os usineiros para estabelecer melhores salários –, Francisco Julião radicalizava e tornava o acordo inviável.

No fundo de tudo isso, minha conclusão é uma só: é que as pressões sociais no Brasil são muito antigas, datam da escravidão, que oficialmente terminou há menos de cem anos, mas que na prática ainda existe em algumas áreas rurais do país. No momento em que as forças populares viram elevar-se ao governo o dr. João Goulart, elas se embriagaram com o sucesso e tentaram transformar a estrutura social do Estado, sem

perceber que havia forças orgânicas na sociedade que detinham muito maior poder. Aquela altura o Exército, grande parte da Igreja, a classe média e o Parlamento estavam unidos contra as reformas, por considerá-la demasiado radicais.

A.C. – O senhor classificou o último ministério do governo Jango como um ministério de conciliação.

O.F. – Uma tentativa de conciliação que fracassou quando o sr. Leonel Brizola chocou-se com Carvalho Pinto e levou-o a pedir demissão. A essa altura, cheguei a dizer ao presidente: “Presidente, o prof. Carvalho Pinto é o homem que nos estava avaliando junto às classes produtoras do país, porque nem o senhor nem nós merecemos a confiança do empresariado paulista, uma das forças mais poderosas da nação, nem das classes produtoras em todo o país. No momento em que o sr. Carvalho Pinto sai, o governo perde a confiança dessas forças, que vão todas conspirar contra ele”.

A.C. – Na verdade, foi o ministério do desespero. Não sei se o senhor concordaria comigo, mas penso que, no fundo, foi um ministério que se formou em função do fracasso da tentativa do Jango em aprovar a reforma agrária pelo Congresso. Nesse sentido, acho que Jango tinha perdido um pouco as esperanças de realizar reformas constitucionais através do Congresso.

O.F. – Exatamente. O P.S.D. e a U.D.N. haviam fechado questão contra a reforma. No meu entender, o governo tinha condições de prosseguir na luta pela reforma conscientizando o trabalhador, e eu tentei fazer isso através de centros de preparação de camponeses para a reforma agrária – aqui em Escada, Pernambuco, no Rio Grande do Norte e em Pelotas. Ao mesmo tempo, exercendo uma política de fiscalização severa do capital estrangeiro e desapropriando as áreas de fronteiras.

Os 150 quilômetros de fronteira são áreas do patrimônio nacional. Seria muito fácil reaver esses terrenos e, em seguida, promover uma reforma agrária de grandes dimensões. Só no Amazonas, no Pará e em Mato Grosso, a terra que se poderia desapropriar legalmente e dividir era magnífica. Por outro lado, havia governos estaduais empenhados em trabalhos de reformas agrária em terras dos governos estaduais – como era o caso do governador Mauro Borges, que me propôs apoiar.

E eu também tinha um projeto, onde já evitávamos o problema da desapropriação, pelo qual eu quis fazer o governo se interessar, mas não obtive sucesso. Através desse projeto, eu adotava, à semelhança da reforma agrária que se fez no Japão no começo do

século, o sistema de pagar aos proprietários desapropriados com título. Esses títulos seriam de alto valor. Em primeiro lugar, se promoveria a reavaliação do ativo das grandes companhias estatais, quer dizer, do ativo do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Vale do Rio Doce, de todas essas grandes companhias, cujos títulos estavam com um valor baixíssimo, cujo capital não representava nem a milésima parte do valor real. Feita essa reavaliação, esses títulos seriam pagos aos proprietários como remuneração pela terra que fosse desapropriada.

A.C. – Mas isto era inconstitucional.

O.F. – Não.

A.C. – Tinha que ser um pagamento em dinheiro prévio.

O.F. – Sim, mas esses títulos iam-se tornar tão valiosos que todo proprietário os aceitaria. Seria uma reforma agrária consentida. O governo mobilizaria alguns latifúndios, pagando com título de alto valor.

A.C. – E o senhor acha que com aquela crise econômica tão séria haveria condições de valorizar esses títulos a esse ponto ?

O.F. – Hoje está aprovado que o governo do dr. João Goulart era um governo condenado desde o nascedouro, porque contra ele se uniram as grandes forças. Primeiro de tudo, houve uma conspiração da Central Intelligence Agency, a CIA, que reuniu forças, dispendeu fortunas, agremiou pessoas e até chegou a botar esquadra a poucos quilômetros do Rio de Janeiro para apoiar o governo Carlos Lacerda e o sr. Magalhães Pinto, caso eles tivessem um início de derrota – a chamada Brother Sam –, que foi descoberta há pouco tempo. Sabíamos de alguns desses fatos, da intervenção de Vernon Walters, do embaixador Lincoln Gordon e de pessoas ligadas à embaixada americana nos assuntos internos do Brasil, mas não tínhamos provas. Só agora, depois de dez anos, as suspeitas são convertidas em provas que foram divulgadas. E um governo latino-americano com dificuldades financeiras, sem poder rever a Constituição, jamais seria capaz de reagir à ofensiva conjunta da política externa norte-americana e dos latifundiários locais.

A.C. – Em todo esse processo, quase que de tentativa desesperada de realizar algumas mudanças, qual foi o papel do Ministério da Agricultura? A impressão que se tem é de que, com o fracasso da aprovação da Lei de Reforma Agrária no Congresso, o Jango investiu tudo na Supra em termos de programa agrário, e que isso provavelmente deve ter criado problemas para o senhor. Penso que era um duplo poder em termos de frente agrícola.

O.F. – Exato. Propus ao sr. João Goulart que a Supra fosse dirigida por alguns dos pioneiros da idéia de reforma agrária. Esses homens eram o deputado Nestor Duarte, da Bahia, o prof. Inácio Rangel e o Tomás Pompeu de Acióli, que terminou consultor da ONU para o problema de reforma agrária.

A.C. – Era da FAO.

O.F. – Esses homens me pareceram os mais credenciados, mas a essa altura a frente sindical já se apoderara do comando político, e foi a frente sindical quem impôs o nome do sr. João Pinheiro, que fez na Supra uma obra que me parece pouco acertada.

A.C. – Quem indicou o nome do João Pinheiro ?

O.F. – Foram as lideranças sindicais do Rio de Janeiro.

A.C. – Provavelmente pela passagem dele no Ministério do Trabalho.

O.F. – Exatamente.

A.C. – Foi o C.G.T., em outras palavras.

O.F. – Eu procurei dar ao Ministério um caráter eminentemente técnico, e procurei realizar, no campo da reforma agrária, o que me parecia viável, isto é, a conscientização do trabalhador para a reforma agrária. Foi o que fiz aqui, com o apoio do padre Antônio Melo, o que fiz em Natal, com o apoio do então arcebispo Eugênio Sales, e em Pelotas, com o apoio dos professores da universidade local. Fizemos três centros-piloto que deram um resultado excepcional.

Nesses centros, o camponês tinha assegurado seu salário-mínimo e passava três meses interno numa escola, na qual, em forma de diálogo, ele debatia os problemas básicos da sua sobrevivência: como organizar um sindicato, para que organizar um sindicato, por que se filiar ao sindicato. Aplicava-se o método Paulo Freire de alfabetização, ensinavam-se alguns rudimentos de conta, ao lado de prática agrícola como enxertia, ensinava-se como tratar de um animal, como estabelecer uma curva de nível. Tudo isso era dado num curso intensivo de três meses, em que eles ficavam internos na escola.

Nós pretendíamos estender esse projeto, criando um instituto nacional de preparação para a reforma agrária, por que entendíamos que o problema da reforma tinha que depender basicamente do camponês. O camponês teria que ser conscientizado para se organizar numa força social que reclamasse a reforma. A reforma não poderia vir nunca de cima, porque não teria apoio popular – como não teve.

A.C. – E quantas pessoas esses centros podiam absorver ?

O.F. – Os centros pioneiros inicialmente foram em pequeno número, cada um abrangendo cerca de cem pessoas. Funcionavam em caráter experimental, para que a idéia fosse depois multiplicada. Estavam sendo preparadas equipes para atuar em grande escala, em todo o país. Isso, aliado a uma companhia de habitação popular, que havia sido criada no Ministério, e apoiado ainda num plano de mecanização agrícola que o Ministério traçou, estabelecendo concorrência com diversos países do oriente europeu, beneficiando-se dos acordos comerciais com a Iugoslávia e com a Polônia para adquirir material agrícola moderno, que pudesse ser também empregado nesse trabalho de reforma agrária.

A.C. – A Supra, ao mesmo tempo, estava organizando e estimulando sindicatos. E a Supra tinha muito dinheiro. Como é que o senhor via a relação, em termos financeiros, entre o Ministério da Agricultura e a Supra ?

O.F. – O trabalho da Supra me parecia um pouco desordenado, porque eles procuravam realizar, antes de tudo, uma obra de propaganda. Eu acredito mais num trabalho profundo, sério, de base, do que um trabalho de propaganda... Às vezes eram reunidas pela Supra mil pessoas para que fossem distribuídas sementes. Todo mundo ia lá. Todo

agricultor, e mesmo quem não era agricultor, ia receber sementes. Mas esse trabalho não deixava a conscientização.

A.C. – O senhor acha, por exemplo, que o Ministério tinha uma estrutura burocrático-administrativa que favorecia a ação, ou era em parte um peso morto de clientela, de máquina clientelística ?

O.F. – Era um peso morto. Acho que tudo que eu pude realizar, realizei através de dois ou três órgãos. Através do Fundo Agrícola, que foi criado no governo João Goulart pelo ministro Armando Monteiro Filho, homem de sensibilidade, e através de campanhas – como a campanha de erradicação da febre aftosa e a campanha de mecanização agrícola –, que fugiam daquele velho esquema que realmente era um peso morto.

A.C. – E era dinheiro que vinha de outras fontes ?

O.F. – Não. Eram fontes orçamentárias, mas muito mais flexíveis. O Fundo Agropecuário, presidido pelo ministro, era dirigido por seis altos funcionários do Ministério e pelo presidente da Sociedade de Agricultura Brasileira, dr. Edgar Teixeira Leite. Através desse fundo foi que conseguimos realizar algumas tarefas importantes no campo da mecanização, da erradicação da febre aftosa, da campanha pela melhoria do gado leiteiro. Um dos defeitos básicos do Ministério da Agricultura – e isso não foi possível mudar pela situação política e pelo pouco tempo em que estive lá – é que os principais itens da política agrícola brasileira não são ditados pelo Ministério. O café é regido pelo Instituto do Café, o açúcar é regido pelo Instituto do Açúcar.

A.C. – São as autarquias, não é ?

O.F. - São autarquias inteiramente independentes do Ministério, nas quais o ministro tem apenas um representante. Sempre considerei isso um defeito fundamental, porque esses institutos têm muito mais força do que o Ministério. A posição que defendíamos era a de que se tinha que partir para cuidar da lavoura, para dar alimentos à população, produzir basicamente para a população do país, e não apenas produzir para exportar. No meu entender e no entender daqueles que me assessoraram, a inflação brasileira em muitos casos age assim: o trabalhador urbano vai à feira, e toda vez que vai o custo do produto alimentar é mais caro – o feijão, o arroz, a batata. Hoje é o chuchu, não ?

A.C. – A cebola.

O.F. – A cebola. Então ele passa a reclamar um aumento de salário. Vem um novo aumento de salário; com a comercialização defeituosa que há, os gêneros sobem novamente, mesmo porque são escassos. A grande propriedade brasileira não produz para o interior do país. Ela produz o quê? Produz basicamente cacau, cana de açúcar e café para exportação e para isso obtém todo o crédito rural e toda a assistência técnica dos quais são excluídos os pequenos produtores que produzem feijão, arroz, milho, batata, mandioca.

[FINAL DA FITA 4-B]

O.F. – Como eu dizia, a nossa idéia no Ministério era transferir a sua principal atividade do favorecimento da grande propriedade exportadora para a propriedade que se dedicasse à produção de alimentos para o consumo interno do país: à produção do feijão, do arroz, do leite, da batata. Esse era um dos objetivos que procuramos atingir no Ministério da Agricultura. Infelizmente, tivemos um curto espaço de tempo e não nos foi possível fazê-lo.

A.C. – Isso seria um meio de contornar a inflação, o custo de vida.

O.F. – Seria um meio de contornar a inflação e de enfrentar o custo de vida. O que se tem feito no Brasil de 64 para cá é exatamente o oposto. O governo tem concedido todos os favores à exportação de soja e deixa o produto brasileiro de aves e de suínos sem farelo de soja. Exporta todo o café e deixa o preço do café subir no mercado interno. Antigamente, por exemplo, havia em São Paulo o costume de se plantar culturas intercalares: o colono plantava milho no meio do café. Isso dava uma grande safra de milho ao país. Até isso acabou.

A.C. – Com a racionalização...

O.F. – Com a racionalização da agricultura. A nossa idéia era também prestigiar, através do crédito, o pequeno produtor porque é ele quem supre os mercados das grandes cidades.



D.S. – Nesses seus planos, o senhor tinha o apoio dos diversos secretários de Agricultura dos estados?

O.F. – De alguns, de muito pouco.

D.S. – Esse apoio seria importante, não?

O.F. – Seria importante.

D.S. – E o senhor fazia reuniões com secretários?

O.F. – Isso foi tentado, mas foi muito difícil porque já encontrei um orçamento feito. Procurei alterar o orçamento do Ministério da Agricultura, que era ridículo. Quando assumi, a participação do Ministério era de 2%. Fui ao Congresso e debati durante uma semana na Comissão de Orçamento, e como eu era um deputado que conhecia os problemas regionais e tinha relações no Congresso, consegui elevar para 5% o orçamento do Ministério da Agricultura para 1964. Depois disso, voltou a cair novamente e nunca mais chegou aquele estágio. Atualmente está absolutamente inoperante.

O Ministério da Agricultura tinha feito, por exemplo, grandes experiências do ponto de vista da pesquisa científica em alguns institutos por todo o país, onde havia resultados de pesquisas científicas realizadas durante 20, 30 anos. Tudo isso foi destruído de 64 para cá, porque a pesquisa se tornou objeto apenas da exploração de companhias internacionais que já trazem aqui o adubo, o produto, o fertilizante, o sêmen artificial e tudo isso para vender.

A.C. – É uma forma de dependência.

O.F. – Sim.

A.C. – O senhor citou a importância do I.A.A., do Instituto do Café etc. Quais eram as suas relações com essas pessoas, quem eram essas pessoas ? Eram representantes das classes produtoras ?

O.F. – Eram representantes de produtores.

A.C. – Nesse sentido, o governo esvaziou a função política do Ministério em favor de uma representação técnico-funcional.

O.F. – Isso era um mal antigo que o governo não conseguiu contornar.

A.C. – Quer dizer, o representante do I.A.A. era ligado à indústria do açúcar; o do café, à lavoura do café, e assim por diante...

O.F. – Exatamente. Houve também um fato curioso que eu gostaria de lembrar. Para promover a reforma agrária, o Ministério entendia que seria necessário também não permitir a queda da produtividade. Em geral, realizada a reforma agrária, o pequeno produtor que assume não tem as mesmas condições do grande produtor. Conseqüentemente, nos países onde se realizou a reforma agrária nos primeiros anos houve uma queda de produtividade. Procurou-se então enfrentar esse problema criando-se patrulhas agrícolas com máquinas: máquinas para colher, tratores... Como o Brasil não fabricava àquela época tratores de esteira, adquirimos 1.200 tratores ao governo do marechal Tito; adquirimos duas mil colhedoras de trigo ao governo polonês, e fizemos diversas compras nos países do oriente europeu, nos quais o Brasil tinha saldo, e que nos vendiam com prazo de seis anos.

Fui certa vez procurado pelo secretário econômico da embaixada norte-americana que queria me fazer uma reclamação. Dizia que o Ministério só estava negociando com os países de trás da Cortina de Ferro. Eu lhe fiz ver que não. O que havia é que, nas condições que os países do oriente europeu ofereciam os seus produtos, as máquinas, nós também compraríamos dos Estados Unidos, desde que fosse naquelas mesmas condições. Ele me perguntou quais eram as condições. Eu respondi: “A prazo de seis anos, a juros de 6%”. E ele então me disse que isso era impossível, porque a indústria norte-americana só vendia à vista e, melhor, com carta de crédito anterior. Eu argumentei: “Como é que o senhor então pretende que eu deixe de fazer operações de tal modo benéficas ao Brasil na área do comércio internacional, para realizá-las de modo prejudicial só para adquirir esses produtos nos Estados Unidos ?” Ele ainda me fez ver que, pela lei de cessão de alimentos, os Estados Unidos vendiam trigo ao Brasil há quase 40 anos. Essa política incomodou muito ao monopólio tradicional das empresas norte-americanas no Brasil.

A.C. – Paulo de Tarso estava no seu Ministério ?

O.F. – Sim, no começo foi Paulo de Tarso.

A.C. – Foi no seu período.

O.F. – É, foi nesse período.

A.C. – Ele e o senhor como católicos, como é que se entendiam?

O.F. – Muito bem. Ele era uma figura admirável, inteligente, dedicado às reformas sociais, cristãs.

A.C. – O senhor classificaria Paulo de Tarso como um católico muito radical, fazendo parte dessas tendências radicalizantes que conturbaram o período?

O.F. – Ele era radical, ou melhor, estava na linha que a Igreja adotou depois do Concílio Vaticano II, nessa linha que está atualmente sendo discutida, porém vitoriosa.

A.C. – Além do C.G.T. etc., também o grupo católico foi muito adiante.

O.F. – Foi muito adiante, estava muito radical, mas sempre menos que os demais grupos.

A.C. – O Ministério da Agricultura sempre foi muito ligado a Pernambuco. Houve vários ministros pernambucanos.

O.F. – Você tem razão. Devo ter sido o vigésimo.

D.S. – O vigésimo dos pernambucanos?

O.F. – Acho que sim. José Bezerra foi ministro da República Velha. Tivemos também os ministros Neto Campelo, Novais Filho, Apolônio Sales, Armando Monteiro Filho, Barros Carvalho e eu.

A.C. – José Ermírio de Moraes?

O.F. – José Ermírio.

A.C. – Era quase uma tradição.

O.F. – Uma tradição que foi interrompida depois de 64.

A.C. – E a sua cassação, como é que se explica?

O.F. – Fiz um discurso no dia 3 de abril de 1964. Fui deixar o presidente João Goulart em Porto Alegre, onde se esperava que houvesse possibilidade de reação, de resistência militar. Lá ficamos na residência do general Ladário Pereira Teles, comandante do III Exército. Acompanhamos o presidente na sua última viagem, eu, o ministro Amauri Silva, do Trabalho, e o ministro Wilson Fadul, da Saúde. O ministro Abelardo Jurema fora preso pelo Exército no Rio de Janeiro.

Quando chegamos lá, depois de diversas reuniões que se prolongaram por toda a noite, fizemos uma reunião final na qual o dr. Leonel Brizola propôs ao presidente a seguinte linha política: como o ministro da Justiça, dr. Abelardo Jurema, havia sido preso no Rio de Janeiro, ele seria substituído; o próprio Brizola seria nomeado ministro da Justiça; o general Ladário seria ministro da Guerra e nós, os demais ministros que ali estavam, comporíamos o ministério, e eles iniciariam as operações militares em defesa do governo em Porto Alegre.

O sr. Leonel Brizola chegou a dizer: “Presidente, se vencermos, nós o levaremos de volta ao palácio, a Brasília, para que retome o poder; se formos derrotados, o senhor não terá problema, o senhor ingressará no Uruguai”. Mas a essa altura, os militares fiéis ao presidente João Goulart que lá estavam – o general Crisanto de Figueiredo, o general Bandeira, o coronel Pontes e outros oficiais – nos fizeram ver que o general Ladário estava só, que tinha apenas uma unidade fiel a ele, um regimento mecanizado com mil homens. Por outro lado, havia 50 mil homens no Rio Grande do Sul em armas, marchando sobre Porto Alegre. A aviação estava sublevada contra o presidente República; os portos, tomados pela Marinha sublevada. Essa tentativa seria apenas uma sangueira inútil, que seria sufocada dentro de poucos dias.

O presidente decidiu por sua retirada do país, e nós voltamos. Voltei e relatei todos esses fatos na Câmara. Ao relatar, procurei também, de certo modo, demonstrar uma certa antevisão do golpe que viria. Afirmar que esse golpe tinha sido financiado pelas multinacionais e que seria a restituição de uma ditadura de tendências fascistas no Brasil.

Esse discurso incomodou a muita gente e permaneceu como uma espada em cima da minha cabeça.

A.C. – Apesar de ter discordado dos rumos que o governo tomou, o senhor foi muito leal, muito solidário a ele.

O.F. – Confesso que o Jango sempre me pareceu correto. O Jango era um homem para alguns contraditório, pouco explicado, mas posso afirmar que era absolutamente sincero no seu esforço pela reforma social. Jango era um homem nascido na fortuna, grande estancieiro, filho de grande estancieiro, mas toda a sua vocação política era em defesa das massas.

A.C. – Muitos alegavam que ele tinha terras demais para querer a reforma agrária.

O.F. – Por aí você vê. Ele era sincero nisso. Ele pode não ter sido hábil no governo, pode ter cometido erros, mas da sinceridade dele eu sempre estive convencido. Por isso, fiz questão de acompanhar a sua sorte.

A.C. – Nas discussões ministeriais, o senhor discordava dele em questão como a da Supra, da desapropriação das terras à beira das rodovias, do comício das reformas. Como é que o senhor reagiu a essas últimas medidas do governo?

O.F. – Eu discordava. Eu, particularmente, expus ao presidente a minha oposição. Expus a ele, por exemplo, que no meu entender o decreto de desapropriação à margem das rodovias ia-se constituir numa guerra civil no Brasil. O camponês não estava educado para entender o seu conteúdo; o proprietário, da mesma forma. O governo não havia delimitado essas áreas previamente, e o que se iria constituir era o caos – como tal ocorreu. Mas àquela altura me parecia que negar o meu apoio público a esse ato seria incorreto.

Eu considerava o governo condenado. Desde o dia 25 de agosto que o governo me parecia condenado pelas Forças Armadas à deposição. Então, parecia-me deslealdade abandonar o governo naquela ocasião, de forma que eu, embora discordando dessas medidas, do comício das reformas e de outras... O que sempre sustentei junto ao presidente é que quem está no governo não faz comício, tem que fazer é administração. O comício é um ato de quem está na oposição.

D.S. – Como é que Jango lhe respondia ?

O.F. – Jango era um homem muito influenciável – esta talvez tenha sido a principal causa da sua derrota. Depois de uma conversa de duas ou três horas, ele apreendia muito bem esses objetivos. Mas ele era uma resultante de diversas forças, e as forças de esquerda que o cercavam o conduziam mais do que ele a elas.

A.C. – Quem foi o mentor intelectual dessa idéia da desapropriação à beira das rodovias?

O.F. – Não me recordo bem. Sei que, em grande parte, foi idéia do João Pinheiro. Ela me foi comunicada pelo João Pinheiro como vinda da Supra.

A.C. – Foi também uma tentativa de incorporar as Forças Armadas nesse processo, porque houve um levantamento que envolvia as Forças Armadas. Uma tentativa de formar uma frente.

O.F. – Exatamente. Eu já sabia que as Forças Armadas estavam reclamando um governo de centro, que admitiam um governo de centro-esquerda, mas que estavam temendo a ação do Partido Comunista. Estavam dispostos a depor o presidente se ele não tomasse algumas medidas como o fechamento do C.G.T., e tudo aquilo que o general Amauri Kruel propôs ao Jango na véspera...

A.C. - ... em outubro.

O.F. - ... em outubro, e que propôs depois, e no próprio dia 31 de março.

A.C. – Ele voltou a propor.

O.F. – Ele voltou a propor: “Presidente, o senhor feche o C.G.T. e dê uma punição a esses marinheiros que estão sublevados, de forma a manter a hierarquia militar, e nós o apoiaremos”.

A.C. – O senhor acha que o governo Arrais sofreu das mesmas contradições ou das mesmas dificuldades que o governo Jango, ou houve outro tipo de problema?

O.F. – Aqui me parece o seguinte: embora o governo do dr. Miguel Arrais tenha sido eleito por uma frente progressista, da qual fazíamos parte nós do P.T.B., o Partido Socialista e o Partido Comunista, Arrais governou preferentemente com o Partido Comunista. O Partido Comunista se assenhorou dos principais centros de poder no governo. Isso deu ao governo uma feição radical e terminou por prejudicá-lo.

A.C. – E os católicos, estavam muito presentes também?

O.F. – Alguns grupos católicos.

A.C. – O senhor acha que podia ter havido um melhor entendimento entre as classes produtoras e o governo?

O.F. – Acho. Acredito que o país poderia fazer uma reforma social e poderia realizá-la pacificamente se houvesse uma melhor compreensão, uma melhor atuação das esquerdas no Brasil, ou seja, uma conscientização das esquerdas quanto ao estágio social em que vivíamos. Elas imaginavam que o Brasil estava num estágio social 50 anos adiante. Essa defasagem entre a realidade do país e as aspirações das lideranças de esquerda é que nos conduziu ao golpe de estado.

D.S. – O senhor acha que as classes produtoras poderiam aceitar a reforma agrária?

O.F. – Uma parte delas poderia, se fosse adotado, por exemplo, esse projeto que eu propus ao presidente. Se limitássemos a reforma agrária às propriedades de mais de 500 hectares, começaríamos por estabelecer uma consciência nítida no seio da população – que realmente acredita que mais de 500 hectares é muita terra. E o que é mais importante, iríamos nos chocar apenas com 200 mil proprietários, grandes proprietários. Teríamos a nosso favor 2.800 mil pequenos proprietários, aos quais, endentia eu, o governo deveria dar crédito seguro, assistência técnica e favorecer a produção.

A.C. – O senhor acha, por exemplo, que no caso de Pernambuco o governo poderia dar direitos ao trabalhador sem necessariamente indispor as classes produtoras, ou isso era uma fatalidade histórica?

O.F. – Sou um reformista por tendência, por convicção, então acho que era possível realizar essa reforma. Ainda hoje acho que é possível. Um governo que se disponha a aplicar recursos pode desapropriar cem mil hectares de terras em Pernambuco e constituir imediatamente dez mil novas famílias de camponeses. Acho que o essencial é constituir uma classe média rural próspera, digna. Foi isso que se fez nos Estados Unidos com a Lei do Homestead, por exemplo, no governo de Lincoln. Mas no Brasil, ou se faz uma propriedade coletiva, ou então, como agora, aumenta-se latifúndio. O latifúndio está crescendo.

A.C. – Está havendo uma concentração de terras cada vez maior.

O.F. – Por outro lado, podem ser tomadas certas medidas. Se o governo retirasse o crédito das grandes empresas latifundiárias e o atribuísse às pequenas cooperativas, não precisaria muito mais do que isso para fazer uma reforma agrária revolucionária, através do crédito e de outros instrumentos. Imagine o Banco do Brasil proibido de emprestar a quem possuísse mais de mil hectares! Isso o presidente da República pode fazer por um decreto. Para aquele que tem mais de mil hectares, o governo pode dizer: “Bom, você é rico demais...”

A.C. – E a questão da produtividade, o senhor não acharia importante na discussão?

O.F. – Acharia importante.

A.C. – Ela ficou bastante confusa dentro dos projetos do governo.

O.F. – Ficou. Enfim, acredito que, em última análise, o governo João Goulart no seu último período foi atropelado pelos aliados de esquerda, que radicalizaram demais as posições, criaram o pânico na classe média e, conseqüentemente, nas Forças Armadas.

A.C. – O senhor, como um homem do Congresso, com uma larga experiência, inclusive ligado aos grupos mais nacionalistas, não acha que tenha havido também, nesse período anterior ao seu Ministério, uma certa inabilidade do governo, do partido do governo, em conduzir as negociações que levariam a uma reforma constitucional moderada? O senhor acha que era uma fatalidade que o Congresso e que o Executivo se indispusessem?



O.F. – Acho que era uma fatalidade, porque a maioria do Congresso é constituído basicamente de grandes proprietários, ou de representantes de grandes proprietários. A reforma agrária sempre foi mal vista no Congresso do ângulo da desapropriação.

A.C. – O senhor acha que, sem desapropriação, a reforma era impossível?

O.F. – Não, acho que o governo...

A.C. – Sim, naquela proposta que o senhor fez.

O.F. - ... poderia fazer a desapropriação pagando em títulos do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Vale do Rio Doce, prestigiando as pequenas comunidades agrícolas, desapropriando as áreas de fronteira – quer dizer, havia uma série de outros instrumentos.

A.C. – Mas nas áreas de fronteiras não haveria o problema da comunicação, da distância, do escoamento do produto?

O.F. – Não haveria mal nisso. Já sairia da mesa nacional uma população enorme de desajustados e de desempregados, que iria construir um novo Brasil na fronteira.

A.C. – É o que está acontecendo hoje.

O.F. – E era também possível que isso fosse feito mediante acordo com os estados. Um dos grandes defeitos da situação agrária brasileira é que, enquanto nos Estados Unidos a propriedade devoluta, aquela que não tinha proprietário determinado, pertencia à nação, no Brasil só foi assim até o Império. Quando surgiu a Constituição de 1891, transferiu-se a propriedade das terras devolutas aos estados. Ora, os estados, como estavam sob o domínio de uma clientela de oligarquia agrária, distribuíram entre si aquelas propriedades. Mas mesmo assim, quanta coisa havia a fazer! Por exemplo, em Mato Grosso, em Goiás, no Paraná, havia terras imensas a ocupar.

A.C. – Através dos estados, não através do governo federal.

O.F. – Sim, através dos estados. Mas eu acreditava nessa possibilidade, e cheguei a estabelecer um entendimento com o governador Mauro Borges nesse sentido. Eu entendia que o governo federal podia colonizar todo o território de Goiás numa iniciativa associada ao governo do estado. Podia colonizar no Maranhão o sul do vale do Mearim. É que faltou equilíbrio.

A.C. – O governo federal não tinha autonomia para fazer isso diretamente.

O.F. – Não.

A.C. – Foi um argumento muito utilizado pelos grandes proprietários e pelas classes produtoras em geral, esse de usar as terras do governo, como se o governo federal as tivesse. Agora o senhor está me chamando a atenção de que a terra era dos estados.

O.F. – Era dos estados.

### [INTERRUPÇÃO DE FITA]

#### **3ª Entrevista: 22.10.1979**

E.R. – Ministro, gostaríamos de conversar com o senhor a respeito de sua participação no Ministério da Agricultura no governo Goulart. Gostaríamos de lhe perguntar como se dá, e por que critérios, a sua chamada para o Ministério da Agricultura? Como se deram os primeiros contatos com Jango, como se deu essa aproximação até a sua efetivação como ministro?

O.F. – Tendo sido, de 1958 a 1960, líder do Partido Trabalhista Brasileiro e filiado à Frente Parlamentar Nacionalista, da qual fui líder algum tempo, é natural que o meu comportamento político estivesse vinculado às forças que apoiavam o presidente João Goulart, como trabalhista e como nacionalista, tendo em vista, sobretudo, o programa do governo, que era de apoiar, na medida do possível, as reformas de base por que se vinha batendo o Partido Trabalhista Brasileiro.

No governo do presidente João Goulart houve diversas tendências. Em primeiro lugar, houve o ministério nomeado no regime parlamentarista, o ministério de Tancredo Neves, como houve outras tentativas de organização de ministério, tendo como primeiro-ministro Auro de Moura Andrade e San Tiago Dantas. Essas duas tentativas falharam por falta de apoio parlamentar.

O governo de então desempenhou um papel conservador, no bom sentido, porque atuou durante esse período em estreita cooperação com as forças do Congresso Nacional, que em sua maioria, não eram favoráveis às reformas de base, sobretudo a reforma agrária, a qual exigia uma alteração da Constituição para permitir a desapropriação de terras consideradas latifúndios improdutivos em títulos, como pleiteavam as forças progressistas do Partido Trabalhista Brasileiro e o presidente João Goulart.

Durante esse período, houve duas forças que radicalizaram o processo lutando pelas reformas. Uma delas sob a direção do ex-governador Leonel Brizola, que exerceu uma liderança muito poderosa, reivindicava uma reforma agrária imediata. Outra, aqui no Nordeste, comandada por Miguel Arrais e Francisco Julião. As duas correntes, a nordestina e a do Sul, reuniram grande número de deputados na Frente Parlamentar Nacionalista e reivindicavam uma reforma radical, que era definida na expressão cunhada pelo deputado Francisco Julião: “Reforma na lei ou na marra”.

No P.T.B., sempre pertenci a um grupo moderado que considerava que as forças de direita e as forças conservadoras eram muito poderosas no Brasil, e o pacto de legalidade que se havia estabelecido com a posse do dr. João Goulart não tinha o apoio nem das Forças Armadas nem da maioria do Congresso. Era, portanto, um governo vulnerável, ameaçado. E defendia, ao lado de numerosos companheiros, que as reformas se fossem realizando paulatinamente e que nós assegurássemos, em primeiro lugar, a existência do regime democrático. Através do regime democrático, portanto, por via pacífica, por via legal, iríamos fazendo as reformas indispensáveis ao país e que ainda hoje não foram feitas. Faço esse intróito para explicar meu ingresso no Ministério.

No início do ano 1963, um grupo de deputados resolveu formar uma frente moderada que defendesse as reformas com espírito de legalidade democrática. A esse grupo se filiaram os deputados Alceu de Carvalho, de São Paulo, João Herculino, de Minas Gerais, Cid Carvalho, do Maranhão, eu, o deputado Humberto Lucena, da Paraíba, o deputado Chagas Rodrigues, ex-governador do Piauí, e numerosos outros companheiros.

Em entendimentos com o presidente, que era também defensor dessa linha (o presidente João Goulart sempre entendeu que as reformas deveriam ser graduais e feitas

dentro da legalidade), nós realizamos, com a ajuda do governo, diversos comícios de propaganda das reformas constitucionais, mas dentro do quadro legal, sem quebra da legalidade democrática.

E.R. – Essa tentativa de fazer reforma agrária via Estado, a partir de projetos encaminhados pela presidência, pelos seus auxiliares, pelo Ministério, seria possível, na medida em que a classe política brasileira estava intimamente comprometida com o latifúndio, e esse projeto teria que ser aprovado por essa classe política?

O.F. – Acredito que sim, na medida em que as reformas fossem graduais. Recordo mesmo de um entendimento havido entre nós e o então líder do Partido Social Democrático, o ex-ministro Martins Rodrigues, que concordava conosco no modelo de reforma. Para exemplificar, direi apenas o seguinte: 20% da área territorial das propriedades rurais no Brasil são constituídos pelo minifúndio, pela pequena propriedade, em alguns casos até insuficiente para uma exploração agrícola racional, e que só admite mesmo uma exploração agrícola em nível familiar. Oitenta por cento das áreas, porém, estão nas mãos dos grandes proprietários. O que defendíamos era uma limitação da reforma. Se a reforma, por exemplo, só atingisse propriedades de áreas superiores a 500 hectares, nós eliminaríamos do campo da reforma, dos objetivos da reforma imediata, cerca de três milhões de pequenos e médios proprietários. Isso eliminaria a oposição radical que o projeto de reforma agrária sofria no país, porque só iriam ser atingidos cerca de 200 mil proprietários, os grandes proprietários, que não representavam, em termos numéricos e em termos de influência política, um obstáculo insuperável.

D.S. – Mesmo ao nível do Congresso? Essa quantidade, mesmo sendo pequena em termos de população, ao nível do Congresso não era bastante representativa?

O.F. – Não. Nós teríamos aprovada a reforma agrária se fosse adotado um limite que eu, no Ministério, sugeri que fosse de 500 hectares. As propriedades abaixo de 500 hectares seriam favorecidas pelo crédito e pela assistência técnica do governo, e a reforma incidiria, precisamente, sobre os grandes latifúndios, porque esse representavam um pequeno número de proprietários – 200 mil. Em termos de Brasil, você há de convir que são muito poucas as pessoas capazes de enfrentar um governo num regime democrático. Todavia, as forças radicais não se conformavam com esse modelo e tentavam obter uma

reforma agrária radical, que atingisse todas as propriedades. Isso colocou todos os proprietários em violenta oposição ao governo, inclusive os pequenos e médios proprietários que deveriam ser até mesmo beneficiários de uma reforma agrária razoável e justa.

E.R. – Antes de continuarmos nesse assunto, eu queria voltar um pouquinho ao momento de sua entrada no Ministério.

O.F. – Vou concluir aquilo que vinha afirmado. Esse grupo moderado a que me referi começou a fazer comícios em Minas Gerais (Uberaba), no Espírito Santo e em diversos estados, quando houve a crise que levou à exoneração do segundo ministério de João Goulart. Organizou-se então um ministério que seria o ministério da conciliação. A principal figura desse ministério foi o ex-governador Carvalho Pinto, como ministro da Fazenda. E eu, como membro do grupo moderado, fui convocado para o ministério. Do P.T.B. fomos convocados eu, para o Ministério da Agricultura, o dr. Wilson Fadul para o Ministério da Saúde, e o dr. Amauri Silva, senador pelo Paraná, para o Ministério do Trabalho.

Esse era o objetivo traçado em entendimento com o presidente João Goulart: realizar uma reforma agrária democrática com respeito aos direitos adquiridos e permitindo a sobrevivência dos pequenos e médios proprietários no Brasil, e até mesmo levando-lhes a ajuda do governo federal, através de assistência técnica e de crédito. Não foi possível realizar esse objetivo porque as áreas radicais do Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Socialista e do Partido Comunista, lideradas pelos srs. Leonel Brizola, Miguel Arrais e Luís Carlos Prestes, se insurgiram contra essa reforma moderada.

Recordo, por exemplo, que antes de ingressar no Ministério eu havia composto uma comissão do Partido Trabalhista Brasileiro para propor ao governo um projeto de reforma agrária. Essa comissão foi constituída pelo professor Temperani Pereira, deputado federal pelo Rio Grande do Sul, pelo deputado Afonso Celso, do estado do Rio, e por mim, como representante do Nordeste. E havíamos concluído o nosso relatório exatamente defendendo uma reforma agrária moderada, que só atingisse as propriedades de área superior a 500 hectares. Esse parecer da comissão do Partido Trabalhista Brasileiro foi, todavia, rejeitado no plenário da bancada, em face da oposição do então deputado Leonel Brizola e de outros companheiros.

No Ministério procurei seguir, na medida do possível, esses objetivos mas as injunções partidárias foram muito poderosas. Eu propunha, por exemplo, para dirigir o órgão encarregado de realizar a reforma agrária, que era a Supra, que o presidente escolhesse numa lista tríplice, e propunha os nomes do deputado Nestor Duarte, um dos pioneiros na luta pela reforma agrária no Brasil, embora fosse um homem do Partido Libertador, da oposição. Indiquei também o professor Tomás Pompeu Acióli, que até pouco tempo dirigiu o Centro de Reforma Agrária da Organização dos Estados Americanos e da O.N.U., e o professor Inácio Rangel.

O presidente, que considerou os nomes apresentados excelentes, todavia nos informou — a rigor, informou diretamente a mim — que não tinha mais liberdade de escolha porque estava comprometido com a indicação do dr. João Pinheiro Neto, indicação feita pela central sindical do Rio de Janeiro.

O projeto de reforma enviado pelo governo ao Congresso sofreu uma oposição muito forte por parte da U.D.N., que naquela época levantou o tema da intocabilidade da Constituição, afirmando que a Constituição era intocável. Essa U.D.N. que apoiou todos os arremedos de Constituição de 64 até hoje — a tal ponto que não se sabe mesmo se temos uma Constituição, tantas são as emendas e as modificações ocorridas — foi aquela que na convenção do Paraná considerou a Constituição intocável. Isso tinha um único objetivo: impedir a realização da reforma agrária, porque a terra estava assegurada por um dispositivo da Constituição de então contra a desapropriação, que só poderia ser prévia e em dinheiro. Ora, realizar uma reforma agrária desapropriando em dinheiro podia representar um grande negócio imobiliário, jamais uma reforma agrária. Primeiro, a nação não dispunha de capitais para aplicar numa reforma agrária desse tipo. Em segundo lugar, isso se converteria num fabuloso negócio imobiliário.

Como o projeto de reforma agrária estava paralisado no Congresso, tentei realizar um trabalho de assistência técnica mais efetiva aos agricultores, sobretudo aos pequenos, e promover a produção de alimentos para o povo. No Brasil, o Ministério da Agricultura sempre tinha sido muito omissivo na assistência técnica ao pequeno produtor. As únicas lavouras que se organizaram no Brasil foram aquelas que promoviam a exportação de matérias-primas para o exterior, como o café, através do Instituto do Café, o açúcar, através do I.A.A. Essas é que tinham assistência governamental efetiva.

Tive a colaboração de grandes técnicos do Ministério, embora desestimulados com a falta de recursos, com a falta de uniformidade nas administrações — cada administração que chegava abandonava os projetos anteriores —, pelo baixo nível de salário dos técnicos, o que importava em grande desfalque de técnicos agrícolas, de agrônomos e

veterinários que se afastavam do serviço público para atuar no campo da iniciativa privada em virtude da baixa remuneração paga. Procurei, através de diversas medidas, dar eficiência ao Ministério da Agricultura. Tive a ajuda de grandes técnicos, como já afirmei. Técnicos como Valderbilt Duarte, como José Irineu Cabral, como o professor Osvaldo de Menezes, como o professor Emílio Araújo. Quase todos foram aproveitados posteriormente, depois de 64, em organismos internacionais como a F.A.O., como a O.E.A., em seus serviços de assistência à agricultura.

. Conseguimos alguns objetivos, também, no campo da preparação dos camponeses para a reforma agrária, através dos planos-piloto que realizamos. Um no Rio Grande do Norte, com a colaboração do então arcebispo dom Eugênio Sales; outro aqui em Escada, Pernambuco, com a cooperação do padre Antônio Melo, e outro em Pelotas, com a ajuda dos professores da Universidade Rural de Pelotas.

E.R. – Por que a escolha desses lugares?

O.F. – Foi onde surgiram movimentos mais efetivos de organização agrária. Havia um sindicato rural muito poderoso no Rio Grande do Norte. Aqui havia as Ligas Camponesas fundadas pelo deputado Francisco Julião e os sindicatos organizados pelas correntes progressistas da Igreja, como o padre Melo ou o padre Crespo. Como nós não tínhamos muitos recursos e o trabalho era um trabalho pioneiro, trabalho de experiência-piloto, escolhemos essas três cidades, onde havia escolas do Ministério da Agricultura que pudessem dar uma assistência efetiva.

Nesse projeto, os camponeses eram selecionados por indicação dos sindicatos, das Ligas Camponesas, e tinham do Ministério uma bolsa de estudos de três meses de salário mínimo, alimentação e habitação. Eles ficavam internados numa escola do Ministério da Agricultura, e organizava-se um corpo de professores da própria escola ou contratados de fora, que passariam, como passaram, a debater com os camponeses em nível de colaboração entre professores e alunos sem nenhum dogmatismo. Primeiro através de aulas práticas, de assuntos e matérias de que os camponeses tinham alguma experiência empírica como, por exemplo, a enxertia, no setor agrícola, a seleção de sementes, o tratamento de vacinação do gado, a realização de lavouras através da aplicação de curvas de nível para evitar a erosão, pequenas noções de contabilidade (as quatro operações), de forma a criar uma contabilidade, embora rústica, singela, das despesas da fazenda.

Observamos que o resultado, depois de três meses de curso intensivo, era altamente favorável e preparava camponeses para amanhã, na hipótese da realização da reforma, estarem habilitados a dirigir pequenas propriedades familiares.

D.S. – Como os movimentos mais radicais viam esses centros de aperfeiçoamento? Como mecanismos de cooptação ou achavam que era alguma coisa que estava contribuindo, realmente, para a conscientização da massa camponesa?

O.F. – Não houve maior divulgação porque, pouco depois da conclusão do curso dos primeiros alunos, fomos afastados do governo pelo golpe militar. Uma das provas da alta eficiência que esses cursos estavam iniciando foi que todos eles provocaram do governo militar inquéritos policiais-militares. Um dos itens que recorro dos cursos era a conscientização do camponês e preparação para a reforma agrária. Esse tema foi considerado altamente subversivo pelos inquéritos militares realizados depois de 64. Aqui em Pernambuco, a principal dirigente, que era uma associada da Juventude Católica, a professora Judite da Mata Ribeiro, foi intimada, como foi o professor Guaraná, e tiveram de depor durante várias horas no IV Exército, porque aquele trabalho foi considerado eminentemente subversivo.

D.S. – Continuando esta questão, o Ministério da Agricultura era uma espécie de “calcanhar de Aquiles”. Tudo convergia para lá. Eu queria que o senhor falasse um pouco do reflexo que esse movimento social tinha, de Ligas Camponesas e sindicatos. Que pressões o Ministério sofria, concretamente, desses movimentos mais radicais? Eles tinham alguma interferência direta?

O.F. – Nós sofremos uma interferência muito aguda em algumas regiões, como Governador Valadares, em Minas, aqui em Pernambuco, no Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, pela organização chamada Camponeses sem Terra. Em Governador Valadares pelo sindicato rural dirigido pelo Chicão e pelo padre Lage. E aqui pelas Ligas Camponesas, porque houve um entendimento errôneo do movimento radical. Ele tentou realizar a reforma agrária “na marra”, e achou que a forma mais fácil de fazê-lo era invadindo as propriedades do Ministério da Agricultura. Algumas dessas propriedades realmente estavam ociosas, mas havia outras, por exemplo, como a de Bagé, no Rio Grande do Sul, que tinha um dos mais perfeitos trabalhos de melhoria de gado — cruzamento de gado zebu com gado holandês — e aclimatação de novas pastagens



resistentes às geadas, que não poderiam ser partilhadas aos camponeses sob pena de se destruir todo um trabalho de pesquisa científica do ponto de vista agropecuário.

Em Minas Gerais, por exemplo, Chicão, que era o presidente do sindicato rural, e o padre Lage me procuraram e ameaçaram invadir uma fazenda do Ministério. Tive que me deslocar para Governador Valadares ao lado do secretário de Educação de Minas, professor Edgar da Mata Machado, e do deputado José Aparecido de Oliveira. Realmente verificamos em Governador Valadares que, ao contrário de Bagé, a fazenda do Ministério estava ociosa, sem nenhuma direção efetiva, sem nenhuma pesquisa racional. Como ela podia ser afastada dos trabalhos do Ministério sem prejuízo para a pesquisa, organizamos um projeto de redistribuição da terra, o que permitiria colocar nessa fazenda de Governador Valadares 200 famílias camponesas em pequenos lotes com assistência técnica. Esse trabalho, que foi um trabalho muito bem feito por alguns especialistas do Ministério foi também impedido de realização pelo movimento militar. Basta dizer que tínhamos marcado o dia 31 de março de 1964 para a distribuição dos títulos aos camponeses, que seriam indicados numa lista pelo sindicato rural de Governador Valadares dentre aqueles camponeses de família mais numerosa e mais necessitados.

Todo o trabalho que se poderia realizar da reforma social democrática, pacífica, foi prejudicado ora pela radicalização das correntes de esquerda e, finalmente, pelo golpe militar de 31 de março.

D.S. – E essas correntes mais radicais? Elas encaminhavam memoriais ao Ministério da Agricultura? Que tipo de pressão direta elas faziam?

O.F. – A pressão que elas realizavam era essa: ora ameaçavam invadir terras de particulares ou, principalmente, terras do Ministério da Agricultura, ora em grandes comícios populares.

D.S. – Mas eles se dirigiam diretamente ao Ministério, através de cartas?

O.F. – Às vezes, eles se dirigiam diretamente ao Ministério.

D.S. – O senhor esteve pessoalmente com Francisco Julião, quando era ministro?

O.F. – Estive com Julião, com o padre Lage, com Chicão, estive com numerosos líderes, e estive com quase todas as lideranças sindicais e agrárias num congresso que nós

patrocinamos, um congresso dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Norte, realizado em Natal.

D.S. – E conseguiu-se um bom entendimento nesses encontros?

O.F. – Não. Não era muito fácil o entendimento porque a massa camponesa, através de suas lideranças, exigia uma solução imediata, e isso não era possível realizar dentro dos termos da legalidade então existente.

E.R. – Ministro, eu quero voltar um pouco para cobrirmos alguns outros temas. O senhor, pela sua posição dentro do PTB, tinha uma identificação com o tipo de programa que o governo desejava realizar: as reformas de base e, especificamente, a reforma agrária.

O.F. – A esse respeito, eu posso adiantar que ofereci uma contribuição, ainda antes de ingressar no Ministério, que me parecia muito útil. Era a de conjugar a reforma agrária com a reavaliação do ativo das companhias estatais. Nós tínhamos naquela época grandes autarquias como o Banco do Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce, a Fronape, a Petrobrás, cujo capital estava representado por um número diminuto de ações. Como essas ações pertenciam ao governo federal, não havia interesse em dividi-las. O meu projeto propunha que essas ações fossem reavaliadas pelo valor efetivo, corrente em bolsa, dessas ações, e que o governo pagasse as desapropriações na área rural com essas ações, que eram valiosas. E a reavaliação do ativo dessas companhias iria permitir um grande afluxo de recursos financeiros, que eram as próprias ações, para a promoção da reforma agrária.

Promovi, então, uma sugestão no sentido de que o governo federal partilhasse todas as terras ao longo das fronteiras, porque essas terras eram consideradas propriedade da União pela Constituição, até uma área de 150km de fronteiras, e seriam mais facilmente objeto de desapropriação. Então seria possível a localização de grandes massas camponesas.

E.R. – Só as fronteiras eram de propriedade da União?

O.F. – Havia outras terras de propriedade da União, mas todas as terras de fronteira, que são boas terras agrícolas, estavam localizadas nessa área.

E.R. – Essa colaboração o senhor ofereceu ainda como deputado?

O.F. – A desapropriação da área de fronteira não, eu ofereci já no Ministério. A outra é que foi anterior, como deputado. A idéia de adquirir terras mediante pagamento através de títulos valorizados das autarquias como a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Vale do Rio Doce.

E.R. – E isso foi formulado como projeto de lei?

O.F. – Sim.

E.R. – E foi vetado?

O.F. – Não, não chegou sequer a ser votado. Havia no Congresso uma agitação muito grande, e havia quase uma centena de projetos apresentando soluções para a reforma agrária.

E.R. – Nesse momento, o senhor já tinha algum contato com Jango?

O.F. – Já. Desde que ocupei a liderança do partido eu me aproximei muito do presidente João Goulart. A rigor, já em 1960 eu dirigi uma caravana em favor das candidaturas Lott e Jango por todo o Brasil. Caravana que, saindo de Brasília, foi até o Amazonas e visitou todas as capitais do Nordeste. Já fora do Nordeste fizemos diversos comícios no Espírito Santo, em Minas Gerais.

E.R. – O seu nome, especificamente, foi indicado por alguma força, por alguém?

O.F. – No momento em que ficou estabelecido que caberia a Pernambuco a indicação do ministro da Agricultura, o meu nome teve o apoio da bancada pernambucana, além de outros companheiros que compunham diversas outras bancadas do partido no país e essa indicação foi bem recebida pelo presidente João Goulart.

E.R. – Dentro da bancada pernambucana, alguns setores ficaram mais satisfeitos com sua indicação, outros menos? O senhor localizaria apoios recebidos nesse sentido?

O.F. – Aqui eu tive o apoio da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, que era muito numerosa: cerca de 11 deputados. E basicamente a minha indicação foi uma indicação partidária, do Partido Trabalhista Brasileiro.

E.R. – Quando o senhor vai para o Ministério da Agricultura que preocupações fundamentais o senhor tinha em termos administrativos como problemática da estrutura rural brasileira? Nós sabemos que a reforma agrária era uma delas, e fundamental. Mas como é que o senhor via a agricultura nacional? Em que perspectiva?

O.F. – Posso começar com uma informação de caráter quase anedótico. Os técnicos que convoquei para realizar um trabalho no Ministério da Agricultura eram muito céticos quanto à ação do Ministério da Agricultura, porque o Ministério, primeiro era muito mal aquinhoado de verbas. O Ministério tinha 2% da despesa da União. É o que era atribuído à Agricultura. No Congresso, consegui elevar para 6% do orçamento de 64. Mas a partir de 1964, continuou novamente a cair. Então dizia-se o seguinte: que o Ministério da Agricultura estava tão ausente dos problemas agrícolas que, se ele fosse incendiado, os agricultores só iriam tomar conhecimento disso um ano depois.

E.R. – A que o senhor atribui essa falta de prestígio do Ministério?

O.F. – Ao seguinte: a grande lavoura no Brasil, aquela contemplada com grandes créditos e com assistência técnica, foi atendida através de institutos autárquicos, como o Instituto do Açúcar e do Alcool, para a lavoura canavieira, e o Instituto Brasileiro do Café, para a lavoura do café.

E.R. – O instituto do pinho, também?

O.F. – Sim, também havia o instituto do pinho, que atuava no sul do país. Esses institutos dispunham de recursos através do pagamento de uma parcela das exportações, de um confisco de divisas que lhes permitia manter um funcionalismo de alto nível e dar alguma assistência a essas lavouras. Mas a lavoura que alimenta o Brasil — a lavoura do milho, do feijão, do trigo —, essa não tinha a ajuda do governo federal, nem assistência e nem crédito.

Como deputado cheguei a oferecer um projeto que limitava em 12% os juros dos empréstimos agrícolas. Sabe-se que no exterior, nos Estados Unidos, nas nações

desenvolvidas, esses juros não excedem 6% ao ano. No entanto, no Brasil era comum estabelecimentos do próprio governo federal, como o Banco do Brasil, cobrarem juros de 20, 24% ao ano. Esse projeto também conseguiu a aprovação das comissões, mas, afinal, não chegou a ser votado.

Havia assim uma pequena lavoura a médias propriedades rurais que se dedicavam à produção de alimentos para o mercado interno — milho, feijão, arroz, trigo — e essa lavoura, basicamente, não tinha ajuda. Ela não tinha nem força política nem assistência técnica para exigir uma política de assistência.

Com a ajuda desses assessores, tentei organizar um projeto de mecanização agrícola. Importamos tratores da Iugoslávia — tratores de esteira — que não se fabricavam no Brasil, e adquirimos cerca de quatro mil tratores nos produtores nacionais — tratores de pneu. É preciso explicar: o trator de pneu só pode trabalhar bem depois de um trabalho inicial feito pelos tratores de esteira. Esses é que promovem o preparo do solo e o desmatamento, que permitem a mecanização, seja animal, seja mecanizada.

O objetivo principal, então, no meu período foi esse: oferecer sementes de boa qualidade a preços baixos aos agricultores; vender tratores, também a longo prazo e preços razoáveis, e criar condições também para formar patrulhas do Ministério que seriam expandidas por todo o país. Chegamos a adquirir os tratores da Iugoslávia, adquirimos os tratores da indústria de São Paulo, quando houve o golpe militar que encerrou a nossa atividade.

É preciso salientar, também, que há dois setores básicos na agricultura brasileira que continuam inteiramente desassistidos: o primeiro é o combate à erosão. Nós sabemos que quando os agricultores portugueses aqui se localizaram eles enfrentaram um solo extremamente rico de matéria orgânica. Isso exigia a drenagem, e eles fizeram a drenagem trabalhando verticalmente o solo, de alto para baixo nas lavouras. Isso, depois de anos de trabalho, acarreta um empobrecimento terrível do solo, porque as chuvas arrastam para os vales a matéria orgânica empobrecendo gradativamente o solo. Nas nações mais desenvolvidas, há tempos que esse trabalho é feito em curva de nível. As lavouras são plantadas contra a forças das águas, de forma que retêm as águas, permitem maior infiltração e eliminam praticamente a erosão do solo.

O outro problema muito grave, e talvez mais imediato, é o da comercialização defeituosa pela qual, para exemplificar, um produtor de milho do Paraná produz o seu milho e o vende, a preço vil, em Iguazu a um intermediário. Esse intermediário transporta esse milho e o vende já em Curitiba ou Paranaguá a um exportador, ganhando muitas vezes o preço que ele pagou. Esse último intermediário é que vai promover a

revenda, quer no mercado interno quer para a exportação. Há sempre uma corrente de três, quatro intermediários que retêm altos lucros no processo de comercialização dos produtos agrícolas. Isso só não ocorre em relação ao café e ao açúcar porque são lavouras que vivem num regime de economia estatal dirigida.

E.R. – Em que produção se baseava o Ministério, já que os principais produtos da agricultura nacional estavam diretamente vinculados a esses institutos específicos?

O.F. – Eu não diria assim. Realmente, as duas lavouras mais bem organizadas no país, aquelas que têm crédito abundante, assistência técnica, que são a lavoura de cana e a lavoura do café, estão vinculados a órgãos sobre os quais o Ministério tem uma influência muito relativa, quase nula. Mas os demais produtos, como a pecuária de gado de corte, a pecuária de animais de pequeno porte, a produção de arroz, feijão, milho, trigo, estão nessa área em que o Ministério deveria preferencialmente exercitar sua atividade. Quando eu assumi o Ministério havia 300 tratores, todos eles obsoletos. Nós estávamos empenhados numa tarefa de dar eficiência ao Ministério, quer através de uma racionalização da comercialização dos produtos agrícolas para o mercado interno, através de companhias, como através da assistência técnica oferecida aos pequenos agricultores, através da revenda de material agropecuário ou de empréstimos de máquinas e implementos agrícolas a custo barato, também aos pequenos e médios agricultores.

E.R. – Esse diálogo com a classe rural de fornecimento de tratores e de fornecimento de crédito, como era feito? O associativismo rural funcionava? As federações estaduais, associações municipais?

O.F. – É preciso distinguir: há uma lavoura altamente desenvolvida, com grandes aportes de recursos financeiros e de crédito, com organicidade, nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Desses estados, quer me parecer que onde a agricultura se organizou melhor, de forma mais eficiente e mais racional foi no Rio Grande do Sul, através das cooperativas de produção: cooperativa de produção de arroz, cooperativa de produção de suínos, cooperativa de produção de trigo.

**[FINAL DA FITA 6-A]**

O.F. – Enfim, toda a atividade agropecuária do Rio Grande do Sul está vinculada a cooperativas locais, e essas cooperativas associadas a federações de cooperativas. De forma que é possível a essas cooperativas, no Rio Grande do Sul, oferecer assistência técnica e assegurar uma comercialização que garante ao produtor melhor preço e maiores vantagens.

Há uma lavoura capitalista bem organizada em São Paulo, no Paraná. No resto do Brasil, infelizmente, ainda hoje esse processo se agrava cada vez mais – a agricultura não tem a assistência técnica nem a assistência creditícia que deveria ter.

E.R. – A associação não só do trabalhador rural assalariado mas também do pequeno proprietário, essas associações rurais, a nível municipal, as federações, a nível estadual, e a confederação da agricultura funcionavam como veículo de diálogo entre o Ministério e a classe rural? Era através desses órgãos que se poderia estabelecer esse diálogo?

O.F. – Esses organismos, realmente, funcionavam. Agora, eles funcionavam precariamente no resto do país. Eles eram mais bem organizados no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo.

D.S. – Como era a relação do Ministério, diretamente, com o I.A.A., com o I.B.C., nesse momento de sua atuação?

O.F. – É através de um delegado. O Ministério da Agricultura tem um representante tanto no conselho diretor do Instituto do Café como no I.A.A.

Devo dizer que tudo isso, no meu entender, está vinculado ao problema da propriedade do solo, ao problema fundiário. Aqueles proprietários dos grandes latifúndios têm maior facilidade de se organizar em cooperativas, em federações agrícolas, e têm seus interesses mais bem defendidos. O pequeno produtor, que é quem assegura a produção de alimentos, em geral não tem organizações cooperativas que o defendam eficazmente.

E.R. – O senhor disse que a verba disponível do orçamento da União para o Ministério da Agricultura era, a princípio, de 2 ou 3% e o senhor conseguiu elevar para 6%. E o recolhimento das agroindústrias? Era tão baixo assim, também? A parte das verbas e dos impostos que iam para os cofres da...

O.F. – Eu não tenho dados no momento, sem consultar documentos. Mas essas verbas a que me refiro são verbas da União, através do orçamento da União.

E.R. – Que serviços compunham a estrutura do Ministério da Agricultura?

O.F. – Já encontrei o Ministério funcionando depois de uma reforma, que foi a reforma administrativa realizada pelo então ministro Amaral Peixoto. Essa reforma implicava grandes departamentos, como o departamento de produção agropecuária, o departamento de pesquisa – que era composto pelos institutos de pesquisa, institutos do Ministério em todo o Brasil – pelo departamento de economia – que cuidava das verbas – e por uma comissão de política agrícola. Havia também um órgão de grande utilidade, que tinha começado a funcionar: o Fundo Federal Agropecuário. Esse tinha maior mobilidade de verbas. Ele se reunia com os representantes do Ministério, um representante da Confederação Agrícola Brasileira, estudava os projetos que lhe eram submetidos e podia, imediatamente, determinar a aplicação de verbas. Foi o setor mais eficiente, através do qual eu procurei agilizar a ação do Ministério. Mas os defeitos estruturais da organização do Ministério são muito antigos e difíceis de remover.

O.F. – Exatamente.

E.R. – Como o senhor formou a sua equipe de trabalho? Quais foram os critérios, foram políticos, técnicos?

O.F. – Modéstia à parte, nos nove meses em que dirigi o Ministério, pude realizar uma tarefa de algum valor no plano agropecuário, no plano da assistência técnica aos agricultores. Isso pelo seguinte: dois dias antes da minha nomeação, o ministro Wilson Fadul, já escolhido ministro da Fazenda, informou-me que o presidente João Goulart me comunicava que eu seria nomeado ministro da Agricultura. Então, tive cerca de 48 horas de previsão. Nesse período, pude fazer uma consulta a antigos técnicos do Ministério a quem eu era ligado por amizade e cujo trabalho eu conhecia, e a outros de quem eu conhecia trabalhos científicos publicados.

Foi através desses técnicos, como José Irineu Cabral, que até bem pouco tempo dirigia os serviços de assistência agrícola da O.E.A., através de José Emílio Araújo, que dirige ainda hoje na Costa Rica um instituto das Nações Unidas para a reforma agrária,



através de Valderbilt Duarte Passos, que é sem favor um dos grandes técnicos do Ministério da Agricultura e um dos homens que mais conhecem a problemática agrícola no Brasil.

Através das indicações que eles me fizeram pude preencher toda a equipe do Ministério com técnicos capazes, eficientes e decididos a alterar aquela verdadeira modorra em que vegetava o Ministério da Agricultura. Foi assim o aproveitamento de técnicos, mas técnicos com a visão nacionalista dos problemas brasileiros e com a visão de reforma social.

D.S. – O senhor poderia citar alguns nomes mais significativos?

O.F. – Os nomes mais significativos de que eu me recordo são esses: Valderbilt Duarte, o professor Osvaldo de Menezes, que era um grande especialista em pesquisas agrícolas, o dr. José Irineu Cabral, o dr. José Emílio Araújo, além de outros que já me foram indicados por essa equipe, como Abraão Moritz, que com diversos auxiliares preparou um plano de melhoria do gado leiteiro que ainda hoje está sendo aplicado no Ministério, como o professor Ivo Tortureli, que a meu pedido, a instância minha organizou uma campanha de erradicação da febre aftosa e já estava produzindo vacinas aqui em Pernambuco, no Paraná, e que se preparava para erradicar definitivamente a febre aftosa no país.

E.R. – Esses problemas fundamentais que o senhor tem citado como relativos à área do Ministério da Agricultura — reforma agrária, colonização, crédito ao pequeno e médio produtor — eram atacados de que maneira? Eram estabelecidas comissões de estudo que preparariam projetos de lei?

O.F. – Havia uma comissão permanente no Fundo Federal Agropecuário e a Comissão de Política Agrícola que examinava esses projetos e me submetiam. Eu levava esses projetos já redigidos e os apresentava ao presidente João Goulart. Devo salientar que ele sempre teve uma sensibilidade muito grande para os problemas da agricultura. Ele era, particularmente, um grande fazendeiro no Rio Grande do Sul, um grande produtor agropecuário e tinha sensibilidade para esses problemas, e sempre me deu uma poderosa ajuda.

Agora, eu entendo que o Ministério da Agricultura precisava transformar-se. Até aquela época, ele vinha sendo apenas um instrumento de ação dos grandes latifundiários

no Brasil. Esses grandes latifundiários só produzem para exportação. Então, era preciso que o Ministério se organizasse, se aparelhasse para atender ao pequeno e ao médio produtor que persistem desamparados, sem assistência creditícia, sem assistência de cooperativas, sem assistência técnica e explorados pelos intermediários.

D.S. – Nesse pouco tempo que passou no Ministério o senhor acha que conseguiu fazer uma política realmente voltada para esse pequeno e médio produtor?

O.F. – O nosso objetivo foi esse, mas realmente o tempo foi curto. Nós conseguimos fazer funcionar, por exemplo, a revenda do Ministério da Agricultura, que era muito importante. Ele pode adquirir implementos, máquinas, tratores, máquinas roçadeiras, máquinas de todo o tipo, arame farpado, a preços baixos nas fontes produtoras e vendê-los sem lucro aos pequenos e médios agricultores. Isso foi muito dinamizado no período em que dirigi o Ministério. Hoje está predominando no Brasil uma mentalidade profundamente perniciosa. Entende-se que a agricultura deve ser uma grande empresa, e com isso estão sacrificando todos os pequenos e médios produtores, que são aqueles que alimentam o Brasil.

E.R. – Quanto ao problema da reforma agrária e a conseqüente reforma da Constituição, o senhor diz que existiam duas tendências reformistas básicas, mais radicais do que as tendências do governo: uma aqui do Norte, liderada pelo governador Miguel Arrais e pelo deputado Francisco Julião; outra pelo deputado Leonel Brizola. E o projeto do governo? Baseava-se em algum projeto de lei específico?

O.F. – O governo ofereceu uma mensagem, e além da mensagem, apresentou um projeto de reforma da Constituição.

E.R. – Esse projeto foi encaminhado pelo Ministério?

O.F. – Não. Foi encaminhado diretamente pelo governo. O Ministério foi ouvido sobre ele e deu parecer.

E.R. – E era nessas bases: fazia-se uma reforma agrária fazendo uma reforma da Constituição.

O.F. – Sim, para poder pagar em títulos a terra que fosse desapropriada.

E.R. – Porque a grande discussão era essa: saber como se iria indenizar o proprietário...

O.F. – É preciso salientar, porém, que a reforma agrária não é apenas a redistribuição da terra. É indispensável haver no Brasil uma redistribuição da propriedade fundiária porque, como já salientei, 20% dos proprietários retêm 80% da área. E três milhões de pequenos e médios agricultores ficam confinados nos 20% restantes. Há um pequeno número que possui a mais ampla e esmagadora área de terra no Brasil: é o do latifúndio. E há um pequeno grupo de produtores confinados em pequenas propriedades rurais, e que produzem muito mais.

D.S. – Então, algumas usinas seriam atingidas por esse projeto de reforma agrária?

O.F. – Toda a propriedade territorial do Brasil seria atingida.

D.S. – Ou seja, a reforma não atingia apenas as terras improdutivas.

O.F. – Eu defendia a tese de que se deveria aplicar sobre toda a propriedade. Havia companheiros que defendiam que a reforma agrária só se aplicasse sobre a área do latifúndio improdutivo. Eu, porém, sempre entendi e sempre defendi que a reforma agrária deveria atingir toda a grande propriedade, porque o prejuízo da nação decorre não só da falta de utilização de áreas agrícolas mas também da concentração de renda. Nas grandes propriedades, por exemplo, como a propriedade da cana de açúcar no Nordeste, em que as propriedades atingem áreas de dez, 20, 30, 40 mil hectares, toda a renda agrícola é absorvida pelo proprietário, e o trabalhador e as demais parcelas da população que colaboram na produção ficam reduzidas à miséria.

D.S. – Acho que a situação aí ficava realmente bastante delicada, porque toda a classe dominante brasileira, de um modo geral, mesmo o setor industrial, está bastante ligada a esse setor agrícola.

O.F. – Como diz Darci Ribeiro, eu acho que nós fomos derrubados pelo golpe exatamente por isso: porque tentamos tocar na estrutura da propriedade fundiária no Brasil.

D.S. – Voltando um pouco àquela pergunta inicial, do seu início no Ministério da Agricultura quando o senhor foi chamado por Goulart, havia uma tradição de os ministros da Agricultura normalmente serem homens do Nordeste, mas sempre ligados à usina: acho que quase todos eles foram usineiros. Como é que a classe usineira viu a entrada do senhor para o Ministério da Agricultura? Nesse momento, eu sei que o conflito já estava bastante acirrado.

O.F. – Eles estavam lutando contra todo o processo de reforma social desenvolvido pelo governo. Toda a grande propriedade do Nordeste se considerava ameaçada e lutava e conspirava contra o governo. Isso era evidente.

D.S. – Acho que o senhor foi o primeiro ministro que não era proprietário de usina, um pernambucano não usineiro.

O.F. – Não, já tinha havido outros. Costa Porto, por exemplo, não era grande proprietário. Mas, a rigor, todos estavam vinculados ao sistema e defendiam a grande propriedade.

E.R. – Em 1963, Bocaiúva Cunha, do P.T.B., envia um projeto de reforma agrária ao Congresso e fala também que esse projeto seria feito através de uma reforma da Constituição. O senhor tinha notícia desse projeto e teria afinamento com ele? O governo estava interessado em aceitá-lo ?

O.F. – Estava. O governo estava altamente interessado no problema da reforma agrária.

E.R. – E no projeto de Bocaiúva Cunha?

O.F. – Havia diversos projetos. A idéia geral era que a comissão deveria examinar todos os projetos e elaborar um substitutivo.

E.R. – Quer dizer que o governo não estava apostando em nenhum projeto específico? Por exemplo, Jânio Quadros incorporou como projeto do governo o projeto de José Joffily, deputado federal pela Paraíba. No caso do governo Goulart não havia isso não?

O.F. – O projeto de José Joffily foi considerado o mais importante de todos os projetos apresentados, mesmo no governo, João Goulart.

E.R. – Quer dizer que ele ainda tinha validade?

O.F. – Os dois projetos, o de Coutinho Cavalcanti, de São Paulo (que também apresentou um projeto admirável) e o projeto de José Joffily, foram considerados os projetos mais importantes do ponto de vista da reforma agrária.

E.R. – Mesmo José Joffily, sendo um elemento do P.S.D., não conseguiu apoio do...

O.F. – José Joffily era um pessedista progressista muito ligado ao governo João Goulart.

E.R. – Dentro dessa perspectiva do encaminhamento político dos projetos, o P.T.B. queria efetivamente fazer essa reforma constitucional mas era barrado, sistematicamente, pela U.D.N. e pelo P.S.D. E esses partidos, em contrapartida, apresentavam projetos mais amenos, que não agredissem tanto a propriedade?

O.F. – Não. Eles não chegavam a tocar no problema agrário. A mentalidade dominante era aquela expressada pelo deputado Último de Carvalho: “Não há homem sem terra; há terra sem homem”. Tanto da parte da maioria do P.S.D., onde se destacavam algumas figuras progressistas que apoiavam o governo, como José Joffily, Expedito Machado... Com exceção deles, o grosso do Congresso, que representava interesses agrários, era abertamente contrário a qualquer reforma constitucional. E sem reforma constitucional a reforma agrária era impraticável.

E.R. – A U.D.N. mesmo, posteriormente tem uma parte de seus quadros que aceitaria uma reforma agrária.

O.F. – Muito pequena. Era uma diminuta fração da U.D.N., constituída da chamada Bossa Nova, de que faziam parte deputados como José Sarnei, Ferro Costa, o governador Seixas Dória. Era uma pequena fração da U.D.N. que era favorável às reformas sociais.

E.R. – Não havia um consenso na classe política a respeito da reforma agrária. O problema ficou ao nível da impossibilidade institucional.

O.F. – Esse foi um dos temas que marcaram a crise brasileira de 63 e desaguou no golpe militar de 64. A maioria do Congresso era radicalmente contrária à redistribuição da propriedade fundiária no Brasil, sob quaisquer aspectos: com ou sem reforma da Constituição. Mas se apoiava no dispositivo constitucional para derrotar todos os projetos que visassem a reforma agrária.

E.R. – Taticamente, apresentava-se como pretexto a intocabilidade da Constituição.

O.F. – Exatamente.

D.S. – E nesse momento o governo levava em consideração os militares? Qual a visão que o governo tinha de adesão dos militares a esse projeto de reforma agrária?

O.F. – De minha parte, sempre chamei a atenção do presidente João Goulart para a insatisfação militar, de que eu tinha conhecimento através de diversas fontes, porque no seio das Forças Armadas foi feito todo um trabalho de divulgação no sentido de caracterizar a reforma agrária como uma reforma comunista, como uma ação comunista. E isso foi incompatibilizando a maioria das Forças Armadas com o governo. Todavia, havia pessoas que afirmavam que as correntes progressistas das Forças Armadas admitiam plenamente a reforma agrária. Por exemplo, quando o presidente assinou o decreto que desapropriava uma área de cem quilômetros às margens das rodovias e ferrovias, os ministros militares compareceram à solenidade e manifestaram o seu apoio à iniciativa do governo. Todavia, esses ministros não representavam a opinião militares que era, em sua maioria, contrária à reforma agrária.

E.R. – Essa medida presidencial foi posta em prática?

O.F. – Não, esse foi um dos últimos atos do presidente.

E.R. – No princípio da entrevista, o senhor nos disse que uma das preocupações básicas do Ministério era desviar a assessoria desse Ministério, que era dada aos grandes empreendimentos agrícolas, para a produção de gêneros alimentícios para o consumo interno. Como isso seria viável em termos operacionais?

O.F. – Era preciso que o governo organizasse cooperativas de produção onde elas não existissem, e criasse uma estrutura de ensilagem e armazenamento que pudesse receber o produto do pequeno e médio agricultor, pagar 80% do preço e reservar 20% para o pagamento posterior através de retrovendas, como se observa em outros meios cooperativista. O produtor tem de logo assegurado uma parcela do seu preço. Os produtos são estocados e, afinal, vendidos no momento favorável, assegurando ao mesmo tempo um preço razoável ao consumidor e uma remuneração legítima ao produtor.

E.R. – E deu tempo para se iniciar...

O.F. – Não. Iniciamos a atuação da Cibrasem, que era Companhia Brasileira de Armazenamento, mas não se chegou sequer a funcionar, senão em algumas áreas limitadas.

E.R. – O senhor concorda com a afirmação de que, em grande parte, a movimentação camponesa, e basicamente aqui no Nordeste as Ligas Camponesas, foi conseqüência desse choque de culturas, as culturas para exportação, expulsando esses pequenos produtores que viviam de subsistência?

O.F. – Esse é um dos grandes aspectos. Celso Furtado salienta muito bem que foi a mudança do pacto fundiário existente no Nordeste que agravou as condições. Antigamente, dos anos 30, por exemplo, até 1950, os camponeses tinham nas propriedades uma área que lhes era concedida para morar e para plantar pequenas lavouras. Aí eles faziam uma agricultura de subsistência: plantavam mandioca, feijão, milho... E viviam dessas culturas vendendo até, nos anos de melhores safras, o excedente nos mercados locais.

Com o desenvolvimento da indústria do açúcar e a implantação das grandes usinas, elas passaram a exigir maior produção de cana, e os proprietários começaram a invadir esses pequenos sítios dos moradores e a plantar cana, como se diz aqui na gíria, até no terreiro da casa. Isso reduziu drasticamente o poder aquisitivo dos camponeses porque eles trabalhavam, em geral, durante dois dias para o patrão e quatro dias nos seus roçados próprios. Quando eles trabalhavam para os engenhos e as usinas recebiam um pagamento, que vinha apenas como uma complementação de renda.

E.R. – Porque eles já tinham sua roça própria.

O.F. – Exatamente. A lavoura do açúcar no Nordeste viveu sempre em altos e baixos dependendo da conjuntura internacional. Numa conjuntura em que há excedente de produção na Europa, com a plantação de beterraba, e nos Estados Unidos, o açúcar caía. Quando a cultura da beterraba era mal sucedida, havia escassez e o preço do açúcar subia. Como ultimamente estava-se numa conjuntura favorável do ponto de vista internacional, havia preços altos para o açúcar, as usinas e os engenhos foram estendendo a sua área de produção e, conseqüentemente, reduzindo a área de produção de subsistência dos camponeses.

E.R. – Esse seria um dos pontos básicos de indignação dos camponeses: o aviltamento dos seus salários, a sua incapacidade de viver em termos mais razoáveis. A que mais o senhor atribui a formação dessa consciência do camponês? Tradicionalmente ele aceitava a visão de mundo do proprietário, aceitava a dominação, ele era um ser submisso. O que fez com que ele passasse a ter uma perspectiva própria?

O.F. – Eu acho que a contradição mais séria foi essa. No momento em que os proprietários de engenho, os usineiros, começam a deslocar o camponês de sua área, dos seus sítios, da sua lavoura de subsistência, eles geram uma situação de desespero, e é essa situação de desespero que vai levar à organização das Ligas Camponesas, dos sindicatos. Aí já passa a haver a ação de Francisco Julião, a ação dos vigários que se ligaram ao movimento dos sindicatos rurais no Nordeste.

E.R. – Paralelamente, o senhor acharia que o proprietário não tem a visão de que ele está criando, com esse tipo de política de produção, um inimigo natural dentro da sua própria terra?

O.F. – A maioria entende isso, mas a ambição humana é mais forte.

D.S. – Uma das suas preocupações, quando assumiu o Ministério, foi a limitação da remessa de lucros para o exterior. O senhor chegou a implementar alguma coisa concreta nesse sentido?



O.F. – Não. Essa matéria estava mais a cargo do Ministério da Fazenda. O que nós pudemos fazer no Ministério da Agricultura foi abrir mercado na Europa Oriental. Nós passamos a negociar, por intermédio das respectivas embaixadas, com nações como a Polônia, a Iugoslávia, a Hungria, onde havia uma grande avidez por matérias-primas nacionais como o minério de ferro, e onde o Brasil tinha saldos comerciais. Assim, compramos 1.200 tratores de esteira na Iugoslávia, compramos milhares de colhedeiças para arroz e para trigo na Polônia, compramos arame farpado na Bulgária... Foi possível fazer uma ligação efetiva com essas nações da Europa Oriental que estavam interessadas em aumentar o intercâmbio comercial com o Brasil.

### [INTERRUPÇÃO DE FITA]

O.F. – Sobre o problema de remessa de lucros, devo dizer que nós já havíamos conseguido no Congresso a aprovação da Lei de Remessa de Lucros, que viria pôr cobro a todas as fraudes cambiais que eram geralmente praticadas pelas companhias estrangeiras em detrimento da economia nacional. Isso, por sinal, foi uma das grandes vitórias da Frente Parlamentar Nacionalista e foi objeto de modificação imediata após o golpe militar, tendo o ministro do Planejamento, o sr. Roberto Campos, elaborado uma nova lei, extremamente generosa e que permitiu a ação livre das companhias estrangeiras no Brasil.

E.R. – O que o senhor entendia por reforma urbana?

O.F. – Em matéria de reforma urbana, o trabalho mais sério aqui foi realizado por um companheiro nosso, do P.T.B., o então deputado Artur de Lima Cavalcanti. Entendia-se, naquela época, que a reforma urbana dependia de um conjunto de medidas que permitisse a milhões de pessoas, que no Brasil anseiam por habitação popular, poderem ser atendidas, coibindo-se a especulação imobiliária e evitando-se isso que hoje ocorre: aqueles setores econômicos onde há maior acumulação de riqueza costumam adquirir terras nos centros urbanos e manter essa terra ociosa durante dezenas de anos para alcançar uma valorização imobiliária muito alta. Enquanto isso, a grande maioria da população se vê impedida de ter casa própria, casa em condições dignas. Esse fenômeno,

agravado pelo êxodo rural, criou uma periferia de palafitas, de mocambos e de habitações sub-humanas em redor dos grandes centros.

E.R. – O Ministério da Agricultura estava diretamente ligado a esse problema ou o senhor participava dele como elemento do governo?

O.F. – Nesse período, graças ao trabalho do então técnico dr. José Arruda e outros que convocamos, conseguimos elaborar um projeto de habitação rural que iria permitir a construção no campo, mediante a aplicação de recursos do governo, de habitações que reunissem a população rural em diversas propriedades. Haveria a desapropriação ou a compra de pequenas áreas, e nessas áreas, então, o governo iria construir habitações para os trabalhadores rurais de diversas propriedades.

Isso teria um efeito altamente salutar porque, primeiro, tornaria possível reunir num só agrupamento urbano – numa pequena vila – todos os trabalhadores da região, o que tornaria muito mais fácil a assistência médica e social a essas populações. Ao mesmo tempo, daria mais liberdade ao trabalhador rural, que não passaria a depender, como hoje depende, de um casebre que lhe é cedido pelo proprietário da terra.

E.R. – Essas reformas todas foram impossibilitadas...

O.F. – Essa campanha de habitação rural chegou a ser aprovada no Congresso, no orçamento de 1964, que já reservava uma grande margem de recursos para a aplicação.

E.R. – Voltando um pouco ao problema das Ligas, em alguns estados do Nordeste elas estavam sendo transformadas em sindicatos rurais, e existem dois tipos de opinião a respeito dessas transformações. Em alguns casos, elas eram inspiradas pelo governo João Goulart que, dizia-se, estava interessado em criar uma estrutura rural sindicalista onde ele tivesse acesso político com mais facilidade, tanto eleitoral quanto de apoio popular, e acusavam o governo João Goulart de tentar colocar pelegos nesses sindicatos para ter acesso mais fácil. Em defesa dessa transformação dizia-se que não, que essa transformação das Ligas em sindicatos era para que se evitassem lideranças externas ao movimento, na medida em que para as Ligas Camponesas qualquer elemento poderia entrar, e para os sindicatos teria que ser um elemento da classe dos camponeses. O senhor teria alguma notícia a esse respeito? Se havia uma tentativa do governo João Goulart de

sindicalizar o homem do campo ou mesmo em outras bases, se ele queria ter apoio político, se ele tinha intenção efetiva de ter um braço estendido ao campo?

O.F. – É natural que o governo João Goulart, sendo um governo popular com apoio das grandes massas urbanas e rurais do país, procurasse prestigiar a sindicalização, que me parece a forma de agremiação mais legítima. Acredito, porém, que o que ocorreu é que as Ligas Camponesas se criaram num ambiente de resistência contra esse fato que eu há pouco mencionava, isto é, a invasão dos sítios, nas grandes propriedades rurais, em prejuízo dos camponeses. E foram uma criação do deputado Francisco Julião, que passou a oferecer assistência jurídica a esses pequenos moradores para que eles se defendessem contra a invasão dos sítios que vinham ocupando.

Todavia, a forma legal de atuação teria de ser exatamente o sindicato, porque eles poderiam se organizar em nível local, em nível estadual e numa confederação nacional. Acho que foi apenas uma evolução natural. As Ligas eram instituições privadas, particulares, que se organizaram num momento de desespero da classe camponesa para defender os seus interesses. Mas no momento em que se votam as leis que asseguram a organização sindical do campo, é natural que essas Ligas se fossem transformando em sindicato.

E.R. – O presidente João Goulart via as Ligas com bons olhos?

O.F. – Ele tinha muito boas relações com o sr. Francisco Julião e com as Ligas. Apenas entendia que isso era uma evolução natural.

E.R. – As perguntas que queríamos fazer para o senhor são essas. Se o senhor quiser falar mais alguma coisa...

O.F. – Apenas lamento não ter às mãos... O meu arquivo está todo desordenado, depois de duas cheias aqui que transformaram inteiramente a minha organização e fui levado, assim, a fazer uma exposição simplesmente em termos de memória.

E.R. – Mas o que dá graça ao depoimento é essa espontaneidade. Eu queria agradecer ao senhor. Muito obrigado.

O.F. – Eu é que agradeço a vocês.

**[FINAL DO DEPOIMENTO]**



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

### A

- ACIOLI, Tomás Pompeu de – 107, 128  
AFONSO, Almino Monteiro Álvares – 89, 90, 94, 98  
AGRIPINO, Vasconcelos Maia Filho, João – 99, 100  
ALBUQUERQUE, Ulisses Lins de – 26  
ALMEIDA, José Américo de - 6, 8, 37  
ALMEIDA, Rômulo Barreto – 52  
ÂNCORA, Armando de Moraes – 101  
ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de – 5  
ANDRADA, José Bonifácio Lafayette de – 5  
ANDRADE, Auro Soares de Moura – 124  
ANDRADE, Armindo Marcílio Doutel de – 96  
ANDRADE, Fábio Correia de Oliveira – 21  
ANDRADE, Gilberto Osório de – 62  
ANDRADE, Mario Raul de Moraes – 52, 58  
ANTÔNIO Carlos – *ver* ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de  
ANTUNES, Rui – 56  
ARAÚJO, Aluísio Pessoa de – 4, 8  
ARAÚJO, Amália Lima – 23  
ARAÚJO, Amaro Correia de – 43  
ARAÚJO, Eugênio Correia de – 23  
ARAÚJO, José Emílio – 129, 142  
ARAÚJO, Maria Isabel – 43  
ARAÚJO, Otávio Correia de – 23, 43, 49, 50, 51, 59, 60, 79  
ARRAIS de Alencar, Miguel – 31, 57, 100, 102, 103, 104, 119, 124, 127, 144  
ARRUDA, José – 153  
AZEVEDO, Costa – 29, 33

## **B**

BANDEIRA de Melo, Lauro de Almeida – 116  
BARATA Ribeiro, Agildo – 5, 7  
BARBOSA, Júlio Caetano Horta – 51, 52, 53  
BARRETO, Félix (padre) – 33  
BARRETO, José Cavalcanti Sá – 10  
BARRETO, Luís Antônio Cavalcanti Albuquerque de Barros – 57  
BARROS, Ademar Pereira de – 65, 102  
BARROS, Aluísio Pais de – 79  
BARROS, João Alberto Lins de - 3, 5  
BASBAUM, Leôncio – 6  
BASTOS Damasceno, Abguar – 80, 85, 89  
BEVILACQUA, Peri Constant – 20  
BEZERRA, Andrade (professor) – 17  
BEZERRA, José – 115  
BORBA, Manuel – 1, 6  
BORBA, Osório – 69  
BORGES, Dirceu – 40  
BORGES Teixeira, Mauro Ludovico – 106, 123  
BRIGADEIRO – *ver* Gomes, Eduardo  
BRITO, Antônio Ferreira Oliveira – 83  
BRIZOLA, Leonel de Moura – 91, 100, 102, 103, 105, 116, 124, 127, 128, 144  
BRUNO, Aníbal – 17

## **C**

CABANAS, João – 5  
CABRAL, José Irineu – 129, 142  
CAFÉ FILHO, João – 81  
CÂMARA, Hélder Pessoa – 9, 23  
CÂMARA, Reinaldo – 16  
CAMPELO JÚNIOR, Manuel Neto Carneiro – 45, 48, 49, 67, 115  
CAMPOS, José de Queirós – 16  
CAMPOS, Milton Soares – 70, 97  
CAMPOS, Roberto de Oliveira – 151  
CANECA, Joaquim do Amor Divino Rabebe e (frei) – 36  
CAPISTRANO da Costa, Davi – 56  
CARNAÚBA, Artur – 53  
CARNEIRO, Oscar Napoleão – 21, 26  
CARVALHO, Alceu Barroso de – 125  
CARVALHO, Antônio de Barros – 65, 80, 115  
CARVALHO, Cid Rojas Américo de – 80, 83, 125  
CARVALHO, Pereira de (família) – 25  
CARVALHO, Último de – 91, 147  
CASTRO, Afonso Celso Ribeiro de – 98, 128  
CASTRO, Josué Apolônio de – 80, 85  
CASTRO, Pedro Luís Correia e – 84  
CAVALCANTI, Adail Barreto – 83  
CAVALCANTI, Carlos de Lima – 3, 6, 7, 8, 11, 13, 14, 21, 30, 72  
CAVALCANTI, Joaquim Nunes Coutinho – 98, 147  
CAVALCANTI, Paulo – 52

CAXIAS, Luís Alves de Lima e Silva, duque de - 100  
CHATEAUBRIAND Bandeira de Melo, Francisco de Assis – 34  
CHAVES, Antiógenes – 21, 29, 34  
CHICÃO (presidente sindicato rural) - 132, 133  
CHICO Romão – 12, 25  
CLEOFAS de Oliveira, João - 30, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74  
CORBISIER, Roland Cavalcanti de Albuquerque – 81  
CORDEIRO, Oscar – 53  
COSTA, Clóvis Ferro – 82, 100, 148  
COSTA, Osvaldo – 82  
COUTINHO, Murilo – 55  
COUTINHO, Nelson – 14  
COUTINHO, Odilon Ribeiro – 33  
CRESPO, Paulo (padre) – 30, 130  
CUNHA, Luís Fernando Bocaiúva – 146

## **D**

DABIN, Jean – 59  
DANTAS, Francisco Clementino de San Thiago – 96, 124  
DENYS, Odílio – 93  
DIAS, Pinheiro – 39  
DOMINGUES, José – 45  
DÓRIA, João de Seixas – 83, 100, 148  
DUARTE Guimarães, Nestor – 107, 128  
DUBEUX, Luís – 29  
DUTRA, Eurico Gaspar – 16, 19, 20, 22, 34, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 47, 49, 58, 63, 67

## **F**

FADUL, Wilson – 116, 127, 142  
FARIAS, Osvaldo Cordeiro de – 5, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78  
FERNANDES, Aníbal – 4, 33, 34  
FERNANDES, Edgar Moury – 34, 39, 62, 63, 64, 69  
FERRARI, Fernando – 82, 94, 95, 96  
FIGUEIREDO, Antônio Pedro – 35  
FIGUEIREDO, Crisanto de Miranda – 116  
FIÚZA, Iêdo – 34, 40, 41  
FONSECA, Alexandre – 65  
FONTOURA, João Neves da – 63  
FRANCO, Afonso Arinos de Melo – 70  
FREIRE, Gilberto de Melo – 33, 73  
FREIRE, Paulo – 108  
FURTADO, Celso Monteiro – 30

## **G**

GALVÃO, Antônio Torres – 62, 70  
GEISEL, Ernesto – 5  
GODÓI, Metódio – 24, 25  
GÓIS, Luís de – 45, 46  
GOMES, Eduardo – 5, 20, 34, 40, 41, 42  
GONÇALVES FILHO, Bento – 90, 91  
GORDON, Lincoln – 107



GOULART, Haydn – 16  
GOULART, João Belchior Marques – 80, 91, 94, 95, 96, 100, 103, 104, 105, 107, 116,  
117, 118, 119, 123, 124, 125, 127, 135, 142, 143, 146, 148, 155  
GUARANÁ (professor) – 131  
GUEDES, Antônio Geraldo de Azevedo – 21  
GUEIROS, Evandro – 8, 16  
GUEIROS, Nehemias – 67  
GUEVARA, Ernesto, *dito* Che – 92  
GUIMARÃES, Ulisses Silveira – 83

## **H**

HITLER, Adolf – 59

## **J**

JAGUARIBE, Hélio – 81  
JANGO, *ver* GOULART, João Belchior Marques  
JATOBÁ, João Alfredo Pires – 2  
JOÃO ALBERTO – *ver* BARROS, João Alberto Lins de  
JOFFILY Bezerra de Melo, José – 83, 97, 147  
JOSÉ Abílio – 12  
JULIÃO Arruda de Paula, Francisco – 30, 41, 42, 104, 124, 130, 133, 144, 151, 154  
JUREMA, Abelardo de Araújo – 116

## **K**

KRUEL, Amauri – 102, 119  
KUBITSCHKE de Oliveira, Juscelino – 77, 81, 86, 89, 90, 101

## **L**

LACERDA, Carlos Frederico Werneck de – 102, 103, 107  
LAGE (padre) – 132, 133  
LAMBERT, Jacques – 87  
LASKI, Harold Joseph – 29  
LEAL, Newton Estilac – 54  
LEDO, Maria Isabel de Oliveira – 2  
LEITE, Edgar Teixeira – 110  
LEITE, José – 60  
LEMONS, Clélio – 77  
LIMA, Amália – 23  
LIMA, Clóvis Jatobá da Costa – 23  
LIMA, Giovana – 23  
LIMA, Granville Belerofonte de – 14  
LIMA, João Ferreira – 22, 24, 49, 63, 64, 69  
LIMA, José Pontual Pereira – 19  
LIMA, Judite Jatobá da Costa – 1  
LIMA, Luís de França Costa – 79  
LIMA, Marcelo – 23  
LIMA, Maria Isabel – 43  
LIMA, Mário – 62  
LIMA, Marulo – 2, 3  
LIMA, Osvaldo Cavalcanti da Costa – 1, 24, 58, 60, 64, 68  
LIMA, Solange – 23

LIMA FILHO, João Ferreira – 104  
LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa – 31, 32, 44, 45, 46, 47, 49, 55, 56, 57, 58,  
60, 61, 67, 74, 75  
LINCOLN, Abraham – 120  
LINS de Albuquerque, Etevelvino – 19, 20, 25, 39, 46, 47, 58, 69, 70, 71, 78  
LOBATO, José Bento Monteiro – 52, 53  
LOPES, João Herculino de Sousa – 125  
LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira – 90, 91, 92, 135  
LUCAS, Nemo Canabarro – 91  
LUCENA, Humberto Coutinho – 125  
LUNDGREN (família) – 12  
LUZARDO, João Batista – 63, 65

## **M**

MacDOWEL, Samuel – 17  
MACHADO, Cristiano Monteiro – 63, 75  
MACHADO, Edgar da Mata – 132  
MAGALHÃES, Agamenon Sérgio de Godói – 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19,  
20, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 46, 47, 49, 51, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70,  
74, 75  
MAGALHÃES, Juraci Montenegro – 6, 20  
MAGALHÃES, Paulo Germano de – 16  
MAGALHÃES JÚNIOR, Sérgio Nunes de – 90  
MANGABEIRA, Otávio – 36  
MARANHÃO, Jarbas Cardoso de Albuquerque – 80  
MARANHÃO, Luís – 32  
MARITAIN, Jacques – 10  
MAYER, Luís Rafael – 16  
MEDEIROS, Viriato de – 21  
MEIRELES, Silo – 7  
MELO, Antônio (padre) – 30, 108, 130  
MELO, Luís de Magalhães – 52, 57  
MEDONÇA, Fernando – 33  
MENEZES, Osvaldo de - 129, 142  
MIGUELINHO (padre) – 36  
MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis – 7  
MONTEIRO FILHO, Armando de Queirós – 29, 74, 110, 115  
MORAIS, Gilberto Lopes de – 16  
MORAIS, José Ermírio de – 115  
MOREIRA, Carlos – 16  
MOREIRA, José Artur da Frota – 80, 86  
MOREIRA, José Guimarães Neiva – 80  
MOREIRA, Paulo Rangel – 33  
MORITZ, Abraão – 142  
MOTA, Sílvio Borges de Sousa – 101

## **N**

NESTOR, Odilon – 17  
NEVES, Tancredo de Almeida – 124  
NOVAIS FILHO, Antônio de – 21, 46, 47, 48, 115

## **O**

OLIVEIRA, Hélio Coutinho de – 49  
OLIVEIRA, José Aparecido de – 92, 132  
OLIVEIRA, Juca de - 13, 14  
OLIVEIRA, Severino Mário de – 46  
OPPENHEIM, Phillip – 53  
OSÓRIO, Gilberto – 33  
OSÓRIO, Oromar – 101  
OTERO, Francisco Antônio Leivas – 56

## **P**

PANDOLFI, Luís – 16  
PASSOS, Gabriel de Rezende – 80, 83,  
PASSOS, Vanderbilt Duarte – 129, 142  
PEDROSA, Amaro Gomes – 60  
PEDROSA, Geminiano – 32, 79  
PEIXOTO, Demerval – 45, 60, 68  
PEIXOTO, Ernani do Amaral – 141  
PEREIRA, Armando Temperani – 98  
PEREIRA, Felisberto Santos – 40  
PEREIRA, Jesus Soares – 52  
PESSOA Cavalcanti de Albuquerque, João – 1, 5  
PINHEIRO da Silva NETO, João – 108, 118, 128  
PINTO, Álvaro Vieira – 81  
PINTO, Carlos Alberto Alves de Carvalho – 100, 105, 127  
PINTO, José de Magalhães – 92, 107  
PONTE, Expedito Machado da – 147  
PONTES (coronel) - 116  
PONTES, Gersino – 22, 24  
PORTO, José da Costa – 28, 146  
PORTO, Valter Costa – 28  
PRESTES, Luís Carlos – 7, 37, 40, 72, 73, 99, 127  
PRESTES de Albuquerque, Júlio – 2, 5  
PRIETO, César – 96

## **Q**

QUADROS, Jânio da Silva – 91, 92, 93, 94, 97, 98, 147  
QUEIRÓS, José Maria Eça de – 10  
QUEIRÓS, José Pessoa de – 75  
QUINTAS, Amaro – 35

## **R**

RAMOS, Alberto Guerreiro – 87  
RANGEL, Inácio – 81, 87, 107, 128  
REGO, Francisco Heráclio do – 12, 13, 27  
REGO, Manoel César de Moraes – 74, 75  
REGO, Murilo Costa – 33  
RIBEIRO, Darci – 146  
RIBEIRO, Jair Dantas – 102  
RIBEIRO, Judite da Mata – 131  
RIOS, Carlos – 62

RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas – 125  
RODRIGUES, José Martins – 126  
ROMA, João Inácio Ribeiro – 80

## **S**

SALES, Apolônio Jorge de Farias – 115  
SALES, Eugênio de Araújo (dom) – 108, 130  
SALVADOR, Jesuíno – 79  
SAMPAIO, Alde Feijó – 72  
SAMPAIO – Cid Feijó – 72, 77, 78, 80  
SAMPAIO, Lael – 72  
SAMPAIO, Renato – 83  
SARNEI da Costa, José – 82, 100, 148  
SHAKESPEARE, William – 10  
SILVA, Amauri de Oliveira e – 116, 127  
SILVEIRA, Pelágio – 16  
SILVEIRA, Pelópidas – 45, 52, 77, 78, 90, 91  
SILVEIRA, Sílvio da Mota – 15, 43  
SIMÕES, Wanderlei (padre) – 60  
SOARES, Veremundo – 12, 24, 25  
SORIANO NETO – 17  
SOUSA, Washington Luís Pereira de – 5  
SOUSA FILHO – Demócrito de – 33, 36, 38, 39

## **T**

TARSO Santos, Paulo de – 114, 115  
TÁVORA, José Lamartine – 86  
TÁVORA, Juarez do Nascimento Fernandes – 3, 5  
TELES, Ladário Pereira – 116  
TENÓRIO, Manoel – 40  
TITO, Josip Broz, *dito* – 114  
TORRES, Alberto de Seixas Martins – 52, 58  
TORTURELI, Ivo – 143  
TRUDA, Francisco Leonardo – 31

## **V**

VARGAS, Benjamin Dorneles – 45  
VARGAS, Getúlio Dorneles – 2, 5, 6, 7, 8, 21, 31, 32, 34, 37, 38, 44, 47, 62, 63, 64, 66,  
67, 68, 72, 74, 75  
VILAÇA, Antônio - 27